



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 24/2015/CONSUP/IFAP, 29 DE ABRIL DE 2015.

Aprova o RELATÓRIO DE GESTÃO 2014 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP.

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, o que consta no Processo nº 23228.000246/2015-15 e considerando a deliberação na 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Superior,

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o RELATÓRIO DE GESTÃO 2014/Ifap.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor nesta data.

MÁRIO RODRIGUES DA SILVA
Presidente Substituto

* VERSÃO ORIGINAL ASSINADA



Serviço Público Federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

Macapá
2015

REITOR DO IFAP

Emanuel Alves de Moura

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Pedro Clei Sanches Macedo

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Ariosto Tavares da Silva

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Mário Rodrigues da Silva

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Érika da Costa Bezerra

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Ronne Franklin Carvalho Dias

DIRETORA GERAL – CAMPUS MACAPÁ

Marialva do Socorro Ramalho de Oliveira de Almeida

DIRETORA GERAL – CAMPUS LARANJAL DO JARI

Vinícius Batista Campos

DIRETORA GERAL – CAMPUS PORTO GRANDE

José Itapuan dos Santos Duarte

DIRETORA GERAL – CAMPUS SANTANA

Ângela Irene Farias de Araújo Utzig

LISTA DE SIGLAS

APL - Arranjos Produtivos Locais
ARINTER-Assessoria de Relações Internacionais
ASCOM-Assessoria de Comunicação
AUDIN- Auditoria Interna
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNE- Conselho Nacional de Educação
CGU – Controladoria Geral da União
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONNEPI - Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente
CPPAD – Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DAE - Departamento de Apoio ao Estudante
DDI-Direção de Desenvolvimento Institucional
DE - Dedicção Exclusiva
DEFIN – Departamento Financeiro
DEPES - Departamento de Pesquisa
DIGEP – Diretoria de Gestão de Pessoas
DIGER-Direção Geral
DIRADM- Direção de Administração
DIREN- Direção de Ensino
DN – Decisão Normativa
DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação
EAD - Ensino à Distância
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
FIC- Formação Inicial e Continuada
FNDE - Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação
FORTEC - Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência Tecnológica
IN – Instrução Normativa
IFAP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
IFET-Institutos Federais de Educação Tecnológica
IFPR -Instituto Federal do Paraná
INCRA-Instituto Nacional de Reforma Agrária
LOA – Lei Orçamentária Anual
MEC – Ministério da Educação
NAPNE- Núcleo de Apoio dos Portadores de Necessidades Especiais
NBC - Norma Brasileira de Contabilidade
NIT-Núcleo de Inovação Tecnológica
NTA-Núcleo de tecnologia assistida
OCI - Órgão de Controle interno
PDI Plano de Desenvolvimento Institucional

PPA- Plano Plurianual
PIBID-Programa de Bolsa de Iniciação à Docência
PBAEXT- Programa de Bolsa Acadêmica de Extensão
PPGEA-Programa de Pós-graduação do Rio de Janeiro
PROAD – Pró-Reitoria de Administração e Planejamento
PRODIN - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PROEJA – FIC - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos, na Formação Inicial e continuada
PROEN - Pró-Reitoria de Ensino
PRONATEC- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPESQ – Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão
RG – Relatório de Gestão
RURAP – Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEED- Secretária Estadual de Educação
SEMED-Secretaria Municipal de Educação
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SFC - Secretaria Federal de Controle Interno
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIGA-EDU-Sistema Integrado de Gestão Acadêmica-Educação
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria Ensino Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará
SIGA-ADM-Sistema Integrado de Gestão Acadêmica-Administração
SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União
SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SISU - Sistema de Seleção Unificada SISU
TCE – Tomadas de Contas Especial
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
UFRuralRJ-Universidade Rural do Rio de Janeiro
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UJR- Unidade Jurisdicionada Relacionada
UO – Unidade Orçamentária

SUMÁRIO

Introdução	Erro! Indicador não definido.
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	15
Identificação da unidade jurisdicionada.....	15
1.2 Finalidade e Competência Institucionais da Unidade	17
1.3 Organograma Funcional.....	19
1.4 Macroprocessos finalísticos.....	21
2 INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA	25
2.1 Estrutura de Governança.....	25
2.2 Atuação da unidade de auditoria interna	29
2.3 Sistema de Correição.....	38
2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	39
2.5 Remuneração Paga a Administradores – Não se aplica.....	46
3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	47
3.1 Canais de acesso do cidadão.....	47
3.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	48
3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços.....	48
3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada	48
3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada.....	48
3.6 Medidas Relativas à acessibilidade	48
4 AMBIENTE DE ATUAÇÃO	50
4.1 Informações o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada.....	50
5 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	51
5.1 Planejamento da unidade	51
5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	54
5.3 Informações sobre outros resultados da gestão - Não ocorreu	70
5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional	70
5.5 Informações sobre custos de produtos e serviços – Não se aplica.....	70
6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	71
6.1 Programação e Execução das despesas	71
6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda.....	79
6.3 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos – Não ocorreu	79
6.4 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	79
6.5 Transferências de Recursos	80
6.6 Suprimento de Fundos	85
6.7 Renúncias sob a Gestão da UJ – NÃO SE APLICA	87
6.8 Gestão de Precatórios – NÃO SE APLICA.....	87
7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	88
7.1 Estrutura de pessoal da unidade	88
7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários	92
8 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	95
8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	95
8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário	96
8.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros – NÃO SE APLICA	96
9 Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	97

10 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	98
10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	98
11 ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE	99
11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU	99
11.2 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	108
11.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário – Não ocorreu.....	108
11.5 Alimentação SIASG E SICONV	109
12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	110
12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	110
12.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	112
12.6 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976.....	113
12.7 Composição Acionária das Empresas Estatais – NÃO SE APLICA.....	113
12.8 Relatório de Auditoria Independente.....	113
13 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO – Não ocorreu.....	114
14 INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IFETS).....	114
Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão das IFET.....	118

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	15
Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	20
Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalístico.....	25
Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	41
Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS	54
Quadro A.5.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar - OFSS.....	68
Quadro A.5.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento	Erro! Indicador não definido. 70
Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas.....	71
Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa ..	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa	75
Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total	77 Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total.....	78
Quadro A.6.2 – Despesas com Publicidade.....	79
Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	79
Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	84
Quadro A.6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos	85
Quadro A.6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos.....	85
Quadro A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência.....	86
Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ	88
Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva.....	88
Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	89
Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal.....	900
Quadro A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	922
Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	93
Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014.....	9797
Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental	98
Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno	Erro! Indicador não definido. 99
Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	10809
Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	1090
Quadro A.12.4.2 – Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis	1123

INTRODUÇÃO

O presente relatório refere-se à prestação de contas referente à execução orçamentária e financeira e às ações realizadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP, no exercício de 2014. O Relatório foi elaborado em consonância com as disposições da Instrução Normativa TCU nº. 63/2010, Decisão Normativa TCU nº 134/2013, Portaria – TCU nº 90/2014 dentre outros subsídios legais.

A elaboração deste relatório considerou os programas e ações, assim como suas respectivas metas, contidas na Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014. O acompanhamento da execução orçamentária e financeira e consolidação deste documento foram realizados por meio dos sistemas: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI; Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC; Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC; Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE e Sistema de Gestão de Pessoas - SIGEPE, Sistema de Convênios do Governo Federal – SICONV e registros administrativos do IFAP.

Este relatório está elaborado em quatorze capítulos, com nova numeração em alguns itens e quadros, em decorrência da exclusão de sua estrutura, aqueles conteúdos em que –“não se aplicam” à UJ ou “não houve ocorrência” no exercício em análise, sem alterar a sua posição no contexto. Todas as ações de responsabilidades da UJ serão apresentadas em números, inseridas em quadros e textos que servirão para demonstrar valores que representem o resultado de execução das ações.

O Capítulo 1º aborda a Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada cuja Gestão compõe o presente Relatório.

A classificação do Relatório de Gestão 2014 na forma individual para o IFAP está determinada de acordo com os termos da DN/TCU Nº 134/2013, sendo que o conteúdo está demonstrado na forma consolidada, em virtude da descentralização parcial de recursos aos Campus Macapá e Laranjal do Jari. O Campus Santana, apesar de implantado, apresenta recursos vinculados à reitoria. Neste exercício de 2014 também foi iniciado o processo de implantação do campus Porto Grande com as despesas vinculadas à Reitoria, bem como ocorreu a implantação do Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari, não havendo despesas administrativas. As despesas ocorridas estão relacionadas com a execução dos cursos com recursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

A apresentação do Relatório de Gestão da UJ – IFAP/2014 obedece aos termos do art. 5º da IN/TCU Nº 63/2010, assim como as configurações dispostas no Anexo I da DN-TCU nº 134/2013, e a elaboração dos conteúdos conforme Portaria - TCU 90/2014. Esta classificação inclui os Campus Laranjal do Jari e Macapá e, como Gestões Relacionadas à UJ/IFAP. E o IFAP como Unidade vinculada à Unidade Jurisdicionada Ministério da Educação - MEC, conforme quadros A.1.1.1. A identificação das finalidades e competências das unidades que compõe o Organograma Funcional do IFAP será apresentada pela estrutura aprovada na Lei 11.892/2008, no Estatuto da Instituição e no Regimento Geral. Nas composições da cada unidade administrativa da UJ, embora não tenha sido aprovada ainda, o desenho do organograma será apresentado, ficando essas subunidades previstas para aprovação no Regimento Interno (em elaboração) da Reitoria e nos Campus Laranjal do Jari, Macapá, Porto Grande e Santana. Esta estrutura consta no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFAP.

Consoante ao que foi apresentado no Relatório em 2013, o Regimento Interno do Campus Laranjal do Jari foi elaborado e encontra-se na Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional para análise e aguardando os ajustes de nova estrutura recomendada pelo MEC. O Regimento Interno da Reitoria encontra-se em fase de construção e discussão com as diversas unidades administrativas. De igual forma, o Campus Macapá, através da Portaria 51/2014/Campus Macapá, instituiu a Comissão para elaboração da proposta do Regimento Interno. A estrutura organizacional da referida unidade está norteadada pela Portaria 53-A/2013/Campus Macapá que estabelece a organização dos setores e suas respectivas competências.

No plano dos Macroprocessos, foram estabelecidos, para efeito didático, 3 (três) áreas finalísticas de funcionamento da Instituição: Ensino, Pesquisa e Extensão, e 5 (cinco) áreas meio: Administração, Desenvolvimento Institucional, Gestão de Pessoas, Tecnologia da Informação e Comunicação.

No Capítulo 2º que trata da Estrutura de Governança e de autocontrole da Gestão, destacam-se as seguintes informações:

- O item 2.2 sobre a Auditoria Interna.
- Os itens 2.3 e 2.4 que tratam sobre o Sistema de Correição e Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos, respectivamente, o IFAP possui uma estrutura definida de correição, em atendimento ao acórdão 1626/2012 – TCU – Plenário, foi determinado que o IFAP instaurasse os devidos processos de acordo com os termos do art. 143 da Lei 8.112/1990.

Nesse item serão enfatizados os seguintes elementos de informações dos elementos de controle interno da UJ: Ambiente de Controle; Avaliação do Risco; Procedimento de Controle; Informação e Comunicação e Monitoramento.

No Quadro A.2.4 referente a Avaliação do Sistema de Controle Internos da UJ, foram lançados valores que, de acordo com a avaliação realizada pelas pessoas que representam as áreas estratégicas da UJ, refletem o comportamento da Gestão no exercício em análise. Quatro quadros de avaliação compõem este Relatório: o quadro de Avaliação da unidade gestora relacionada à UJ (Reitoria) e os quadros das gestões relacionadas UJ: Campus Laranjal do Jari, Macapá, Porto Grande e Santana.

- Item 2.5 – Remuneração paga a Administradores não se aplica a esta Autarquia, haja vista que é um tópico específico de empresas estatais.

O Capítulo 3 trata do relacionamento com a sociedade. Esse item dispõe sobre os canais de acesso do cidadão ao Instituto para fins de solicitação, reclamações, denúncias e sugestões. Assim como dos mecanismos para medir a satisfação do usuário e a demonstração de resultados das pesquisas sobre a opinião pública a respeito da atuação do órgão na região. A Carta de Serviços ao Cidadão é uma ferramenta de esclarecimento sobre todos os programas desenvolvidos pela instituição, especialmente relacionados à área fim de atuação.

O Capítulo 4 trata sobre o ambiente de atuação, caracterizando as perspectivas e desafios do Ifap para os próximos anos.

O Capítulo 5 aborda o tema relativo ao Planejamento Estratégico e a execução do Plano de Metas e de Ações que estão vinculados aos objetivos institucionais e estratégicos estabelecidos pela lei 11.892/2008, e no Plano de Desenvolvimento Institucional. Neste segmento, serão indicadas as responsabilidades institucionais da Unidade, as estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais, bem como os Programas de Governo sob a Responsabilidade do IFAP. No tópico 5.5, o quadro A.5.5 foi preenchido de acordo com os custos relacionados aos alunos.

No Capítulo 6, que trata sobre os Tópicos Especiais de Execução Orçamentária e Financeira Os tópicos 6.1.3.5 (Créditos de Movimentação) e 6.3 (Reconhecimento de passivos) não ocorreram.

- 6.5.3 - Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse/ Não se aplica a unidade jurisdicionada, pois no exercício de 2014 o IFAP não firmou nenhuma transferência de créditos através de Convênios e Contratos de Repasse

- 6.6.2 –Utilização de suprimento de Fundos –Conta Tipo “B” / não houve ocorrência no exercício. Os quadros A.6.6.2 e A.6.6 – não se aplicam.

- 6.7.2 - Renúncias tributárias – não se aplica.

- Não houve a aplicação de renúncia de receitas, aqueles relacionados pelo art. 14, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal: anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, no exercício de 2014.

- 6.7.2.6 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária/ Não houve o recebimento de recursos oriundos de contrapartida da renúncia de receita tributária no exercício de 2014.

- 6.7.2.7 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas/ Não houve a aplicação de renúncia de receitas, aqueles relacionados pelo art. 14, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal: anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, no exercício de 2014 e nos anos anteriores.

- 6.7.2.8 Comunicações à RFB/6.7.2.9 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas/6.7.2.10 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal/6.7.2.11 - Fiscalizações Realizadas pela RFB/6.7.2.12Renúncia Tributária –Análise Crítica -Não houve a aplicação de renúncia de receitas, aqueles relacionados pelo art. 14, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal: anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, no exercício de 2014.

O Capítulo 7º trata sobre Gestão de Pessoas, terceirização de mão-de-obra e custos relacionados. A informação está estruturada em dois grandes blocos. O primeiro busca evidenciar por meio dos quadros A.7.1.1.1 ao A.7.2.4, os dados sobre a força de trabalho disponível no IFAP, sua qualificação e custos associados ao quadro de recursos humanos, além dos indicadores gerenciais instituídos sobre a gestão de recursos humanos e análise crítica da UJ sobre a situação da sua gestão de recursos humanos. O segundo bloco, que trata sobre a contratação de mão-de-obra e o quadro de estagiários, encontra-se estruturado em quadros. O

tópico 7.2 que trata da composição do quadro de estagiários, não houve ocorrência no período, pois o IFAP apresentou somente bolsistas em seu quadro no ano de 2014.

O capítulo 8º trata sobre Gestão de Patrimônio Mobiliário e Imobiliário apresenta informações sobre a gestão da frota de veículos próprios e normas que regulamentam o uso da frota e seus custos. O item 8.3 não correu, pois não houve locação de imóveis com utilização do orçamento da UJ.

O Capítulo 9, trata sobre a Gestão da Tecnologia da Informação, tratando especificamente sobre os contratos e gestão de bens e serviços de TI.

O quadro A.9.1 demonstra de maneira sucinta os contratos na área de TI firmados em 2014.

No capítulo 10º que trata sobre Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis, as informações estão estruturadas no quadro A.10.1, respondem especialmente aos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010, Portaria nº 2/2010. Para informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados, atenta-se para o Decreto nº 5.940/2006. Embora o IFAP não tenha participado de nenhum programa de sustentabilidade, procura-se tomar medidas necessárias visando economizar e otimizar o consumo desses produtos.

O capítulo 11 trata sobre Conformidade e Tratamento de Disposições e Normativas que tem como objetivo conhecer as providências adotadas pelo IFAP para dar cumprimento às determinações e recomendações exaradas em acórdãos do TCU ou as recomendações apresentadas em relatórios de auditoria do órgão de controle interno (OCI) ou da unidade de controle interno, bem como levantar informações sobre o cumprimento das obrigações constantes das Leis nº 8.730/1993 e 12.465/2011. Informamos que no exercício de 2014 não ocorreu nenhuma recomendação. E ao final do capítulo a Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados no exercício em análise estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Contratos de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e contratos de Repasse – SICONV.

No Capítulo 12, está referendado pelas Informações sobre Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos Pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor público evidenciando-se o tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade.

A Declaração do servidor foi elaborada com ressalva de que a contabilidade foi executada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI de que as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico) previstas pela Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, assim como o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

O Capítulo 13 trata sobre todas as informações consideradas relevantes. Não houve necessidade de preenchimento deste capítulo.

O Capítulo 14 apresenta os indicadores de gestão dos IFET nos termos do Acórdão TCU 2.227/2005. Neste item são apresentados e analisados as metas acadêmicas e administrativas, com seus indicadores.

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013 – CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO**IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA**

Quadro A.1.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação – MEC		Código SIORG: 00244
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.		
Denominação Abreviada: Instituto Federal do Amapá – IFAP		
Código SIORG: 94428	Código LOA: 26426	Código SIAFI: 158150
Natureza Jurídica: Autarquia		CNPJ: 10.820.882/0001-95
Principal Atividade: Educação profissional de nível técnico		Código CNAE: 8541-4
Telefones/Fax de contato:	(96) 3198-2150	
Endereço Eletrônico: reitoria@ifap.edu.br		
Página na Internet: http://www.ifap.edu.br		
Endereço Postal: Rodovia BR 210 KM 3, s/n - Bairro Brasil Novo. CEP: 68.909-398		
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
<p>Lei Federal nº 11.534, de 26 de outubro de 2007, cria como unidade de natureza autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, nos termos da Lei 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, a Escola Técnica Federal do Amapá, com sede em Macapá.</p> <p>Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, no seu artigo 5º, inciso III, cria o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, mediante transformação da Escola Técnica Federal do Amapá.</p> <p>Portaria nº 04/MEC, de janeiro de 2009, no seu artigo 1º, inciso III do anexo que estabelece a relação dos campi que passarão a compor cada um dos Institutos Federais de educação Ciência e Tecnologia.</p> <p>Portaria nº 1.366/MEC, de 06 de dezembro de 2010, que autoriza o funcionamento dos seus respectivos campi Macapá e Laranjal do Jari.</p> <p>Portaria 1.291, de 30 de Dezembro de 2013 que estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais e define parâmetros e normas para expansão.</p>		
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
<p>O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica do Amapá dispõe de um Estatuto, aprovado através da Portaria nº 1.110, de 02.09.2009, publicado no Diário Oficial da União, do dia 04.09.2009, Seção I, fls. 11-12.</p> <p>A Portaria Ministerial MEC nº 1066, de 13 de novembro de 2007, DOU de 14.11.2007, Seção I, fls. 219, atribui ao então Centro Federal de Educação Tecnológica do Para, hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica do Pará o encargo de adotar as medidas necessárias à implantação da então Escola Técnica Federal do Amapá.</p> <p>O Instituto Federal do Amapá tem o seu Regimento Geral aprovado <i>ad referendum</i> através da Resolução 14, de 03.07.2012.</p> <p>O Regimento Interno do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação foi aprovado <i>ad referendum</i> do Conselho Superior pela resolução nº 12, de 02 de Julho de 2012.</p> <p>PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 – 2018.</p> <p>O Regimento Interno do Conselho Superior foi aprovado pela resolução nº 35 de 05 de dezembro de 2013.</p>		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		

<p>O IFAP, em cumprimento ao estabelecido na Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, detém um Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, elaborado com base na Lei 9394/1996, Decreto 3860/1998.</p> <p>O manual de compras foi regulamentado <i>ad referendum do</i> Conselho Superior pela resolução nº 32 de 28 de dezembro de 2012.</p> <p>O curso de pós graduação <i>Lato senso</i> em Docência na Educação Profissional e Tecnológica foi regulamentado <i>ad referendum do</i> Conselho Superior pela resolução nº 12, de 02 de Julho de 2012.</p> <p>O curso de pós graduação <i>Lato senso</i> em Docência na Educação Profissional Integrada a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos foi regulamentado <i>ad referendum do</i> Conselho Superior pela resolução nº 02 de 23 de Julho de 2013.</p>	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
158160	<i>Campus Laranjal do Jari</i>
158159	<i>Campus Macapá</i>
158193	<i>Campus Porto Grande</i>
158173	<i>Campus Santana</i>
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
26426	Instituto Federal do Amapá – IFAP
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
158150	26426
158159	26426
168160	26426
158193	
158173	
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
26426	Instituto Federal do Amapá – IFAP

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIA INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

O IFAP está vinculado ao Ministério da Educação, e foi instituído juntamente com outros Institutos Federais como uma Instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular e multicampus, especializada na oferta de Educação Profissional e Tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

Missão Institucional

Oferecer de forma gratuita ensino, pesquisa e extensão no âmbito da educação profissional superior e pós-graduação preparando pessoas para o trabalho e para o exercício da cidadania.

Visão de Futuro

Consolidar-se como centro de excelência na educação profissional e tecnológica formando pessoas para o mundo do trabalho globalizado.

Princípios Norteadores

O IFAP, em sua atuação, de acordo com o Art. 3º estabelece os seguintes princípios norteadores:

I Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;

II Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;

III. Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;

IV. Inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas; e

V. Natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

A Lei 11.892/08 que institui no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação é constituída dentre várias instituições de ensino, os institutos federais e, em seu art. 5º, inciso III, o Instituto Federal do Amapá é criado.

O art. 6º desta mesma lei e o art. 4º do Estatuto do IFAP estabelecem como finalidades:

I – a oferta da educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II – o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III – a promoção da integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV – a orientação da sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências (...), oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII – o desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII – a realização e o estímulo a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX – a promoção da produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

As competências Institucionais do Instituto Federal do Amapá estão previstas nos parágrafos 2º e 3º, do art. 2º da lei 11.892/08 que estabelecem no âmbito de sua atuação o papel de instituição acreditadora e certificadora de competência profissional, além de ter a autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por ele oferecidos mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos à distância, a legislação específica.

No cumprimento de seu papel social, estão estabelecidos no art. 3º do Estatuto e no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI os seguintes princípios norteadores:

I - Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;

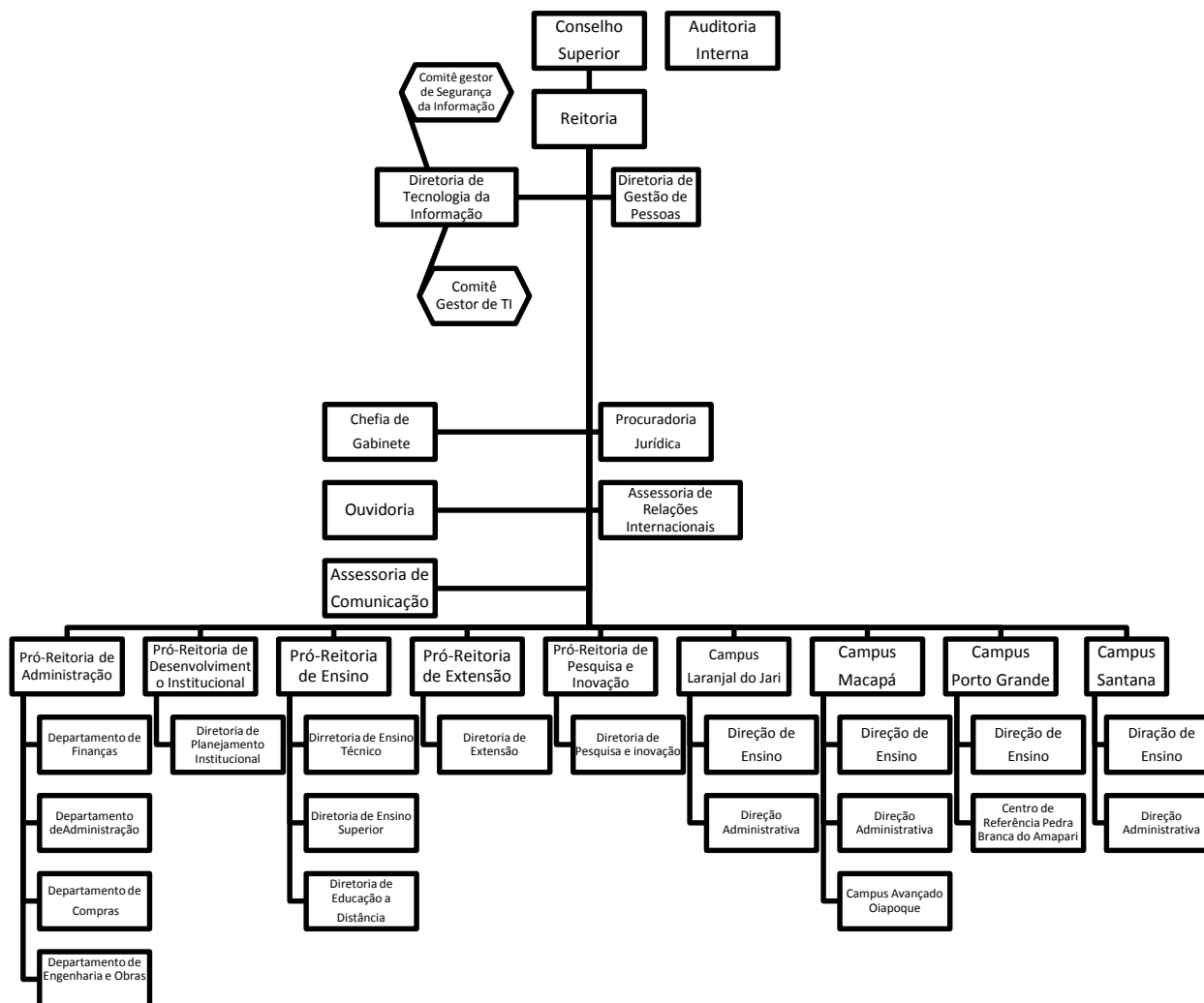
II - Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;

III- Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;

IV- Inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas; e

V - Natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL



Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação	
				Início	Fim
Reitoria	É o órgão executivo máximo da instituição e tem como competência gerir as atividades macro.	Emanuel Alves de Moura	Reitor	07/01/2009	-
Diretoria de Gestão de Pessoas	É o setor responsável por gerenciar toda a política de qualificação, capacitação, avaliação de desempenho, à saúde e qualidade de vida dos servidores.	Carlos Melo Júnior	Diretor	11/10/2010	30/07/2014
		Diogo Branco Moura	Diretor	01/08/2014	-
Diretoria de Tecnologia da Informação	É o setor responsável por gerenciar a política e ações de TI do IFAP, relacionadas as decisões do Comitê gestor de TI.	Anderson Brasiliense de Oliveira Brito	Diretor	03/09/2010	-
Pró-Reitoria de Administração	É a unidade que subsidia o funcionamento eficiente da instituição no que diz respeito ao cumprimento da legislação vigente, infraestrutura, manutenção, aquisição de materiais permanentes e de consumo, planejamento financeiro, controle e pagamento de despesas.	Ariosto Tavares da Silva	Pró-Reitor	29/02/2012	-
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	É a unidade que atua no planejamento estratégico institucional e da execução do plano de metas.	Mário Rodrigues da Silva	Pró-Reitor	16/08/2011	-
Pró-Reitoria de Ensino	É o órgão que planeja, superintende e fomenta as atividades e políticas de ensino, articuladas à pesquisa e à extensão.	Elicia Thanes Silva Sodré de França	Pró-Reitor (a)	30/07/2011	18/08/2014
		Pedro Clei Sanches Macedo		18/08/2014	-
Pró-Reitoria de Extensão	É a unidade que atua no planejamento de ações que constituem um processo educativo, cultural e científico, articulando pesquisa e ensino.	Marialva do Socorro Ramalho de Oliveira de Almeida	Pró-Reitora	09/03/2011	21/05/2014
		Erika da Costa Bezerra		03/06/2014	-
Pró-Reitoria de Pesquisa	É a unidade responsável por articular e planejar as ações referentes ao desenvolvimento da pesquisa e inovação.	Klessis Lopes Dias	Pró-Reitor	29/07/2011	19/02/2014
		Ronne Franklin Carvalho Dias		30/06/2014	-
		Angela Irene Farias de Araújo Utzig		25/10/2010	03/07/2014
Campus Laranjal do Jari	Os <i>campi</i> são as unidades que ofertam de maneira indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão, fundamentado nas bases filosóficas, epistemológicas, enfatizando o processo educativo, cultural e científico, promovendo uma relação transformadora entre o IFAP e a sociedade.	Vinicius Batista Campos	Diretor(a) Geral	03/07/2014	-
		Hanna Patricia da Silva Bezerra	Diretor (a) de Ensino	28/08/2012	31/01/2014
		Willians Lopes de Almeida	Diretor(a)	31/01/2014	-
		Elizabeth Ribeiro da Rocha	Diretor(a)	01/03/2011	09/10/2014
		Marcelo Padilha Aguiar	Administrativo (a)	09/10/2014	-
		Klenilmar Lopes Dias	Diretor (a) Geral	25/10/2010	03/06/2014
		Marialva do Socorro Ramalho de Oliveira de Almeida		03/06/2014	-
Campus Macapá	Os <i>campi</i> são as unidades que ofertam de maneira indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão, fundamentado nas bases filosóficas, epistemológicas, enfatizando o processo educativo, cultural e científico, promovendo uma relação transformadora entre o IFAP e a sociedade.	José Itapuan dos Santos Duarte	Diretor Geral	06/08/2014	-
Campus Porto Grande		Ângela Irene Farias de Araújo Utzig	Diretora Geral	03/07/2014	-
Campus Santana		Hanna Patricia da Silva Bezerra	Diretora de Ensino	02/07/2014	-
Departamento de Finanças	É o setor responsável por normatizar, planejar, coordenar, controlar, executar e avaliar as atividades das áreas financeira, orçamentária patrimonial e contábil do IFAP.	Max Ferreira Barbosa	Diretor	07/12/2011	20/03/2015
Departamento de Compras	Setor responsável por coordenar e executar as atividades de licitações, compras e contratos, adequando o processo de compras à legislação específica.	José Itapuan dos Santos Duarte	Diretor	21/10/2010	06/08/2014
		Cézar da Costa Santos	Diretor	06/08/2014	-
Departamento de Administração	É o setor responsável pela supervisão, manutenção e controle dos materiais e serviços de apoio administrativo. Este setor está passando por um processo de reestruturação, sendo responsável também pela agenda para encaminhamento de solicitação e programação anual de abertura de processos de compras e contratações da Reitoria.	Tatiane Vaz de Sales Cardoso	Diretora	05/07/2012	16/06/2014
		Ana Patrícia Amoras	Diretora	16/06/2014	01/01/2015
Departamento de Engenharia e Obras	É o setor responsável pelo planejamento e fiscalização das obras do IFAP, bem como da manutenção dos prédios.	Alexandre Salomão Barile Sobral	Diretor	24/12/2012	-

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Ensino

Os macroprocessos finalísticos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá estão relacionados à sua atividade - fim e consistem em planejar, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão a partir da articulação entre as Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas e gerências correlatas às áreas de atuação nos Campus que atuam em macroprocessos de apoio.

A Indissociabilidade entre as três áreas finalísticas é o princípio fundamental do fazer acadêmico dos Institutos Federais. Essa articulação deve promover o desenvolvimento integral dos estudantes que para além da formação profissional, possam ter uma formação para a vida.

Abaixo são apresentados alguns processos desenvolvidos pela Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) no ano de 2014.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Ensino (Educação Profissional de Nível Médio, Graduação e EAD)	Expansão e Interiorização do Ensino Superior;	Expansão e Visibilidade Institucional	Comunidade Externa aos Campus	PROEN, Campus e Reitoria
	Regulamentação de Processos de Ensino (Estágio, PPC, etc.);	Emissão de Certificados e Diplomas	Comunidade Interna dos Campus	PROEN, Campus Macapá e Laranjal do Jari
	Criação de Normativas e Orientações do Funcionamento do Ensino Superior;	Normatização de Processos; Organização da rotina administrativa e pedagógica	Comunidade Interna dos Campus	PROEN e Campus
	Representatividade Institucional em eventos estaduais, nacionais e internacionais;	Estabelecimento de contatos, parcerias e convênios	IFAP	PROEN
	Oferta de novos cursos, aumento no número de alunos matriculados e número vagas ofertas;	Crescimento e Visibilidade Institucional	Comunidade Externa aos Campus	PROEN e Campus
	Levantamento de dados quanto ao funcionamento de cursos nos Campus, ingresso, matrícula e evasão;	Criação de Políticas e Estratégias de Fortalecimento da missão Institucional	Comunidade Interna dos Campus	PROEN e Campus
	Implantação de Processos de Reconhecimento de Cursos;	Emissão de Certificados e Diplomas	Comunidade Interna dos Campus	PROEN e Campus Macapá
	Participação na implantação dos Campus Santana e Pólos de EAD.	Expansão e visibilidade Institucional	Comunidade Interna dos Campus	PROEN/DEAD
	Expansão do Programa de assistência estudantil e apoio ao Estudante.	Incentivos para permanência e continuidade dos discentes nos Cursos	Comunidade Interna e Externa dos Campus	PROEN/Campus
	Oferta de vagas para os Cursos Superiores no Campus Laranjal do Jari e Campus Macapá através do Sistema de Seleção Unificada – SISU	Expansão e Visibilidade Institucional	Comunidade Externa aos Campus	PROEN e Campus
	Visitas Técnicas aos Campus para realização de orientação e capacitação a servidores e gestores quanto aos processos regulatórios do IFAP	Orientação e Planejamento	Comunidade Interna dos Campus	PROEN e Campus
	Expansão das vagas em EAD – Implantação de novos Pólos nos Municípios;	Expansão e visibilidade Institucional	Comunidade Interna e Externa dos Campus	PROEN/DEAD
Adesão ao Sistema de Certificação do Ensino Médio.	Visibilidade Institucional	Comunidade Externa aos Campus	PROEN / Registro Escolar	

Extensão

As ações de extensão e de interação com a sociedade constituem um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, para viabilizar uma relação transformadora entre o Instituto Federal do Amapá e a sociedade. As atividades de extensão e de interação com a sociedade têm como objetivo a promoção da divulgação de conhecimentos científico, social, artístico, cultural e tecnológico de maneira inclusiva e reconhecendo os saberes existentes, através da oferta de atividades específicas.

À Pró-Reitoria de Extensão compete: planejar, superintender, coordenar e fomentar as políticas e atividades relativas à extensão, empreendedorismo e inovação tecnológica, articuladas ao ensino em estreita relação com os diversos segmentos e realidades da sociedade, bem como acompanhar a execução dessas políticas no âmbito do IFAP.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
PBAEXT	Programa de concessão de bolsas aos discentes do Ifap	Desenvolvimento de atividades de extensão	Alunos e servidores do Ifap e comunidade em geral	Campus Macapá e Laranjal do Jari
Programa Mostre-se	Programa de concessão de bolsas aos discentes do Ifap	Desenvolvimento de atividades de extensão tecnológica	Alunos e servidores do Ifap e comunidade em geral	Campus Macapá e Laranjal do Jari
Prática de Robótica	Aquisição de kits de robótica Lego Mindstorms e Arduino. Implantação da robótica no Ifap com medida estratégica para o desenvolvimento do potencial tecnológico e da produção científica na instituição.	Participação na Olimpíada Brasileira de Robótica	Alunos e servidores do Ifap e comunidade externa	Campus Macapá e Laranjal do Jari
Prática de Xadrez	Aquisição de jogos, livros e relógios (analógico e digital) de Xadrez	Prática regular de xadrez na instituição	Alunos e servidores do Ifap e comunidade externa	Campus Macapá, Laranjal do Jari e Santana
Curso Projeja	Formação Continuada de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento	Capacitação de profissionais da educação	Profissionais da educação da Secretarias de Educação dos municípios de Macapá e Santana e Secretaria de Educação do Estado do Amapá	Campus Macapá
Programa Jornada de Extensão	Promover a integração entre o Ifap e comunidade, mediando ações que possibilite a troca de informações e conhecimentos entre os diversos atores envolvidos	Prestação de serviços na forma de cursos, palestras, ações de acessibilidade e tecnologia assistiva, ações sociais, de meio ambiente e sustentabilidade	Discentes do Ifap, estudantes da rede pública e privada dos municípios de Macapá, Santana, Laranjal do Jari e Pedra Branca, profissionais e comunidade em geral	Campus Macapá, Laranjal do Jari e Santana
Pronatec	Formação profissional	Oferta de Cursos FIC e de Cursos Técnicos	Jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda	Campus Macapá, Laranjal do Jari e Santana
Programa Mulheres Mil	Formação profissional e tecnológica	Oferta de Cursos FIC	Mulheres de baixa renda e vulnerabilidade social	Campus Macapá, Laranjal do Jari e Santana
Convênios de estágio com agentes de integração	Formalização de convênios com o propósito de ampliar as oportunidades de estágio aos alunos do Ifap	Vagas de estágio para alunos dos cursos técnicos e superior, incluindo cursos técnicos do Pronatec	Alunos do IFAP	Campus Macapá, Laranjal do Jari e Santana
Convênio de Estágio Internacional	Realização de estágio internacional	Vaga de Estágio na Universidade de Algarve, Portugal	Alunos do IFAP	Campus Macapá

A Proext, em conjunto com as Coordenações de Extensão dos Campus, objetivando cumprir a missão do Instituto, desenvolveram várias ações, as quais citamos: Convênios firmados com a finalidade de estágio para os alunos; encaminhamento de alunos para realizar estágio; realização de estágio internacional, visitas técnicas às empresas, desenvolvimento de projetos artísticos, sociais, esportivos, culturais e tecnológicos.

Campus Laranjal do Jari

Os macroprocessos finalísticos do Campus Laranjal do Jari estão relacionados tanto à sua atividade fim como meio.

Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Ensino	Implantação de novos cursos	- Curso técnico em Florestas na forma subsequente - Curso superior de Licenciatura em Ciências Biológicas	Comunidade Externa	Direção de Ensino/Coordenações de curso
	Colação de grau de alunos do subsequente	- Emissão de Diplomas - Outorga do grau de técnico para os cursos ofertados pelo Campus (125 diplomas emitidos)	Alunos concluintes do Campus	Campus Laranjal do Jari
	Participação em eventos promovidos pela rede federal de educação profissional e tecnológica	- Jogos dos Institutos Federais da região norte e nordeste; - Participação no Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação (CONNEPI)	Alunos e servidores do Campus	Campus Laranjal do Jari
	Participação em eventos estaduais e nacionais	- Bons resultados em feiras científicas - Apresentação de trabalhos acadêmicos - Premiações para o Campus	Alunos e servidores do Campus	Coordenações de cursos
	Implantação do núcleo de estudo sobre a evasão escolar	- Relatórios para melhor acompanhamento na tomada de decisão a respeito da evasão escolar	IFAP	Campus Laranjal do Jari
	Promoção de eventos científicos e culturais	- Maior visibilidade da comunidade interna e externa do Campus sobre o potencial da instituição na região	Comunidade Interna e externa do Campus	Direção Geral/Coordenações de cursos/Direção de Ensino/Coordenação de Pesquisa e Extensão
	Utilização dos sistemas vinculados ao MEC	- Atualização do CENSO e SISTEC	Comunidade Interna do Campus	Direção de Ensino/Registro Escolar
	Cursos FIC realizados em eventos ou isolados	- 2.435 (dois mil quatrocentos e trinta e cinco) certificações realizadas	Comunidade Interna e externa do Campus	Coordenações de curso/Registro Escolar/Coordenação de Pesquisa e Extensão
	Execução do Programa de Assistência Estudantil	- 449 auxílios concedidos pelo PAE (gasto aproximado de R\$ 416.059,00)	Alunos do Campus	Coordenação de Apoio ao Ensino (CAE)
	Oferta de vagas para cursos técnicos e um superior	- 445 novos alunos matriculados	Comunidade Externa	Direção de Ensino/Registro Escolar
	Contratação de novos professores	- 15 professores efetivos - 4 professores substitutos	Alunos do Campus	Direção Geral/Direção de Ensino
Adesão ao Sistema de Certificação do Ensino Médio	- 4 certificados expedidos	Comunidade Externa	Registro Escolar	
Administração	Capacitação de servidores	- 35 capacitações aplicadas na participação em eventos e/ou bolsa graduação/pós-graduação	Servidores do Campus	Direção Geral/Direção Administrativa/Direção de Ensino
	Execução orçamentária	- sendo executado aproximadamente 63% do orçamento destinado ao Campus (dados referentes até o mês novembro de 2014)	Comunidade Interna e externa do Campus	Direção Geral/Direção Administrativa

2 INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

2.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A governança do IFAP está subsidiada pela seguinte estrutura: Conselho Superior (CONSUP), Auditoria Interna (AUDIN), Comitê Gestor de TI e a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPPAD).

2.1.1 Conselho Superior

O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, tendo a seguinte composição:

- I. O Reitor, como presidente;
- II. 02 (dois) representantes dos servidores docentes, eleitos por seus pares, na forma regimental;
- III. 02 (dois) representantes dos servidores técnico-administrativo, eleitos por seus pares, na forma regimental;
- IV. 02 (dois) representantes dos discentes, eleitos por seus pares, na forma regimental;
- V. 02 (dois) representantes dos egressos;
- VI. 06 (seis) representantes da sociedade civil, sendo 02 (dois) indicados por entidades patronais, 02 (dois) indicados por entidades dos trabalhadores, 02 (dois) representantes do setor público e/ou empresas estatais, designados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;
- VII. 01 (um) representante do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;
- VIII. O último ex-reitor; e
- IX. 02 (dois) diretores-gerais de *campi*, eleitos por seus pares, na forma regimental;

2.1.2 Comitê Gestor de Tecnologia da Informação

CGTI – O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação é o órgão colegiado consultivo e propositivo que tem a finalidade de colaborar com a Diretoria de TI para o desenvolvimento das políticas e ações do IFAP na área de Tecnologia da Informação.

Base Normativa: Resolução IFAP nº 030 de 12-11-2012

CGSI – O Comitê Gestor de Segurança da Informação é o órgão colegiado consultivo e propositivo que tem a finalidade de colaborar com o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI e coordenar a Equipe de Tratamento de Incidentes em Redes Computacionais - ETIR para o desenvolvimento das políticas e ações do IFAP na área de Segurança da Informação.

Base Normativa: Resolução nº 022 de 10-08-2012

ETIR – A Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais tem como objetivo facilitar e coordenar as atividades de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais, receber e/ou notificar qualquer evento adverso, confirmado ou sob suspeita, relacionado à segurança dos sistemas de computação ou das redes de computadores, a fim de contribuir para a adequada prestação dos serviços do Instituto.

Base Normativa: Resolução nº 013 de 03-07-2012

DTI – As informações pertinentes a definição e competências da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) encontram-se no regimento geral deste Instituto.

Base Normativa: Regimento Geral IFAP

CRI – A Coordenação de Redes e Infraestrutura (CRI) está subordinada diretamente à Diretoria de Tecnologia da Informação e tem como objetivo manter os serviços de redes que dão suporte aos sistemas de informação instituídos no IFAP com apoio dos seus núcleos subordinados.

Base Normativa: Regimento Interno Reitoria – DTI – Em fase de homologação

CSI – Coordenação de Sistemas de Informação (CSI) está subordinada diretamente à Diretoria de Tecnologia da Informação e tem como objetivo manter os serviços de sistemas de informação instituídos no IFAP com apoio dos seus núcleos subordinados.

Base Normativa: Regimento Interno Reitoria – DTI – Em fase de homologação

NSAc – O Núcleo de Sistemas Acadêmicos (NSA) está subordinado à Gerência de Sistemas e tem como objetivo operacionalizar o desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação inerente a gestão acadêmica deste Instituto.

Base Normativa: Regimento Interno Reitoria – DTI – Em fase de homologação

NSAd – O Núcleo de Sistemas Administrativos (NSD) está subordinado à Coordenação de Sistemas de Informação e tem como objetivo operacionalizar o desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação inerente a gestão administrativa deste Instituto.

Base Normativa: Regimento Interno Reitoria – DTI – Em fase de homologação

NGR – O Núcleo de Gerência de Redes (NGR) está subordinado à Coordenação de Redes e Infraestrutura e tem como objetivo gerenciar e manter os serviços de rede fornecidos pela DTI.

Base Normativa: Regimento Interno Reitoria – DTI – Em fase de homologação

NAU – O Núcleo de Atendimento ao Usuário (NAU) está diretamente subordinado à Diretoria de Tecnologia da Informação e tem como objetivo registrar dúvidas, reclamações e sugestões dos usuários sobre os serviços oferecidos pela DTI.

Base Normativa: Regimento Interno Reitoria – DTI – Em fase de homologação

NGTI – O Núcleo de Governança em TI (NGT) está diretamente subordinado à Diretoria de Tecnologia da Informação e tem como objetivo operacionalizar as demandas relacionadas à governança na área de tecnologia da informação.

Base Normativa: Regimento Interno Reitoria – DTI – Em fase de homologação

CSegI – A Coordenação de Segurança da Informação (CSegI) está subordinada diretamente à Diretoria de Tecnologia da Informação e tem como objetivo manter os parâmetros de segurança de informação dentro das diretrizes definidas por políticas do Governo Federal, do IFAP e de práticas amplamente difundidas no mercado instituídas no IFAP com apoio dos seus núcleos subordinados.

Base Normativa: Regimento Interno Reitoria – DTI – Em fase de homologação

NSI – O Núcleo de Segurança da Informação (NSI) está subordinado à Coordenação de Sistemas de Informação e tem como objetivo operacionalizar as demandas relacionadas à segurança da informação.

Base Normativa: Regimento Interno Reitoria – DTI – Em fase de homologação

2.1.3 Auditoria Interna

Base Normativa

As ações de auditoria interna nos institutos federais têm sua base normativa derivada da Constituição Federal de 1988, que em seus artigos 70 e 74 trata do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. A partir disso, o Decreto Presidencial nº 3.591/00 (do ano de 2000, com alterações) definiu atribuições à Controladoria-Geral da União (CGU, o órgão central do sistema) e à Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) para a edição de instruções normativas sobre controle e auditoria interna.

As principais normas específicas sobre o planejamento anual da auditoria interna, são a Instrução Normativa CGU nº 07, de 29 de dezembro de 2006, e a Instrução Normativa SFC nº 01, de 03 de janeiro de 2007.

Atribuições

A AUDIN é responsável pelo fortalecimento e assessoramento a gestão, encarregada da análise periódica de desempenho das atividades estabelecidas pela administração, de forma a proporcionar aos gestores base segura para a tomada de decisões, bem como prestar apoio aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

A Unidade de Auditoria Interna está estruturada com dois servidores, ambos lotados na Reitoria.

Forma de Atuação

A forma de atuação da Unidade de Auditoria Interna atende as orientações do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União. Abrangendo todas as unidades organizacionais do Instituto Federal do Amapá, constituindo-se objetos de exames amostrais os processos de trabalho, com ênfase para:

- a) Sistemas administrativos operacionais e os controles internos administrativos utilizados na gestão orçamentaria, contábil, financeira, patrimonial, operacional e de pessoal;
- b) A execução dos planos, programas, projetos e atividades que envolvam aplicação de recursos públicos federais;
- c) Os processos de licitação, inclusive na modalidade pregão, as dispensas e as inexigibilidades;
- d) Os instrumentos e sistemas de guarda e conservação dos bens e do patrimônio sob responsabilidade das unidades organizacionais do Instituto;
- e) Os atos administrativos que resultem direitos e obrigações para o Instituto;
- f) Verificação do cumprimento das normas internas e da legislação pertinente;
- g) Relatório de Gestão;

Estão sujeitos a atuação da Unidade de Auditoria Interna quaisquer unidades organizacionais ou empregados, que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem

dinheiros, bens e valores do Instituto ou pelos quais o Instituto responda, ou que, em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária.

2.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Nº do Relatório	Área Examinada	Ação do PAINT	Objeto da Auditoria	Constatações
				Quantidade por Relatório
REITORIA				
01	Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial e Suprimento de Fundos	8.2	Examinar os controles existentes no patrimônio quanto a confiabilidade dos registros, relacionados a localização, quantidade, movimentação e estado de conservação dos bens. Efetuar verificação física do bem com o informado no inventário. Avaliar de forma objetiva a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da Unidade classificado como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União ou locado de terceiros, verificar a correção e completude dos registros dos imóveis no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, quando de uso obrigatório pela UJ.	04
02	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP	Extra	Proceder à análise das concessões de diárias e de passagens aéreas realizadas por meio da utilização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, verificando o cumprimento das normas internas e da legislação pertinente e avaliar os controles internos existentes.	02
03	Auditoria de Conformidade na Gestão de Recursos Humanos (Denúncia)	Extra	Proceder análise sobre acumulação de cargo público	01
04	Avaliação da Gestão do uso de Cartão de Pagamento e situação das transferências realizadas pelo Instituto	8.2.5	Avaliar a gestão do uso dos Cartões de Pagamento do Governo Federal, quanto a conformidade da instituição e da utilização dos cartões de pagamento com as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008. Levantar quais foram as transferências voluntárias concedidas pelo Instituto, examinada mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres.	0
05	Avaliação da Estrutura de Controles Internos e Monitoramento ao atendimento as recomendações da AUDIN	8.1.2.4	Avaliar a estrutura dos Controles Internos das áreas de Planejamento e Execução da unidade, nos seguintes aspectos: ambiente de controle, avaliação de risco, procedimentos de controle, informação e comunicação, e monitoramento as implementações das recomendações propostas pela auditoria interna.	0
06	Avaliação dos Registros de Admissão e Cessão dos servidores do IFAP	8.3.1	Avaliar a gestão de Recursos Humanos sob os aspectos da legalidade e legitimidade.	0
07	Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios e a Aderência aos Critérios de Sustentabilidade	8.2.1	Avaliar, por amostragem, a regularidade dos processos licitatórios realizados nas modalidades de Pregão Eletrônico, Concorrência, incluindo os atos relativos à dispensa e à inexigibilidade de licitação, selecionados com base nos critérios de materialidade, relevância e criticidade.	01
08	Avaliação da Gestão de Contratos	8.2.4	Verificar a formalidade dos Contratos e respectivos pagamentos.	01
09	Avaliação sobre a Gestão de Tecnologia da Informação	8.2.2	Avaliar se as contratações de Soluções de TI estão baseadas nas necessidades reais do órgão/entidade, se estão alinhadas com o PDTI ou documento similar e se estão em conformidade com a IN nº 04 2010 da SLTI.	01
10	Auditoria de Conformidade na Gestão de Recursos Humanos – Acúmulo de Cargos (Denúncia)	Extra	Proceder análise sobre acumulação de cargo público	0

11	Auditoria de Conformidade na Gestão Patrimonial – Frota de Veículos <i>(Denúncia)</i>	Extra	Avaliar a Gestão Patrimonial – Frota de Veículos	01
CAMPUS MACAPÁ				
01	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP	Extra	Proceder à análise das concessões de diárias e de passagens aéreas realizadas por meio da utilização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, verificando o cumprimento das normas internas e da legislação pertinente e avaliar os controles internos existentes.	02
02	Auditoria de Gestão Patrimonial - Frota de Veículos	Extra	Avaliar a Gestão Patrimonial – Frota de Veículos	04
03	Gestão de Recursos Humanos	8.3	Avaliar a gestão de Recursos Humanos sob os aspectos da legalidade e legitimidade.	02
04	Gestão Orçamentária Financeira,	Extra	Avaliar a execução Orçamentária e Financeira	02
06	Avaliação da Gestão do uso de Cartão de Pagamento e situação das transferências realizadas pelo Instituto	8.2.1 8.2.5	Avaliar, por amostragem, a regularidade dos processos licitatórios realizados nas modalidades de Pregão Eletrônico, Concorrência, incluindo os atos relativos à dispensa e à inexigibilidade de licitação, selecionados com base nos critérios de materialidade, relevância e criticidade.	01
CAMPUS LARANJAL DO JARI				
01	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP	Extra	Proceder à análise das concessões de diárias e de passagens aéreas realizadas por meio da utilização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, verificando o cumprimento das normas internas e da legislação pertinente e avaliar os controles internos existentes.	02
02	Avaliação da Gestão Patrimonial Imobiliário – Frota de Veículos	8.2.3	Avaliar a Gestão Patrimonial – Frota de Veículos	03
03	Gestão de Recursos Humanos	8.3	Avaliar a gestão de Recursos Humanos sob os aspectos da legalidade e legitimidade.	01
04	Avaliação da Gestão Patrimonial Imobiliário	8.2.3	Examinar os controles existentes no patrimônio quanto a confiabilidade dos registros, relacionados a localização, quantidade, movimentação e estado de conservação dos bens. Efetuar verificação física do bem com o informado no inventário. Avaliar de forma objetiva a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da Unidade classificado como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União ou locado de terceiros, verificar a correção e completude dos registros dos imóveis no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, quando de uso obrigatório pela UJ.	04
05	Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios e a Aderência aos Critérios de sustentabilidade	8.2.1	Avaliar, por amostragem, a regularidade dos processos licitatórios realizados nas modalidades de Pregão Eletrônico, Concorrência, incluindo os atos relativos à dispensa e à inexigibilidade de licitação, selecionados com base nos critérios de materialidade, relevância e criticidade.	01
06	Gestão Orçamentária, Financeira.	Extra	Avaliar a execução Orçamentária e Financeira	0
TOTAL				33

c) demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade jurisdicionada;

Destarte, segue abaixo as auditorias mais relevantes realizadas pela auditoria interna do IFAP, no exercício 2014, e respectivas constatações.

Nº do Relatório	Ação do PAINT/2014 Planejada	Ação do PAINT/2014 Realizada	Ação não Planejada / Realizada	Sector Responsável pela Implementação	Constatações	Recomendações	Providências adotadas	Situação das Implementações
01	8.2	8.2		Pró-Reitoria de Administração, Coordenação de Patrimônio	-Deficiência no controle dos bens patrimoniais.	001-Recomendamos acompanhamento e controle dos bens distribuídos sem incorporação ao patrimônio do IFAP, até a sua total regularização, enviando a AUDIN os Termos de Responsabilidade. Revisão nas rotinas de atualização de Termos de Responsabilidades em períodos mais curtos.	As falhas apontadas ainda não foram sanadas.	Não Implementada
					Ausência de sistema informatizado para movimentação de bens.	002-Recomendamos que mesmo que se adote novamente a apresentação do RMB em planilha excel (temporariamente), que se adquira outro sistema patrimonial para dar suporte necessário ao Patrimônio.	As falhas apontadas ainda não foram totalmente sanadas.	Parcialmente Implementada
					Falha no Levantamento do Inventário.	003-Recomendamos que se conclua o levantamento dos bens constantes das salas e contas patrimoniais não inventariados conforme informado no Relatório de Inventário, através da Coordenação de Patrimônio ou que seja nomeada outra comissão para Levantamento de Inventário Eventual. Sem as devidas informações a Coordenação de Patrimônio não terá condições de fazer as devidas atualizações no Patrimônio do Instituto.	As falhas apontadas foram sanadas.	Implementada
					Ausência de rotinas de acompanhamento de procedimentos de apuração de responsabilidades.	004-Recomendamos elaboração de rotinas de acompanhamento de procedimentos de apuração de responsabilidades e comprovação da conclusão dos processos em andamento.	As falhas apontadas ainda não foram totalmente sanadas.	Parcialmente Implementada
02			Extra	Gabinete da Reitoria	Falhas no controle de recebimento e análise de prestação de contas de viagens.	001-Recomendamos, que sejam envidados esforços no sentido de orientar os proponentes e seus respectivos substitutos quanto à importância de realizarem, antes da aprovação, a verificação da existência e a devida análise dos documentos que devem ser anexados as prestações de contas (relatórios de viagens, cartões de embarque, certificados, atestados, convites, programações, folders, etc.), conforme disposto no artigo 4, IV, da IN Nº 003/2014/CONSUP/IFAP de 01 de abril de 2014, verificando inclusive a observância dos demais dispositivos legais pertinentes.	As falhas apontadas foram sanadas.	Implementada
					Inobservância ao prazo legal para prestação de contas de viagens.	002-Recomenda-se aos servidores e colaboradores o cumprimento estrito dos prazos para prestação de contas de viagens, conf. artigo 45 da IN Nº 003/2014/CONSUP/IFAP de 01 de abril de 2014, verificando inclusive a observância dos demais dispositivos legais pertinentes.	As falhas apontadas foram sanadas.	Implementada
03			Extra	Diretoria de Gestão de Pessoas	Falhas no controle de recebimento e análise da Declaração de Acumulo de Cargo Público.	001-Recomendamos o acompanhamento da DIGEP nos casos em questão e assim que resolvido que seja encaminhado cópia da conclusão da apuração para Auditoria Interna, como também que seja observado o item 9.3 do Acórdão nº 1.626/2012 – TCU - Plenário.	As falhas apontadas foram sanadas.	Implementada
07	8.2.1	8.2.1		Pró-Reitoria de Administração, Departamento de compras	Falha na instrução e formalização de processos licitatórios.	001-Recomendamos a área auditada, maior atenção na instrução e formalização dos processos licitatórios no cumprimento da legislação pertinente.	As falhas apontadas foram sanadas.	Implementada
08	8.2.4	8.2.4		Pró-Reitoria de Administração, Departamento de Compras, Contratos	Falhas na verificação e conferência de documentação constante dos processos de contratos administrativos.	001-Recomendamos a adoção de procedimentos de verificação e conferência de documentação constante dos processos de contratos administrativos.	As falhas apontadas foram sanadas.	Implementada
09	8.2.2	8.2.2		Diretoria de Tecnologia da Informação	Falhas na elaboração do PDT.	001-Recomendamos a revisão do PDTI, com a inserção do Item referente ao Plano de metas e de Ações de TI, informando os critérios de priorização das necessidades identificadas, inclusão da proposta orçamentária de TI.	As falhas apontadas foram sanadas.	Parcialmente Implementada

					Ausência de divulgação das atualizações dos normativos de TI.	002-Recomendamos a divulgação das atualizações dos normativos de TI.	As apontadas foram sanadas.	falhas foram	Parcialmente Implementada
11			Extra	Reitoria	Ausência de documentação comprobatória de transferência de bens cedidos pelo IFPA.	001-Recomendamos que seja disponibilizada documentação de transferência dos bens cedidos ao IFAP, pelo IFPA, quando de sua ocorrência.	As apontadas não foram totalmente sanadas.	falhas ainda foram	Parcialmente Implementada
					Ausência de controle na prestação de serviços de manutenção de veículos.	002-Recomendamos a área auditada, que seja cobrado do prestador de serviços maior celeridade na conclusão dos trabalhos de manutenção do veículo e disponibilizada documentação a Auditoria Interna.	As apontadas não foram sanadas.	falhas ainda foram	Não Implementada
01			Extra	Campus Macapá	Falhas no controle de recebimento e análise de prestação de contas de viagens.	001-Recomendamos, que sejam envidados esforços no sentido de orientar os proponentes e seus respectivos substitutos quanto à importância de realizarem, antes da aprovação, a verificação da existência e a devida análise dos documentos que devem ser anexados as prestações de contas (relatórios de viagens, cartões de embarque, certificados, atestados, convites, programações, folders, etc.), conforme disposto no artigo 4, IV, da IN N° 003/2014/CONSUP/IFAP de 01 de abril de 2014, verificando inclusive a observância dos demais dispositivos legais pertinentes	As apontadas foram sanadas.	falhas foram	Implementada
					Inobservância ao prazo legal para prestação de contas de viagens.	002-Recomenda-se um trabalho de conscientização com servidores e colaboradores no cumprimento estrito aos prazos para prestação de contas de viagens, conf. artigo 45 da IN n° 003/2014/CONSUP/IFAP de 01 de abril de 2014, verificando inclusive a observância dos demais dispositivos legais pertinentes.	As apontadas foram sanadas.	falhas foram	Implementada
02			Extra	Campus Macapá	Ausência de Normas Internas sobre a utilização de veículos.	001-Recomendamos que seja criada revisada a norma interna sobre a utilização de veículos oficiais pela Instituição, definindo procedimentos para apuração da responsabilidade e para o ressarcimento de danos.	As apontadas não foram sanadas.	falhas ainda foram	Não Implementada
					Inexistência de Comissão Permanente de Apuração de Acidentes.	002-Recomendamos que seja criada Comissão Permanente de Apuração de Acidentes.	As apontadas não foram sanadas.	falhas ainda foram	Não Implementada
					Ausência de controle sobre manutenções, abastecimentos, lavagens e lubrificações.	003-Recomendamos a elaboração de planilhas ou utilização de sistema que possa proporcionar o acompanhamento sobre manutenções, abastecimentos, lavagens e lubrificações dos veículos, de uma maneira geral, por tratar-se de controle interno sobre a frota de veículos oficiais.	As apontadas não foram sanadas.	falhas ainda foram	Não Implementada
					Ausência de norma interna sobre procedimentos utilizados no registro de ocorrências com veículos oficiais.	004-Recomendamos definição em norma interna, sobre procedimentos utilizados no registro de ocorrência com veículos oficiais e abertura de processos administrativo para apuração das responsabilidades, quando necessário.	As apontadas não foram sanadas.	falhas ainda foram	Não Implementada
03	8.3	8.3		Campus Macapá	Ausência de rotinas de acompanhamento de lançamentos na folha de pagamento.	001-Recomendamos que sejam criadas rotinas de acompanhamento junto a DIGEP, para verificação dos lançamentos em folha referente as movimentações informadas pelo Campus Macapá, para que não fique sem o devido lançamento no mês de competência.	As apontadas foram sanadas.	falhas foram	Implementada
					Ausência de controle de lançamentos provenientes da folha de ponto.	002-Recomendamos que sejam criadas rotinas de revisão de lançamentos informados no SIAPE em confronto com as folhas de pontos, para que não fique sem o devido lançamento no mês de competência.	As apontadas foram sanadas.	falhas foram	Implementada
04	8.2	8.2		Campus Macapá	Falhas na verificação da habilitação fiscal de fornecedores.	001-Recomendamos a Coordenação de Orçamento e Finanças/COFIN, observância a Instrução Normativa nº 02, de 11 de outubro de 2013, Art. 3º § 1º e ao Art. 195 da CF, para identificação de possível proibição de fornecedores de contratar com o Poder Público e proceder a devida verificação da manutenção de sua habilitação fiscal.	As apontadas foram sanadas.	falhas foram	Implementada

					Servidores sem o devido conhecimento para execução de Suprimentos de fundos e cartão de Pagamento.	002-Recomendamos que os servidores que trabalham com Suprimentos de Fundos e Cartão de pagamento, tomem conhecimento da legislação necessária para o desempenho de suas funções.	As falhas apontadas foram sanadas.	Implementada
06	8.2.5	8.2.5		Campus Macapá	Falha na instrução e formalização de processos licitatórios.	001-Recomendamos mais atenção na instrução e formalização dos processos licitatórios em atendimento a legislação correspondente.	As falhas apontadas foram sanadas.	Implementada
01			Extra	Campus Laranjal do Jari	Falhas no controle de recebimento e análise de prestação de contas de viagens.	001-Recomendamos, que sejam envidados esforços no sentido de orientar os proponentes e seus respectivos substitutos quanto à importância de realizarem, antes da aprovação, a verificação da existência e a devida análise dos documentos que devem ser anexados as prestações de contas (relatórios de viagens, cartões de embarque, certificados , atestados, convites, programações, folders, etc.), conforme disposto no artigo 4, IV, da IN Nº 003/2014/CONSUP/IFAP de 01 de abril de 2014, verificando inclusive a observância dos demais dispositivos legais pertinentes.	As falhas apontadas foram sanadas.	Implementada
					Ausência de divulgação de normas internas sobre prestação de contas de viagens.	002-Recomenda-se um trabalho de conscientização com servidores e colaboradores no cumprimento estrito aos prazos para prestação de contas de viagens, conf. artigo 45 da IN Nº 003/2014/CONSUP/IFAP de 01 de abril de 2014, verificando inclusive a observância dos demais dispositivos legais pertinentes.	As falhas apontadas foram sanadas.	Implementada
02	8.2.3	8.2.3		Campus Laranjal do Jari	Ausência de normas internas	001-Recomendamos a concretização da elaboração das normas internas sobre a utilização dos veículos oficiais do Campus Laranjal do Jari.	As falhas apontadas não foram sanadas.	Não Implementada
					Ausência de controle na manutenção de veículos oficiais.	002-Recomendamos a efetivação das ferramentas de controle da manutenção dos veículos oficiais.	As falhas apontadas não foram sanadas.	Não Implementada
					Ausência de Comissão Permanente de Apuração de Acidentes.	003-Recomendamos a criação da Comissão Permanente de Apuração de Acidentes.	As falhas apontadas não foram sanadas.	Não Implementada
03	8.3	8.3		Campus Laranjal do Jari	Ausência de rotinas de acompanhamento de lançamentos na folha de pagamento.	001-Recomendamos adotar rotinas de verificação de quantidades de horas lançadas no SIAPE em concordância com as descritas nas folhas de ponto dos servidores.	As falhas apontadas foram sanadas.	Implementada
04	8.2.3	8.2.3		Campus Laranjal do Jari	Falhas no controle de bens patrimoniais.	001-Adotar medidas suficientes e necessárias elaborando controles internos de rotinas e procedimentos para atualização da localização dos bens movimentados para efetivo controle em conformidade com a legislação vigente.	As falhas apontadas não foram sanadas.	Não Implementada
					Falhas no controle de bens patrimoniais.	002-Adotar medidas suficientes e necessárias elaborando controles internos de rotinas e procedimentos para registro dos bens patrimoniais da unidade para efetivo controle em conformidade com a legislação vigente.	As falhas apontadas não foram sanadas.	Não Implementada

				Falhas no controle de bens patrimoniais.	003-Adotar medidas suficientes e necessárias elaborando controles internos de rotinas e procedimentos para verificação mensal de movimentação de bens com os devidos Termos de Transmissão de Responsabilidades para efetivo controle em conformidade com a legislação vigente.	As falhas apontadas não foram sanadas.	falhas ainda foram	Não Implementada
				Falha no controle interno do almoxarifado.	004-Adotar medidas suficientes e necessárias elaborando controles internos de rotinas e procedimentos para registro dos materiais de almoxarifado da unidade para efetivo controle em conformidade com a legislação vigente.	As falhas apontadas não foram sanadas.	falhas ainda foram	Não Implementada
05	8.2.1	8.2.1	Campus Laranjal do Jari	Falha na instrução e formalização de processos licitatórios e contratos administrativos.	001-Recomendamos a manualização de rotinas de documentos e realização de capacitação dos servidores envolvidos com a gestão dos processos licitatórios, contratos administrativos de forma a eliminar vícios formais na composição de processos, promovendo à juntada dos documentos com as devidas assinaturas e portarias. Aperfeiçoar as rotinas para verificação de conformidade de documentos a serem juntados ao processo que comprovem a cada contratação, empenho e pagamento, a regularidade dos contratados através da consulta SICAF e Seguridade Social. Que na emissão do empenho seja colhida a assinatura do ordenador de despesa e antes de cada pagamento seja verificado o ateste da nota fiscal e o "Pague-se" autorizando o pagamento.	As falhas apontadas não foram sanadas.	falhas ainda foram	Não Implementada

d) eventuais redesenhos feitos recentemente na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes;

No exercício de 2014 não foram feitos redesenhos na estrutura organizacional da unidade de auditoria interna, nem reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada.

e) opinião do auditor interno sobre a qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional unidade jurisdicionada.

A Avaliação dos indicadores de desempenhos utilizados pela Entidade, são fundamentais para o cumprimento dos Acórdãos do TCU, que estabelecem às Instituições da Rede Federal de EPCT e a própria SETEC, uma análise mais abrangente da situação do ensino tecnológica do país e a sua evolução. Por isso a necessidade que as Instituições busquem de forma sistêmica, um padrão de análise dos indicadores para justificar os resultados, a Auditoria Interna através do SIMEC, no módulo “Acompanhamento da Ação”, verificou a ausência de informações, constando apenas um programa e uma ação que demonstra Indicadores de Eficiência e Eficácia, conforme detalhado abaixo:

Programa / Ação	Dotação Atualizada	Financeiro Liquidado	Percentual de Execução	Meta Física / Atualizada	Meta Física / Executada com RAP	Percentual de Execução com RAP
2030/20RJ	201.600,00	74.933,22	37,16%	50	-	-
2031/20RL	12.075.797,00	5.171.972,22	42,82%	2.780	3.009	100%
2031/20RG	16.385.180,00	5.792.895,75	35,35%	7	-	-
2031/20RG	500.000,00	0,00	0,00%	5	-	-
2031/2994	1.456.051,00	1.188.561,35	81,62%	1.815	1.110	61,15%
2109/4572	1.312.228,00	813.232,88	61,97%	173	173	100%

Fonte SIMEC/PROEN

O principal fator que contribuiu para a execução da ação 4572 foram as políticas internas de capacitação, a disponibilização orçamentária, bem como a ampla diversificação de cursos ofertados em nossas áreas de interesse. O principal fator que dificultou a execução da ação 4572 foi a limitação de encontrar instituições que disponibilizassem os cronogramas de seus cursos com antecedência mínima para os trâmites burocráticos peculiares a instituições públicas, dificultando o planejamento melhor elaborado, o fator geográfico também potencializou essa limitação.

Os demais programas e ações não foram informados no SIMEC, a meta física alcançada. Porém a Pró-Reitoria de Ensino disponibilizou dados para que pudéssemos analisar algumas ações.

Verificamos que as Ações 20RJ, 20RL e 20RG obtiveram percentuais de execução financeira muito abaixo do esperado, onde não podemos considerar um bom desempenho das referidas ações.

Com relação a Meta Física não podemos analisar as Ações 20RJ, 20RG, devido à ausência de informação por parte dos responsáveis. Já as Ações 20RL, 2994, 4572, apesar de haver divergências entre o percentual de Financeiro Liquidado e Meta Física, obtiveram um bom desempenho.

Devido a falhas na alimentação do Sistema SIMEC, e a ausência de dados para análise dos Indicadores de Eficiência e Eficácia a Auditoria Interna considera a existência de um controle interno deficiente, relacionado a apuração dos resultados dos indicadores, por dificuldades encontradas para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional da Instituição.

2.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO

O IFAP possui uma Comissão Própria para análise de Processos Administrativos Disciplinares normatizada por meio da portaria nº 152/2014/GR/IFAP. Esta é composta por 3 servidores e tem como competência a análise, o gerenciamento e a supervisão dos processos disciplinares conduzidos neste instituto, auxiliando as comissões de processo disciplinar instaladas no IFAP quanto às legislações que regulam a matéria e suporte de natureza consultiva. O julgamento dos processos é sempre de competência da autoridade máxima e, quando for o caso, encaminhado à Procuradoria Jurídica para instruções finais.

2.3.1 Atuação da Comissão Própria para Análise de Processos Administrativos

Durante o ano de 2014, foram registrados nove processos administrativos no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, os quais estão em fase de Instauração/instrução, conforme figura abaixo:

RELAÇÃO DE PROCESSOS CADASTRADO NO SISTEMA CGU-PAD
OBS: OS PROCESSOS ESTÃO NA FASE DE PRODUÇÃO DE RELATÓRIO FINAL

Nº PROCESSOS	TIPO DE PROCESSO	DATA DA PUBLICAÇÃO ATO
23228.500004/2014-38	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	26/06/2014
23228.500130/2014-92	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	26/06/2014
23228.000029/2013-55	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	22/08/2014
23228.000263/2014-63	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	22/08/2014
23228.500187/2014-91	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	22/08/2014
23228.500205/2014-35	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	22/08/2014
23228.500263/2014-69	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	22/08/2014
23228.500620/2013-16	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	22/08/2014
23228.500769/2013-97	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	22/08/2014

Consulta \ Dados Processo \ Listar

Nº Processo	Tipo Processo	Local do Fato - Órgão/Entidade	Data Publicação Ato	Fase do Processo	Instaurante/Nº
23228.500004/2014-38	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	Diretoria Sistêmica	26/06/2014	Instauração/Instrução	Portaria 488
23228.500130/2014-92	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	Diretoria Sistêmica	26/06/2014	Instauração/Instrução	Portaria 487
23228.000029/2013-55	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	Diretoria Sistêmica	22/08/2014	Instauração/Instrução	Portaria 750
23228.000263/2014-63	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	Diretoria Sistêmica	22/08/2014	Instauração/Instrução	Portaria 787
23228.500187/2014-91	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	Diretoria Sistêmica	22/08/2014	Instauração/Instrução	Portaria 755
23228.500205/2014-35	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	Diretoria Sistêmica	22/08/2014	Instauração/Instrução	Portaria 758
23228.500263/2014-69	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	Diretoria Sistêmica	22/08/2014	Instauração/Instrução	Portaria 758
23228.500620/2013-16	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	Diretoria Sistêmica	22/08/2014	Instauração/Instrução	Portaria 752
23228.500769/2013-97	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	Diretoria Sistêmica	22/08/2014	Instauração/Instrução	Portaria 754

Foram encontradas 9 resulta(n)s - Total de 1 página(s)

Ir para a página 1

2.4 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

Quadro A.2.4 – Avaliação dos controles internos da Reitoria

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	

21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise crítica e comentários relevantes:					
Ambiente de controle:					

Quadro A.2.5 – Avaliação do Sistema de Controles Internos – Campus Laranjal do Jari

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
	1	2	3	4	5

23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Análise crítica e comentários relevantes: A ausência do código de ética se mostra num ponto negativo na avaliação dos sistemas de controles. Também se mostra como fator negativo a questão da avaliação de risco e, para isto, o Campus Laranjal do Jari irá constituir uma comissão a qual se encarregará da avaliação nesta unidade, fazendo conexão com a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.</p>					

Quadro A.2.6 – Avaliação do Sistema de Controles Internos - Campus Macapá

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5

23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise crítica e comentários relevantes:					
A UJ precisa desenvolver e aplicar mecanismos de controles de processos.					
A UJ precisa desenvolver e aplicar mecanismos de controle de riscos.					

Quadro A.2.7 – Avaliação do Sistema de Controles Internos – Campus Santana

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES			
Ambiente de Controle				
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.	X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X
Avaliação de Risco				
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X
Procedimentos de Controle				
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X	

20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento					
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise crítica e comentários relevantes:					

2.5 REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES – NÃO SE APLICA

3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Os relacionamento do IFAP com a comunidade ocorre por meio do Serviço de Informações ao Cidadão e a Carta de Serviços ao Cidadão. Ainda são ausentes os indicadores de padrão de qualidade do atendimento.

3.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

O IFAP ainda não dispõe de sua Ouvidoria, órgão competente para o atendimento das comunidades internas e externas, com previsão de instalação deste seguimento em 2015, através da portaria nº 255/GR/IFAP, de 12/03/2015.

O IFAP dispõe no site institucional do Serviço de Informações ao Cidadão, onde o usuário pode acessar formulários a serem entregues presencialmente, bem como realizar requisições *on line*, ou seja, diretamente na rede (internet).

Estão disponíveis os seguintes formulários:

- Formulário para pedido de acesso à informação Pessoa Natural
- Formulário para pedido de acesso à informação Pessoa Jurídica
- Formulário de reclamação PF
- Formulário de reclamação PJ
- Formulário de Recursos PF
- Formulário de Recursos PJ

Para requisições *online*, o Serviço de Informações ao Cidadão conta com *link* para o e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão), que permite a qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhar pedidos de acesso a informação para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Por meio do sistema, além de fazer o pedido, é possível acompanhar o prazo pelo número de protocolo gerado e receber a resposta da solicitação por e-mail; entrar com recursos, apresentar reclamações e consultar as respostas recebidas. O objetivo é facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas.

O e-SIC, em cumprimento à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011 - Art. 30, inciso III), também disponibiliza relatórios estatísticos contendo, em tabelas e gráficos, dados a respeito dos pedidos e recursos realizados desde o início da vigência da Lei (16 de Maio de 2012), bem como informações gerais sobre os solicitantes. É possível consultar dados consolidados (para toda a Administração Pública Federal) ou dados específicos de um órgão/entidade cadastrado no e-SIC.

Durante o ano de 2014, o recebeu um total de 69 pedidos. Desse total, 67 foram respondidos e dois estão em tramitação fora do prazo. A categoria Governo e Política – Administração Pública obteve 65,22% dos pedidos. O tempo médio de resposta foi de 34 dias. Os meios de envio de resposta foram: sistema (com avisos por e-mail), correspondência eletrônica (e-mail) e consulta presencial na unidade. As solicitações foram provenientes, na sua maioria, de pessoa física (94,87%).

3.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A Carta de Serviços ao Cidadão do IFAP tem como intuito informar à comunidade o que é o IFAP, quais serviços são prestados, bem como a busca pela excelência na prestação de serviços ao público. A divulgação das ações através da transparência pública dos trabalhos realizados pela Instituição também é vislumbrada na elaboração deste documento. A proposta inicial da Carta de Serviços ao Cidadão foi idealizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA, Decreto 6.932 de 11 de Agosto de 2009. Este documento tem como fundamento a divulgação de todas as informações relacionadas aos serviços prestados aos cidadãos nessa Instituição.

Nesse sentido, a constituição da presente Carta de Serviços ao Cidadão do IFAP subsidiou-se no afluxo das informações essenciais da Instituição com o intuito de fornecer conhecimento aos cidadãos que utilizam dos serviços por ela prestados, de promover o acesso a essas informações, bem como de estabelecer a transparência e o compromisso com elevado padrão de qualidade no atendimento. Este documento está disponível no site www.ifap.edu.br, na aba CARTA AO CIDADÃO.

3.3 MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

O Ifap está em fase de elaboração dos mecanismos para verificação da satisfação dos produtos e serviços, através da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, com previsão de implantação durante o ano de 2015.

3.4 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

As informações concernentes a esta unidade jurisdicionada estão disponibilizadas no site da instituição www.ifap.edu.br, na aba PUBLICAÇÕES. Através deste caminho é possível acessar os relatórios de gestão, relatórios de auditoria CGU, resoluções e os demais documentos produzidos internamente ou documentos de órgãos externos que regulamentam as ações do IFAP.

3.5 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Para o cumprimento das exigências a este item, foi instituída através da Portaria 1024/GR/IFAP, de 21 de outubro de 2014, a Comissão responsável pelo processo eleitoral dos membros da Comissão Própria de Avaliação – CPA. Por meio da Portaria nº 71/GR/IFAP de 26 de Janeiro de 2015, foram nomeados os membros da comissão supra mencionada, bem como de suas subcomissões que tem como competência a organização, promoção e condução do processo de auto avaliação da instituição, abrangendo toda a realidade institucional, considerando-se as diferentes dimensões que constituem um todo orgânico expresso no PD 2014-2018.

3.6 MEDIDAS RELATIVAS À ACESSIBILIDADE

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE vem observando todas as demandas concernentes ao sistema educacional inclusivo, da mesma forma recomendando todas as orientações legais na acessibilidade para todos.

As ações concretas como meio de cumprimento da legislação foram solicitadas aos setores responsáveis, conformedo elencado abaixo:

- Solicitação para orientações de alunos com necessidades educacionais específicas.
- Orientações sobre acessibilidade para alunos com deficiência física.
- Solicitação de colocação de placas identificadoras em braille.
- Solicitação de reparos e manutenção dos banheiros usados por pessoas com deficiência.

- Permissão de acesso pelo portão.
- Adaptação e acessibilidade do prédio do IFAP – Campus Macapá
- Solicitação de adaptação arquitetônica – compra e aplicação de piso tátil.

Para as adequações estruturais, o Departamento de Engenharia e Serviços – DENS informou que elaborou um projeto de acessibilidade, conforme a NBR 9050, cuja a execução será submetida à apreciação da Reitoria.

4 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

4.1 INFORMAÇÕES O AMBIENTE DE ATUAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

O estado do Amapá apresenta uma população de 734.996. A maior parte concentra-se nos municípios de Macapá e Santana (74,30%), e acrescentando o município de Laranjal do Jari, a concentração populacional chega a 80,20%. Até 2025, estima-se que a população amapaense seja de 914.915 mil habitantes (IBGE, 2013).

Em 2015, o IFAP iniciou o quinto ano de efetivo exercício. Durante esse período, houve a necessidade de adaptação em relação à realidade local. Ofertando vagas para a educação básica, técnica e tecnológica, além do Ensino Superior, o Instituto tem desempenhado importantes ações para sua consolidação no mercado local.

As instituições em funcionamento, de acordo com dados da Secretaria de Estado da Educação, atuam nos eixos de informação e comunicação, meio ambiente e saúde, ofertando as formas subsequente e ensino médio integrado. Apresenta ainda um número incipiente de escolas técnico-profissionalizantes. De acordo com dados da Secretaria de Estado da Educação, no ano de 2013 foram matriculados 3.221 alunos na educação profissional no estado.

Até o fim do ano 2014, o ensino profissional na forma integrada foi ofertado apenas pela rede pública estadual e pelo IFAP. Os cursos eram voltados para o eixo informação e comunicação. Em relação à forma subsequente, a oferta ocorre também pela rede privada, onde três instituições ministram cursos no eixo saúde, infraestrutura e segurança. Em relação ao Ensino Superior, existem três instituições públicas (duas federais e uma estadual).

Em relação às oportunidades do negócio ofertado, a baixa oferta de cursos profissionalizantes é o fator preponderante na atuação do Ifap. Além disso, o arcabouço de ensino e serviços propiciados e a distribuição das unidades nos municípios, especialmente naqueles onde não há a oferta de ensino profissionalizante, auxiliam no processo de implantação e desenvolvimento dos cursos. As principais ameaças identificadas no plano de ação da instituição são a dificuldade de transporte público nos municípios e suporte de internet ainda deficitário no estado. Em relação ao ensino superior, o processo de seleção unificada (SISU) tem se mostrado uma ameaça no sentido em que implica na necessidade de realizar consecutivas chamadas públicas para suprir as vagas ofertadas. Nesse sentido, a instituição deverá lançar edital próprio para mitigar essa situação.

5 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE

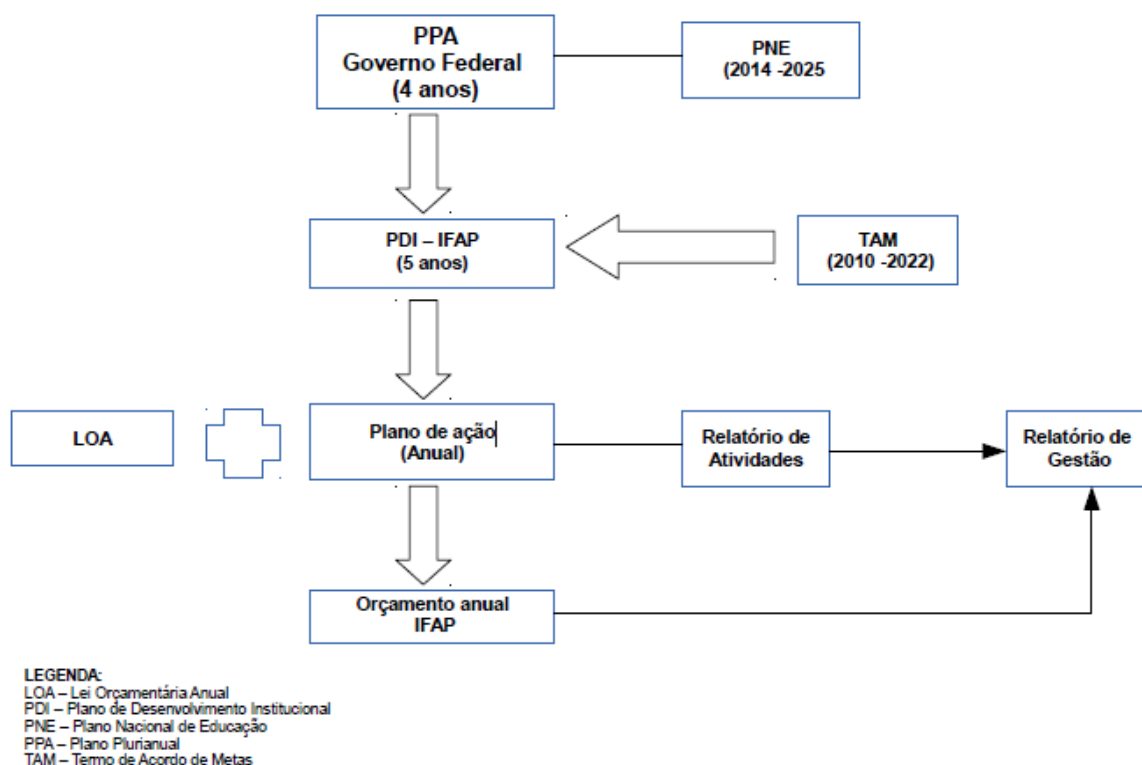
Na elaboração do planejamento foram observadas as diretrizes do **Plano Plurianual (PPA)**, **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** e **Lei Orçamentária Anual (LOA)**, do Governo Federal. O PPA, estabelecido pela Lei nº 12.593/12 para o período de 2012 a 2015, é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável. A LDO dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014, sendo estabelecida pela Lei 12.919/2013. A LOA, estabelecida pela Lei nº 12.952/2014 estimulou as receitas e fixou as despesas da União para o exercício de 2014.

Em suas ações de planejamento, o Instituto Federal do Amapá no exercício de 2014 se utiliza como marco regulatório o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010-2014, que tem como função ser um norte balizador para as ações da instituição a médio prazo, e o Plano de Ação 2014 que planejou as ações da instituição para o ano mencionado. O planejamento no IFAP, assumindo característica de processo, é compreendido como função cíclica de planejar, acompanhar, avaliar e replanejar. Assim, uma vez iniciada a execução do Plano de Ação, surge a fase de acompanhamento, com o objetivo de garantir a execução dos objetivos propostos através das metas estabelecidas, como também, caso seja necessário, de corrigir rumos e superar dificuldades. O planejamento estratégico como procedimento de gestão, iniciou em 2012, utilizando-se a ferramenta Balanced Scorecard – BSC. Pretendendo-se atingir um melhor desempenho de gestão; no entanto, ainda há necessidade de maior conscientização em alguns setores administrativos, no que concerne ao exercício da cultura de resultados e, conseqüentemente, ao melhor desempenho da gestão.

A construção do Plano Estratégico do Instituto Federal do Amapá está demonstrado no fluxograma abaixo, conforme estabeleceu-se em 2012, vinculando-se os programas executados pela UJ ao Programa Plurianual do Governo Federal, até a sua finalização com o Relatório de Gestão Anual.

De igual forma, O IFAP iniciou o processo de construção de seu planejamento estratégico, a partir da análise de sua missão, valores e visão de futuro. A elaboração do diagnóstico estratégico fundamenta-se no levantamento dos indicadores (ameaças e oportunidades) do ambiente externo e (pontos fortes e fracos) do ambiente interno, utilizando como ferramenta de trabalho a matriz SWOT aplicados com o BSC. Procurou-se relacionar os objetivos institucionais estabelecidos pela lei 11.892/08 para a elaboração dos objetivos estratégicos da Instituição. O fluxograma abaixo demonstra como foi desenvolvido o processo inicial em 2012 até o exercício 2014.

Elaboração do Planejamento Institucional



Os **Programas e ações** são instrumentos de organização da ação governamental que articulam um conjunto de iniciativas públicas e privadas –projetos, atividades, financiamentos, incentivos fiscais, normas etc. -e que visam à solução de um problema ou ao atendimento de demanda da sociedade, sendo mensurado por indicadores, metas regionalizadas e custos estabelecidos no PPA 2012 - 2015.

Cada programa identifica as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades e operações especiais. No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá os programas e ações de governo estão relacionados a seguir:

Programas

2030 –Educação Básica

2031 –Educação Profissional e Tecnológica

2109 –Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação

Ações

20RG –Expansão e reestruturação de instituições federais de educação profissional e tecnológica

20RJ –Apoio à capacitação e formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores para a educação básica

20RL –Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

20TP –Pagamento de pessoal ativo da união

- 2004 –Assistência médica e odontológica
- 2010 –Assistência pré-escolar
- 2011 –Auxílio transporte
- 2012 –Auxílio alimentação
- 2994 –Assistência ao estudante da Educação Profissional e Tecnológica
- 4572 –Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação
- 6358 –Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica
- 6380 –Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica
- 00M0 –Contribuição à Entidades Nacionais Representativas de Educação e Ensino
- 09HB –Contribuição da União ao regime de previdência dos servidores públicos federais

Em relação aos objetivos e ações planejadas para atingir as metas institucionais, o tópico posterior informará todas as ações executadas pela Unidade por Pró-Reitoria, com a consolidação das informações de todos os Campus do IFAP, identificando as ações em relação ao que foi planejado para 2014.

5.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.2.1 Programa Temático - **NÃO SE APLICA**

5.2.2 Objetivo – **NÃO SE APLICA**

5.2.3 Ações

As informações referentes a ações deverão ser prestadas observando a esfera orçamentária: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS (Quadros 5.2.3.1 a 5.2.3.3) e Orçamento de Investimentos (Quadro 5.2.3.4), segundo as especificações descritas a seguir. Após a apresentação dos quadros, deve ser consignada análise dos dados apresentados, objeto do subitem 5.2.3.5.

5.2.3.1 Ações - OFSS

Identificação da Ação							
Código	00M1			Tipo: Operações Especiais			
Descrição	Benefícios assistenciais decorrentes do auxílio funeral e natalidade.						
Iniciativa	Não Disponível						
Objetivo	Não Disponível						
Programa	Prog. de Gestão e Manut. do Min. da Educação			Código: 2109		Tipo:	
Unidade Orçamentária	26426						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2109.00M1.0016	20.000,00	20.000,00	13.120,93	13.120,93	13.120,93	0,00	0,00
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
2109.00M1.0016	Não Disponível						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2109.00M1.0016	0,00	0,00	0,00				

Análise Crítica:

Ocorreu o pagamento referente a 1(um) auxílio funeral no valor de R\$ 4.742, 53. Em relação a auxílio natalidade foram pagos 16 (dezesesseis) auxílios, totalizando R\$ 8.378,40.

Identificação da Ação							
Código	0181		Tipo: Operações Especiais				
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis.						
Iniciativa	Não Disponível						
Objetivo	Não Disponível						
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União		Código: 0089		Tipo:		
Unidade Orçamentária	26426						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0089.0181.0016	650.000,00	650.000,00	37.667,72	37.667,72	37.667,72	0,00	0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0089.0181.0016	Não Disponível						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0089.0181.0016	37.130,70	0,00	37.130,70				

Análise Crítica:

Até o final do exercício orçamentário de 2014, havia apenas 1 (um) registro de aposentadoria. A ação foi executada, os restos a pagar processados e pagos no início de 2015 e os não processados foram cancelados.

Identificação da Ação							
Código	09HB		Tipo: Operações Especiais				
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.						
Iniciativa	Não Disponível						
Objetivo	Não Disponível						
Programa	Prog. de Gestão e Manut. do Min. da Educação		Código: 2109		Tipo:		
Unidade Orçamentária	26426						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2109.09HB.0001	2.717.753,00	3.675.962,00	3.572.410,67	3.572.410,67	3.572.410,67	0,00	0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
2109.09HB.0001	Não Disponível						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2109.09HB.0001	429.412,38	429.412,38	0,00				

Análise crítica:

Esta ação refere-se a Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais. A ação foi executada, os restos a pagar processados e pagos no início de 2015 e os não processados foram cancelados.

Identificação da Ação							
Código	2004		Tipo: Atividade				
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes.						
Iniciativa	Não Disponível						
Objetivo	Não Disponível						
Programa	Prog. de Gestão e Manut. do Min. da Educação		Código: 2109		Tipo:		
Unidade Orçamentária	26426						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2109.2004.0016	479.220,00	440.672,00	411.404,62	411.404,62	411.404,62	0,00	0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
2109.2004.0016	Não Disponível						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2109.2004.0016	29.663,94	0,00	29.663,94				

Análise Crítica:

A ação foi realizada, porém ressaltando à dificuldade da DIGEP em mensurar os dependentes elegíveis, passíveis de ressarcimento dos servidores que ingressaram no órgão em 2014.

Os valores inscritos em restos a pagar foram cancelados no início de 2015.

Identificação da Ação							
Código	2010		Tipo: Atividade				
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares.						
Iniciativa	Não Disponível						
Objetivo	Não Disponível						
Programa	Prog. de Gestão e Manut. do Min. da Educação		Código: 2109		Tipo:		
Unidade Orçamentária	26426						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2109.2010.0016	60.000,00	75.000,00	65.303,70	65.303,70	65.303,70	0,00	0,00
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
2109.2010.0016	Não Disponível						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2109.2010.0016	2.912,96	0,00	2.912,96				

Análise Crítica:

O cumprimento da meta física desta ação ultrapassou a meta inicialmente prevista, motivo pelo qual houve necessidade de dotação suplementar.

Os valores inscritos em restos a pagar, foram cancelados no início de 2015.

Identificação da Ação							
Código	2011		Tipo: Atividade				
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares.						
Iniciativa	Não Disponível						
Objetivo	Não Disponível						
Programa	Prog. de Gestão e Manut. do Min. da Educação		Código: 2109		Tipo:		
Unidade Orçamentária	26426						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2109.2011.0016	78.000,00	78.000,00	55.115,91	55.115,91	55.115,91	0,00	0,00
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
2109.2011.0016	Não Disponível						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2109.2011.0016	5.542,69	0,00	5.542,69				

Análise Crítica:

No ano de 2014, a meta foi adequada de acordo com a média dos anos anteriores. Os valores inscritos em restos à pagar foram cancelados no início do ano.

A principal dificuldade de se prever com maior precisão os valores e a meta física que são utilizados nesta ação, decorre da dificuldade dos servidores, em informar um valor diário que utilizariam com passagens em transportes coletivos.

Identificação da Ação							
Código	2012		Tipo: Atividade				
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares.						
Iniciativa	Não Disponível						
Objetivo	Não Disponível		Código:				
Programa	Prog de Gestão e Manut. do Min. da Educação		Código: 2109		Tipo:		
Unidade Orçamentária	26426						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2109.2012.0016	1.191.204,00	1.425.204,00	1.401.533,25	1.401.533,25	1.401.533,25	0,00	0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
2109.2012.0016	Não Disponível						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2109.2012.0016	8.067,14	0,00	8.067,14				

Análise Crítica:

Os valores e quantitativos de pessoas beneficiadas desta ação foram ultrapassados em função da entrada de novos servidores, que passaram a ter direito ao benefício, assim como a contratação de servidores temporários.

Os valores inscritos em restos a pagar, foram cancelados no início de 2015.

Identificação da Ação							
Código	20TP			Tipo: Atividade.			
Descrição	Pagamento de Pessoal Ativo da União.						
Iniciativa	Não Disponível						
Objetivo	Não Disponível			Código:			
Programa	Prog. de Gestão e Manut. do Min. da Educação			Código: 2109		Tipo:	
Unidade Orçamentária	26426						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2109.20TP.0016	13.499.713,00	20.887.061,00	19.781.852,21	19.781.852,21	19.781.852,21	0,00	0,00
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
2109.20TP.0016	Não Disponível						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2109.20TP.0016	1.852.513,64	0,00	1.852.513,64				

Análise Crítica:

A necessidade de suplementação para o cumprimento desta ação foi motivada pela entrada de novos servidores e pela contratação de servidores temporários.

Os valores inscritos em restos a pagar não processados foram cancelados no início de 2015.

Identificação da Ação							
Código	4572			Tipo: Atividade.			
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.						
Iniciativa	Não Disponível						
Objetivo	Não Disponível			Código:			
Programa	Prog. de Gestão e Manut. do Min. da Educação			Código: 2109		Tipo:	
Unidade Orçamentária	26426						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2109.4572.0016	962.228,00	1.312.228,00	982.869,65	813.232,88	727.279,07	85.953,81	169.636,77
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
2109.4572.0016	Servidor Capacitado		Unidade	158		178	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2109.4572.0016	43.045,54	25.950,50	8.968,56				

Análise Crítica:

Nesta ação, a meta física inicialmente estabelecida foi alcançada e superada (113%), por isso houve a necessidade de aumentar o orçamento na mesma proporção. Os valores inscritos em restos a pagar não processados foram cancelados no início de 2015.

Identificação da Ação							
Código	20RJ			Tipo: Atividade.			
Descrição	Apoio a Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.						
Iniciativa	Não Disponível						
Objetivo	Não Disponível			Código:			
Programa	Educação Básica			Código: 2030		Tipo:	
Unidade Orçamentária	26426						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2030.20RJ.0016	201.600,00	201.600,00	79.439,27	74.933,22	0,00	74.933,22	4.506,05
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
2030.20RJ.0016	Pessoa Beneficiada		Unidade	50			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2030.20RJ.0016	600,00	600,00	0,00				

Análise Crítica:

1 – Inicialmente a LOA 2014 estabeleceu como meta para esta ação 50 pessoas a serem capacitadas. Os Ofícios Circulares nº 005/2013-DPEPT/SETEC/MEC e nº 15/2013-MEC/SETEC, SEB e SECADI, aumentaram essa meta para 400 (quatrocentas) vagas distribuídas igualmente entre dois cursos: Aperfeiçoamento em PROEJA e Especialização em PROEJA.

A execução orçamentária desta ação, foi prejudicada por atraso na formalização dos processos licitatórios para aquisição de bens e serviços necessários à sua execução, o que fez com que esses créditos orçamentários não fossem utilizados na sua totalidade.

A ação foi desenvolvida com a utilização de materiais e estrutura já existente na ação de funcionamento.

Fatores que dificultaram a execução da meta:

a) Falta de informações claras por parte da SETEC ao IFAP sobre os procedimentos para desenvolver a ação.

b) Adiamento do início das aulas em atendimento ao pedido da Secretaria de Estado da Educação.

c) Ausência imediata de comunicação interna a respeito da disponibilidade de recurso, ocasionando um curto prazo para elaboração do processo de compra de materiais.

d) Inexperiência da equipe de coordenação dos cursos nos procedimentos de criação dos processos de compra dos materiais.

Identificação da Ação							
Código	20RG			Tipo: Atividade			
Descrição	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.						
Iniciativa	Não Disponível						
Objetivo	Não Disponível			Código:			
Programa	Educação Profissional e Tecnológica			Código: 2031		Tipo:	
Unidade Orçamentária	26426						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2031.20RG.0016	16.380.000,00	16.385.180,00	15.854.379,00	5.792.895,75	5.016.594,82	776.300,93	10.061.483,25
2031.20RG.7006	500.000,00	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
2031.20RG.0016	Projeto Viabilizado		Unidade	7			
2031.20RG.7006	Projeto Viabilizado		Unidade	5			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2031.20RG.0016	11.190.959,60	8.526.709,19	29.920,61				
2031.20RG.7006	0,00	0,00	0,00				

Análise Crítica:

Os créditos disponibilizados para esta ação, foram utilizados para a ampliação da rede Federal, nas seguintes obras:

- Campus Oiapoque (Prédio)
- Campus Porto Grande (Prédio e muro)
- Campus Santana (Prédio e muro)
- Reitoria (Muro)
- Campus Macapá (Ginásio e blocos C e D)

Identificação da Ação							
Código	20RL			Tipo: Atividade.			
Descrição	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.						
Iniciativa	Não Disponível						
Objetivo	Não Disponível			Código:			
Programa	Educação Profissional e Tecnológica			Código: 2031		Tipo:	
Unidade Orçamentária	26426						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2031.20RL.0016	12.643.708,00	12.075.797,00	10.864.723,78	5.171.972,22	4.469.719,35	702.252,87	5.692.751,56
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
2031.20RL.0016	Estudante Matriculado		Unidade	2.780		2.944	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2030.20RL.0016	8.412.262,93	5.560.518,48	1.076.613,57				

Análise Crítica:

A meta física foi superada considerando o total de alunos matriculados em todas as unidades em funcionamento até o final de 2014 (Macapá, Santana e Laranjal do Jari) e as modalidades e níveis (cursos regulares integrado e subsequente, FIC, EaD, cursos de licenciatura e tecnologia).

Fatores que contribuíram para a execução parcial da ação:

- Concretização da implantação do IFAP, obedecendo ao Acordo de Metas;
- Formação profissional adequada dos servidores que atuam no IFAP;
- Processo de planejamento estratégico das ações a serem executadas, sempre primando pela melhoria da qualidade do ensino;
- Disponibilidade de recursos financeiros;
- Funcionamento dos Campus em prédio próprio;
- Existência de alguns recursos didáticos: kit's de química, física, biologia e matemática, projetores multimídia, computadores, jogos de xadrez, Kit de robótica.

Fatores que dificultaram para uma melhor execução da ação:

- Falta de laboratórios para o desenvolvimento de aulas práticas;
- Ausência de um sistema informatizado adequado para realização do processo seletivo discente;
- Pouco conhecimento da comunidade amapaense sobre os serviços/cursos ofertados pelo IFAP;
- Distância dos Campus Macapá e Laranjal do Jari do centro da cidade;
- Poucas linhas de transporte urbano para atendimento dos alunos e servidores do IFAP.

Identificação da Ação							
Código	2994			Tipo: Atividade.			
Descrição	Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica.						
Iniciativa	Não Disponível						
Objetivo	Não Disponível			Código:			
Programa	Educação Profissional e Tecnológica			Código: 2031 Tipo:			
Unidade Orçamentária	26426						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2031.2994.0016	1.226.051,00	1.456.051,00	1.196.912,15	1.188.561,35	1.104.335,23	84.226,12	8.350,80
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
2031.2994.0016	Benefício Concedido		Unidade	1.800		1146	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2030.2994.0016	108.466,28	27.988,20	78.338,08				

Análise crítica:

Embora a dotação inicial tenha sido complementada, a meta física não foi alcançada devido a equívocos na estimativa de atendimento para o ano de 2014, haja visto que em 2013 foram previstos 449 e realizados 799 (reprogramação de 350). Dessa forma, tendo como base no exercício orçamentário 2013, a meta física foi superada em 48%.

Fatores que dificultaram uma melhor execução da ação:

- Alguns alunos demoraram a entregar documentação comprobatória da compra executada com os auxílios uniforme e material didático.
- Alguns alunos não tinham conta corrente aberta no próprio nome para recebimento dos auxílios.
- Falta de espaço físico adequado para a equipe da coordenação de apoio ao estudante prestar o atendimento especializado e individual aos alunos.
- Falta de um sistema específico de acompanhamento e avaliação dos programas e projetos.
- Não atendimento de todos os alunos de baixa renda, em virtude da falta de comprovação de documentos.

Fatores que contribuíram para a execução da ação:

- Descentralização dos recursos financeiros para cada Campus, diminuindo o trâmite de repasse das planilhas de pagamento.
- Equipe multidisciplinar capacitada para o acompanhamento individualizado dos alunos.

5.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS – Não se aplica

5.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados - OFSS

Quadro A.5.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	6358			Tipo: Atividade.	
Título	Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa	Não Disponível				
Objetivo	Não Disponível			Código:	
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031	Tipo:	
Unidade Orçamentária	26426				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
3.360,00	0,00	3.360,00			

Identificação da Ação					
Código	6380			Tipo: Atividade.	
Título	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa	02A3 – Fomento à expansão e qualificação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica				
Objetivo	Não Disponível		Código:		
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031	Tipo:	
Unidade Orçamentária	26426				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
100,00	0,00	100,00			

Identificação da Ação					
Código	2992			Tipo: Atividade.	
Título	Funcionamento da Educação Profissional				
Iniciativa	Não definido				
Objetivo	Não definido		Código:		
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		Código: 1062	Tipo:	
Unidade Orçamentária	26426				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
13.760,00	13.758,00	2,00			

Identificação da Ação					
Código	8650			Tipo: Atividade.	
Título	Reestruturação da Rede da Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa	Não definido				
Objetivo	Não definido		Código:		
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		Código: 1062	Tipo:	
Unidade Orçamentária	26426				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
292.560,19	2.438,00	290.122,19			

5.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento - OI

Quadro A.5.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação								
Código	20RG						Tipo:	
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.							
Iniciativa	Não Disponível							
Objetivo	Não disponível					Código:		
Programa	Educação Profissional e Tecnológica					Código: 2031		Tipo:
Unidade Orçamentária	26426							
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado	
16.880.000,00	16.885.180,00	16.354.379,00	Projeto viabilizado	Unidade	12			

Identificação da Ação								
Código	20RL						Tipo: Atividade	
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.							
Iniciativa	Não Disponível							
Objetivo	Não disponível					Código:		
Programa	Educação Profissional e Tecnológica					Código: 2031		Tipo:
Unidade Orçamentária	26426							
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado	
6.499.962,00	12.075.797,00	10.864.723,78	Estudante Matriculado	Unidade	2.780			

5.2.3.5 Análise Situacional

Ação 20RG: Os créditos disponibilizados o funcionamento e expansão das unidades para esta ação em 2014 nas obras de: Bloco CD, Garagem, Almoxarifado e Ginásio do Campus Macapá, obras dos campi de Santana e Porto Grande, assim como a construção do muro do terreno da reitoria em Macapá.

5.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO - NÃO OCORREU

5.4 INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL

Os indicadores de ensino, pesquisa e extensão, atividade fim desta UJ, estão elencados no capítulo 14 e foram organizados de acordo com Acórdão TCU n.º 2.267/2005.

5.5 INFORMAÇÕES SOBRE CUSTOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS – NÃO SE APLICA

6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

6.1 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS

6.1.1 Programação das despesas

Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária: 26426			Código UO:26426		UGO:	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes
DOTAÇÃO INICIAL			16.867.466,00		10.353.049,00	
CRÉDITOS	Suplementares		8.345.557,00		1.770.089,00	
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
Créditos Cancelados				-58.548,00		
Outras Operações						
Dotação final 2014 (A)			25.213.023,00		R\$ 0,00	
Dotação final 2013(B)			19.541.012,00		R\$ 0,00	
Variação (A/B-1)*100			29,03		0	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			23.379.962,00		R\$ 0,00	
CRÉDITOS	Suplementares		5.180,00		R\$ 0,00	
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
Créditos Cancelados		-1.480.000,00				
Outras Operações						
Dotação final 2014 (A)			21.905.142,00		R\$ 0,00	
Dotação final 2013(B)			20.831.798,00		R\$ 0,00	
Variação (A/B-1)*100			5,15		0	

6.1.1.1 Análise Crítica

1 - Pessoal e Encargos Sociais: houve aumento de 29,03% (vinte e nove virgula zero três por cento) em relação a 2013, devido aumento no quantitativo de pessoal e consequentemente da folha de pagamento.

2 - Outras despesas correntes: O aumento de 11,32% (onze virgula trinta e dois por cento) em relação ao ano de 2013, ocorreu em função de aumento no preços de bens e serviços como: Serviços de limpeza, vigilância, energia elétrica, apoio administrativo, assistência ao educando em função do aumento do número de alunos, etc.

3 - Investimentos: O aumento de apenas 5,15% (cinco vírgula quinze por cento), nos investimentos em relação a 2013, deveu-se ao fato do IFAP não ter iniciados em 2014 novas obras de ampliação e/ou reforma em suas instalações, nem tampouco aquisição significativa de equipamentos, o que só será realizado quando os novos Campi de Santana, Porto Grande e Oiapoque que estão em fase de construção estiverem prestes a iniciar suas atividades.

6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos.	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida.
Concedidos						
Recebidos						
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	158150	158159	4572			200.966,18
Concedidos	158150	158159	20RL			2.459.427,32
Concedidos	158150	158159	2994			657.092,21
Recebidos						0
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	158150	158159	20RL	2.667.108,39		
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	158150	158160	4572			108.057,15
Concedidos	158150	158160	20RL			990.503,45
Concedidos	158150	158160	2994			364.578,62
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	158150	158160	20RL	143.400,00		
Recebidos						

Análise Crítica:

1 – A movimentação interna ocorreu apenas para atendimento de 03 (três) ações, que foram:

- a) **Ação 2994** destinada a Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica.
 - b) **Ação 4572** destinada a Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processos de Qualificação e Requalificação.
 - c) **Ação 20RL** que envolve atividades de Funcionamento e Investimento.
- Nesta ação, as despesas de Capital para atividade de investimento no Campus de Laranjal do Jari - UG 158159, o valor recebido no valor de R\$ 2.667.108,39, foi destinado a conclusão das obras de construção do seu ginásio poliesportivo que encontrava-se em andamento e próxima de ser concluída.

Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	158150	153166	4572			R\$ 280.000,00
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos		158150	20RW			R\$ 3.816.700,48
Recebidos		158150	6380			R\$ 300.000,00
Recebidos		158150	8252			R\$ 46.081,00
Recebidos		158150	20RJ			R\$ 10.197,00
Recebidos		158150	210M			R\$ 9.093,75
Recebidos		158159	6380			R\$ 203.908,46
Recebidos		158159	20RJ			R\$ 10.197,00
Recebidos		158160	210T			R\$ 7.042,00

Análise Crítica:

1 - A movimentação externa realizada no valor de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais, foi repassada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UASG 153166, destinada a custear as despesas com a realização do Curso de Pós-Graduação a nível de Mestrado em Ciências Agrícolas, que essa Universidade está realizando para 30 (trinta) servidores do IFAP.

2 – Os valores recebidos pelas UG 158150, 158159 e 158160, foram recursos previstos nos seus respectivos orçamentos para cumprimento das ações de manutenção e funcionamento.

6.1.3 Realização da Despesa

6.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total.

Unidade Orçamentária: 26426	Código UO: 26426		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	R\$ 9.289.387,46	R\$ 5.651.832,65	R\$ 8.347.104,52	R\$ 5.060.137,98
a) Convite	82.761,42	-	82.761,42	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	5.792.895,75	R\$ 3.263.263,38	5.016.594,82	R\$ 2.864.210,98
d) Pregão	3.413.730,29	R\$ 2.388.596,27	3.247.748,28	R\$ 2.195.927,42
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Direta (h+i)	R\$ 1.040.666,30	R\$ 1.187.902,17	R\$ 951.286,33	R\$ 1.106.368,26
h) Dispensa	640.856,70	R\$ 984.690,28	604.206,05	R\$ 909.895,90
i) Inexigibilidade	399.809,60	R\$ 203.211,89	347.080,28	R\$ 196.472,36
3. Regime de Execução Especial.	R\$ 1.453,85	R\$ 7.379,72	R\$ 1.453,85	R\$ 7.379,72
j) Suprimento de Fundos	1.453,85	R\$ 7.379,72	1.453,85	R\$ 3.379,72
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	R\$ 26.679.882,81	R\$ 19.483.105,82	R\$ 26.071.013,31	R\$ 19.125.844,92
k) Pagamento em Folha	26.107.818,77	R\$ 18.900.000,00	25.500.110,02	R\$ 18.547.511,23
l) Diárias	572.064,04	R\$ 583.105,72	570.903,29	R\$ 578.333,69
5. Outros	1.973.569,10	R\$ 1.405.978,14	1.285.234,81	R\$ 1.364.984,14
m) Bolsas de estudo no País	1.077.133,48	R\$ 791.570,81	996.498,94	R\$ 791.320,81
n) Serviço de Seleção e Treinamento	133.436,97	R\$ 373.985,81	133.436,97	R\$ 373.985,81
o) Auxílio a pessoas físicas	762.998,65	R\$ 81.700,00	155.298,90	R\$ 81.700,00
6. Total (1+2+3+4+5)	R\$ 38.984.959,52	R\$ 27.736.198,50	R\$ 36.656.092,82	R\$ 26.664.715,02

Análise Crítica:

1 - Análise crítica referente à modalidades de licitação:

- O pregão eletrônico é a modalidade de licitação padronizada pelo IFAP para aquisição de bens e serviço destinados à sua manutenção, funcionamento e ampliação. Por esse motivo, no ano de 2014 ocorreu um aumento nas despesas com essa modalidade de licitação, principalmente na aquisição de equipamentos para novos laboratórios dos Campi que já estão em funcionamento, além de bens em geral para as unidades que iniciaram atividades nesse ano.
- A modalidade de licitação denominada Concorrência, ocorreu exclusivamente para licitar obras de engenharia destinadas a:
 - (a) construções da segunda fase do ginásio poliesportivo do Campus Macapá.
 - (b) Construção do Muro do Campus Santana.
 - (c) Construção do Campus Avançado de Oiapoque.

2 – Contratações Diretas:

- As contratações diretas por dispensa de licitação em 2014, ocorreram exclusivamente para a realização de serviços de caráter emergencial, quando a necessidade do serviço tinha que ser imediata e não se tinha tempo suficiente para realizar uma licitação, por exemplo: Manutenção corretiva na subestação do Campus Macapá porque o prédio estava sem energia e as aulas suspensas por esse motivo. Ou ainda, contrato emergencial de um posto de vigilância para o Campus provisório de Santana, porque não poderíamos deixar o prédio cheio de equipamentos e outros bens sem segurança.
- Os casos de inexigibilidade em 2014, ocorreram exclusivamente devido à contratação de serviços que exigem essa modalidade de licitação, exemplos: contratos com (Imprensa Nacional, Publicidade Legal e pagamento de taxa de inscrição de servidores em eventos de capacitação), que são enquadrados nessa modalidade.

3 – Regime de Execução Especial – Suprimento de Fundos:

- Utilizado na forma de Cartão Corporativo para pagamento de pequenas despesas que não justificam ser adquiridas via licitação.

4 – Pagamento de Pessoal:

- O aumento nas despesas com **folha de pagamento**, foi consequência da entrada de novos servidores e contratações temporária de servidores, principalmente docentes.
- O aumento das despesas com diárias foi devido aumento de viagens de servidores para capacitação e para desenvolvimento de atividades fora do domicílio.

5 – Outros:

- As demais despesas são decorrentes de auxílio a servidores e alunos, tais como: bolsas de estudo, auxílio à pessoa física como alimentação e transporte, graduação e pós-graduação, além de pagamento de pessoal envolvido nos processos seletivos e concursos para professores realizados em 2014.

**6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados
Diretamente pela UJ – não ocorreu**

6.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação - não se aplica

6.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação -

Incluso no item 6.1.3.3

6.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa –

Para facilitar a descrição, optamos por descrever a análise abaixo dos quadros.

6.2 DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

As despesas com publicidades foram destinadas a publicidade legal. As principais ações do Ifap foram divulgadas através do site da instituição.

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados (2014)	Valores pagos (2014)
Institucional	-	Não se aplica	Não se aplica
Legal	2031/20RG	R\$ 100.000,00	R\$ 11.690,40
Mercadológica	-	Não se aplica	Não se aplica
Utilidade pública	-	Não se aplica	Não se aplica

6.3 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS – NÃO OCORREU

6.4 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	R\$ 21.696.626,35	R\$ 17.496,53	-	R\$ 4.200.354,82
2012	R\$ 10.639.974,83	R\$ 9.347.533,10	R\$ -256.821,48	R\$ 1.035.620,25
2011	R\$ 542.902,14	R\$ 50.184,41	R\$ -121.984,06	R\$ 370.733,67
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	R\$ 110.095,25	R\$ 110.095,25		R\$ 0,00
2012	R\$ 82.380,78	R\$ 82.316,96		R\$ 63,82
2011	R\$ 269,11	R\$ 269,11		

6.5 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

6.5.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE									
CNPJ: 00.378.257/0001-81					UG/GESTÃO: 15253				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação da Transferência.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	1192.2	158150	3.948.940,00	NT	2014	692.499,73	01/01/2014	31/12/2014	4
3	1700	158150	137.036,50	NT	2014	?	01/01/2014	31/12/2014	
3	2084	158150	17.036,50	NT	2014	?	01/01/2014	31/12/2014	
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
Fonte: SIMEC, Previsão Orçamentária.									

Análise Crítica:

1 – Os três Termos de Cooperação foram formalizados citados no quadro acima, foram formalizados, aprovados e executados.

2 – O Termo de Cooperação nº 1192.2 destinado ao pagamento de Bolsa Formação PRONATEC, foi formalizado no valor global de R\$ 3.948.940,00, entretanto, como houve cortes efetuados pela concedente, o valor repassado foi de apenas R\$ 692.499,73. Desse valor, foram utilizados R\$ 269.528,68 e o restante R\$ 422.971,05 foram devolvidos através da Nota de Devolução nº 2014NC000092.

3- Os Termos de Cooperação nº 1700 e 2084 foram aprovados, entretanto, os responsáveis pela execução não atualizaram os dados de execução no SIMEC. Por esse motivo, não dispomos desses dados e tampouco de uma opção que caracterize a situação da transferência para complementar o quadro acima.

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC.									
CNPJ: 03.394.445/0532-13					UG/GESTÃO: 00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade de	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação da Transferência.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	2271	158150	300.000,00	NT	2014	300.000,00	01/10/2014	01/10/2014	4
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
Fonte: SIMEC.									

Análise crítica:

1 – O Termo de Cooperação nº 2271 informado no quadro acima, foi aprovado, executado e a prestação de contas realizada conforme previsão.

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC.									
CNPJ: 03.394.445/0532-13					UG/GESTÃO: 00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação da Transferência
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	1035	158150	-	-	2014	-	-	-	7
3	1036	158150	-	-	2014	-	-	-	7
3	1259	158150	-	-	2014	-	-	-	7
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
Fonte: SIMEC.									

Análise Crítica:

1 – Os Termos nº 1035, 1036 e 1259, apresentados no quadro acima foram propostos pelo IFAP. Entretanto, como não foram aprovados pela CONCEDENTE - SETEC, os mesmos foram ARQUIVADOS.

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC.									
CNPJ: 03.394.445/0532-13					UG/GESTÃO: 00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação da Transferência
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	1290	158150	-	-	2014	-	-	-	-
3	1294	158150	-	-	2014	-	-	-	-
3	1321	158150	-	-	2014	-	-	-	-
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
Fonte: SIMEC.									

Análise Crítica:

1 – Os Termos nº 1290, 1294 e 1321, apresentados no quadro acima foram propostos pelo IFAP. Entretanto, não foram aprovados pela SETEC até o final do exercício de 2014.

6.5.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.					
CNPJ:	10.820.882/0001-95					
UG/GESTÃO:	26426					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	12	-	-	R\$ 992.499,73	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	12	-	-	R\$ 992.499,73	-	-

6.5.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse – Não se aplica

6.5.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse - Não se aplica

6.6 SUPRIMENTO DE FUNDOS

6.6.1 Concessão de Suprimento de Fundos

Quadro A.6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	158150	IFAP Reitoria	0	0	1	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00
2013	158150	IFAP Reitoria	0	0	1	R\$ 5.500,00	R\$ 5.500,00
	158159	IFAP Campus Macapá	0	0	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
	158150	IFAP Campus L. do Jari	0	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2012	158150	IFAP Reitoria	0	0	2	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
	158159	IFAP Campus Macapá	0	0	1	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00
	158160	IFAP Campus L. do Jari	0	0	1	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00

Fonte: SIAFI, SIAFI GERENCIAL e Relatório de Gestão 2013.

Análise Crítica:

1 - No ano de 2014, apenas a Reitoria utilizou (01) um Cartão de Pagamento do Governo Federal, cujo limite TRIMESTRAL foi de R\$ 3.000,00 (três mil reais), totalizando o valor anual disponibilizado de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

2 - As demais unidades do IFAP, Campus Macapá e Campus Laranjal do Jari não utilizaram em 2014 nenhum tipo de suprimento de fundos.

6.6.2 Utilização de Suprimento de Fundos

Quadro A.6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			Total (a+b)
					Saque		Fatura	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	158150	IFAP Reitoria	0	0	0	0	R\$ 1.453,85	R\$ 1.453,85
2013	158150	IFAP Reitoria	0	0	0	0	R\$ 460,50	R\$ 460,50
	158159	IFAP Campus Macapá	0	0	0	0	R\$ 1.842,65	R\$ 1.842,65
	158160	IFAP Campus L. do Jari	0	0	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fontes: SIAFI e Relatório de Gestão 2013.

Análise Crítica:

1 - Do montante de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) disponibilizados ao longo do ano de 2012 para suprimento de fundos através de Cartão de Pagamento do Governo Federal, a Reitoria utilizou apenas o valor de R\$ 1.454,85 (mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e oitenta e cinco centavos), para pequenas compras de caráter emergenciais.

2 - Não foi utilizada a opção de Saque no ano de 2014 e não utilizamos a opção de Conta tipo B.

3 - As demais unidades do IFAP, **Campus Macapá e Campus Laranjal do Jari** não utilizaram em 2014 nenhum tipo de suprimento de fundos.

6.6.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

O **Quadro A.6.6.3** abaixo, correspondente ao terceiro demonstrativo e visa evidenciar os tipos de despesas que foram realizadas com o uso de suprimento de fundos, sob qualquer forma, no exercício de referência do relatório de gestão.

Quadro A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158150	IFAP - REITORIA	30 – MATERIAL DE CONSUMO	Gás GLP	R\$ 227,00
			Material limpeza	R\$ 956,85
			Adesivo para viaturas oficiais.	R\$ 270,00

6.6.4 Análise Crítica

1 – As pequenas compras efetuadas com o Suprimento de Fundos – Cartão de Pagamento do Governo Federal, fora:

- (a) – Gás de cozinha para utilização na Copa da Reitoria.
- (b) – Material de limpeza para higienização das Escolas estaduais onde aconteceram os processos seletivos durante o ano de 2014.
- (c) – Confecção de adesivos para identificação dos veículos oficiais do IFAP, em substituição aos antigos que já estavam deteriorados.

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES									
CNPJ: 00.889.834/0001-08					UG/GESTÃO: 15279				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação da Transferência
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	2617	158150	-	-	2014	-	-	-	-
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
Fonte: SIMEC, Previsão Orçamentária.									

6.6.4 Análise Crítica:

1 – O Termo nº 2617, apresentado no quadro acima foi proposto pelo IFAP. Entretanto, até o final do exercício de 2014 não foi aprovado pela CONCEDENTE – CAPES.

6.7 RENÚNCIAS SOB A GESTÃO DA UJ – **NÃO SE APLICA**

6.8 GESTÃO DE PRECATÓRIOS – **NÃO SE APLICA**

7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	570	301	47	09
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	570	301	47	09
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	570	301	47	09
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	01	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	02	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	11	10	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	-	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	315	57	09

Fonte:

Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)		
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	161	154
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	159	143
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	11
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	161	154

Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	42	36	27	20
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	32	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	01	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	03	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	-	-	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	120	92	80	53
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	162	128	107	73

Fonte:

7.1.2 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho

O IFAP busca equacionar, dentro dos seus limites orçamentários e financeiros, as necessidades de capacitação de seu quadro de servidores. Embora não tenhamos implantado uma macro política de capacitação, existe um tramite vigente para processos dessa natureza, que em síntese, corresponde a coleta das demandas de capacitação junto a chefia imediata do servidor a ser capacitado, ato contínuo, o processo é analisado pela Diretoria de Gestão de Pessoas e posteriormente homologado pelo dirigente máximo da autarquia (Reitor).

No exercício 2014, 170 (cento e setenta) servidores foram capacitados nas áreas de contabilidade, almoxarifado, protocolo, gestão de pessoas, desenvolvimento institucional entre outras. Releva informar, que 08 (oito) servidores foram afastados para cursar mestrado/doutorado com a remuneração integral assegurada e, mais ainda desenvolvemos no exercício/2011 o programa de concessão de bolsa graduação e pós-graduação, contemplando os serviços que ainda não possuem graduação e pós-graduação, respectivamente, funcionando como estímulo ao servidor buscar o aperfeiçoamento intelectual contínuo, os dois programas juntos beneficiaram 44 (quarenta e quatro) servidores no exercício 2014.

7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	11.837.305,17	1.737.005,00	1.531.170,73	3.750.463,02	1.435.100,73	419.190,59	0	13.882,28	5.070,24	20.729.187,76
	2013	9.912.933,07	1.226.809,34	3.207.117,59	432.509,72	1.362.724,39	2.967.557,14	1.735.975,68	0	0	20.845.626,93
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	0	0	14.312,58	3.888,96	0	3.561,81	0	0	0	21.763,35
	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014	0	213.252,48	14.312,58	0	0	0	0	0	0	227.565,06
	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014	0	0	15.936,21	46.897,80	13.784,04	930,09	0	0	0	77.548,14
	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014	430.920,02	0	23.351,99	0	52.304,69	0	0	0	0	506.576,70
	2013	395.497,08	0	30.022,04	0	37.427,13	0	0	0	0	462.946,25

Fonte:

7.1.4 Irregularidades na área de pessoal

7.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

O IFAP implementou a instrução normativa nº 03/2013 que funciona como controle interno sobre o acúmulo de cargos públicos ilicitamente. Com base na aludida normativa consultamos anualmente os servidores do IFAP, por intermédio do preenchimento de uma declaração onde o servidor responde se acumula ou não cargo público, descreve o local de trabalho, carga horária e faz juntada de certidão do órgão competente que ratifica ou não as informações prestadas. Em 2014, ocorreu a abertura de dois processos para averiguação de acúmulo de cargos, porém estes não foram finalizados ainda.

7.1.4.2 Terceirização Irregular de Cargos – Não ocorreu

7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas

O maior risco identificado no exercício 2014 correlato a gestão de pessoas no IFAP foi a perda substancial de pessoal capacitado, sobretudo em virtude da concorrência com órgãos de outras esferas que remuneram melhor o quadro de servidores em relação ao poder executivo, quando não, possuem um horário de expediente mais flexível. Outro fator preponderante para o decréscimo de servidores capacitados é a falta de perspectiva na carreira, singularmente, dos servidores ocupantes de cargos da classe “C” e “D” que na sua maioria são cargos de caráter burocrático e que não remuneram a contento, intensificando a rotatividade de servidores no órgão.

7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

A Diretoria de Gestão de Pessoas do IFAP não possui indicadores de gestão desenvolvidos, traça como meta para o segundo semestre de 2015 o desenvolvimento de indicadores das principais rotinas em execução do IFAP.

7.2 CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS

7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Quadro A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Amapá – IFAP													
UG/Gestão: 158150 / 26426						CNPJ:10.820.882-0001-95							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	14/2011	04.753.848/0001-42	21.11.2011	-	39	47					P
2013	V	O	02/2013	08.531.731/0001-75	28.09.2013	27.09.2014			08	08			E
2013	V	O	04/2013	08.531.731/0001-75	28.09.2013	27.09.2014			12	12			E
2014	V	E	07/2014	13.820.361/0001-26	23.05.2014	19.11.2014			04	04			E
2014	V	O	07/2014/CM	08.531.731/0001-75	28.09.2014	27.09.2015			16	16			A
2014	V	O	07/2014/LJ	08.531.731/0001-75	27.09.2014	26.09.2015			12	12			A
2014	V	O	15/2014	08.531.731/0001-75	20.11.2014	19.11.2015			12	04			A
Observações:													
1 - O contrato de prestação de serviço de limpeza e higiene encontra-se em vigor por força do 3º (terceiro) Termo Aditivo que prorrogou a vigência até 20.11.2015. Neste 3º (terceiro) Termo Aditivo, houve um acréscimo de 21% (vinte e um por cento) no quantitativo de profissionais, o que representa 08 (oito) profissionais a mais no contrato, passando de 39 para 47 a quantidade de profissionais no Contrato. Os 08 (oito) profissionais contratados, foram distribuídos 05 (cinco) no Campus Laranjal do Jari e 03 (três) no Campus Santana.													
2 - O Contrato Nº 02/2013 foi encerrado em 27.09.2014. Referia-se a 02 (dois) postos de vigilância do Campus Laranjal do Jari.													
3 - O Contrato Nº 04/2013 foi encerrado em 27.09.2014. Referia-se a 03 (três) postos de vigilância do Campus Macapá.													
4 - O Contrato Nº 07/2014, teve vigência de 23.05.2014 até 19.11.2014, referia-se à contratação de um posto de vigilância EMERGENCIAL do Campus provisório de Santana, que teve duração de 180 (cento e oitenta) dias, enquanto se realizava processo licitatório para contratação definitiva.													
5 - O Contrato Nº 07/2014/CM refere-se aos atuais 04 (quatro) postos de vigilância do Campus Macapá, formalizado com a empresa vencedora da Licitação em 2014.													
6 - O Contrato Nº ____/2014/LJ refere-se aos atuais 03 (três) postos de vigilância do Campus Laranjal do Jari, formalizado com a empresa vencedora da licitação em 2014.													
7 - O Contrato Nº 15/2014 refere-se a 01 (um) posto de vigilância do campus provisório de Santana-AP, formalizado pela Reitoria com a empresa vencedora da licitação em 2014.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte:

7.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Instituto federal de Educação, Ciência e tecnologia do Amapá - IFAP													
UG/Gestão: 158150 / 26426							CNPJ: 10.820.882/0001-95						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	4	O	09/2013	04.227.840/0001-42	17.06.2013	16.11.2014	3	3					E
2012	5	O	09/2013	04.227.840/0001-42	17.06.2013	16.11.2014			2	2			E
2012	12	O	09/2013	04.227.840/0001-42	17.06.2013	16.11.2014			5	5			E
2012	12	O	09/2013	04.227.840/0001-42	17.06.2013	16.11.2014			4	4			E
2012	12	O	09/2013	04.227.840/0001-42	17.06.2013	16.11.2014			4	4			E
Observações:													
1 - O Contrato Nº 09/2013 tinha sua vigência inicial para o período de 17.06.2013 à 16.06.2014. Através de Termo Aditivo foi prorrogado até 16.11.2014 quando finalmente foi encerrado.													
2 - As áreas informadas com código 12 (doze) no contrato 09/2013, referem-se a MOTORISTAS (05), PORTEIROS (04) e AUXILIARES DE ALMOXARIFADO (04).													
LEGENDA													
Área:													
1. Segurança;				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.									
2. Transportes;				Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.									
3. Informática;				Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.									
4. Copeiragem;				Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis.													
9. Manutenção de bens imóveis.													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes.													
12. Outras													

Fonte:

7.2.3 Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2

No Quadro A.7.2.1, são apresentados os seguintes Contratos:

1 - 01 (um) Contrato de prestação de serviços de limpeza e higiene, o qual foi formalizado em 21.11.2012 e permanece vigente através de Termos Aditivos de Prorrogação contratual, assinados nos anos de 2012, 2013 e 2014.

2 - 02 (dois) Contratos de vigilância ostensiva e 01 (um) Contrato de vigilância emergencial que tiveram suas vigências encerradas no decorrer do ano de 2014.

3 - 03 (três) contratos de vigilância ostensiva, formalizados em 2014, para atendimento aos Campi de Laranjal do Jari, Macapá e Campus provisório de Santana, dos quais 02 (dois) possuem vigência até 27.09.2015 e 01 (um) até tem vigência até 19.11.2015.

No Quadro A.7.2.2, é apresentado o Contrato referente à locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo de cargos do IFAP.

1 - Embora seja apenas 01 (um) Contrato, o de nº 09/2013, este forneceu até 16.11.2014 profissionais nas atividades de Motorista, Recepcionista, Copeiragem, Auxiliar de Almoarifado e Porteiros para todas as unidades do IFAP. O contrato transcorreu normalmente até o mês de Agosto de 2014, porém, a partir do mês de Setembro a empresa começou a cometer falhas contratuais, inadimplência junto às Receitas Federal, Estadual e Municipal, além do INSS. A administração do IFAP passou a bloquear pagamento e exigir a regularidade fiscal como condição para que os pagamentos fossem liberados. A empresa amparou-se em acórdão do TCU que proíbe o bloqueio de pagamento por motivo de pendência de regularidade Fiscal e por isso os pagamentos foram liberados.

Após a liberação dos pagamentos bloqueados, o IFAP deu prazo para que a empresa regularizasse sua situação fiscal e apresentasse os comprovantes. O prazo estabelecido já expirou e a empresa está sendo Descredenciada do SICAF como empresa INIDÔNEA para contratar com a administração pública e será suspensa de licitar e contratar com o IFAP por 05 (CINCO) anos.

7.2.4 Contratação de Estagiários - não ocorreu em 2014.

8 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

Em 2014 não ocorreu contratação de veículos de terceiros e nem aquisição de novos veículos. O IFAP possui frota própria, atualmente composta por 11 (ONZE) veículos, sendo: 07 (sete) pick-up tipo HILUX, 01 (UMA) Pick-up tipo L200, 01 (UM) Jeep tipo PAJERO, 01 (UM) Micro ônibus, 01 (UM) ônibus Rodoviário e um (UM) caminhão laboratório, distribuídos pelas suas unidades da seguinte forma:

REITORIA

- a) 03 (TRÊS) Pick-up tipo HILUX.
- b) 01 (UM) Caminhão laboratório.
- c) 01 (UM) Jeep tipo PAJERO à disposição do Campus de Santana.
- d) 01 (UMA) Pick-up tipo L200 OUTDOOR à disposição do Campus de Porto Grande.

CAMPUS MACAPÁ

- a) 02 (DUAS) pick-up tipo HILUX.
- b) 01 (UM) ônibus Rodoviário.

CAMPUS LARANJAL DO JARI

- a) 02 (DUAS) Pick-up tipo HILUX.
- b) 01 (UM) Micro ônibus.

Exceto os veículos tipo JEEP PAJERO e PICK-UP L200 OUTDOOR que foram adquiridos no ano de 2009, todos os demais veículos da frota são novos, foram adquiridos entre o final do ano de 2011 e início de 2012

A instituição possui contrato com uma empresa selecionada através de licitação, para realização serviços de manutenções preventivas e corretivas em toda a frota quando se faz necessário.

O abastecimento desses veículos é realizado através de cartões eletrônicos/magnéticos, cuja fornecedora foi selecionada por meio de licitação em 2012 e o contrato foi prorrogado para prestação do serviço em 2013 e 2014.

As despesas anuais com combustível para abastecimento da frota nos anos de 2013 e 2014 foram:

- Em 2013, R\$ 21.386,31 (vinte e um mil, trezentos e oitenta e um reais e trinta e um centavos), o que deu uma média de R\$ 1.782,19 (mil, setecentos e oitenta e dois reais e dezenove centavos) mensais para abastecimento de toda a frota.
- No ano de 2014, as despesas foram no valor de R\$ 27.807,66 (vinte e sete mil, oitocentos e sete reais e sessenta e seis centavos), o que deu uma média R\$ 2.317,30 (dois mil, trezentos e dezessete reais e trinta centavos) mensais para abastecimento de toda a frota.
- O aumento das despesas com combustível em 2014 se comparado ao ano de 2013, aconteceu em decorrência de 02 (dois) fatores. O Primeiro foi devido o aumento no preço dos combustíveis, e o segundo foi devido o aumento de viagens realizadas pelos veículos da Reitoria, para localidades onde estão sendo implantados novos Campus, que são os municípios de Santana, Porto Grande e Oiapoque, viagens essas que não aconteceram em anos anteriores.
- A utilização dos veículos, estão respaldada na instrução Normativa/.....
- Os veículos não são cobertos por seguro complementar, pagamos apenas o seguro obrigatório anual.

A opção de possuir veículos próprios e não locados de terceiros, é decisão administrativa.

8.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial – NÃO SE APLICA.

8.2.2 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional – NÃO SE APLICA.

8.2.2 Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União – NÃO SE APLICA

8.2.3 Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ – NÃO SE APLICA

8.3 BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS – NÃO SE APLICA.

9 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo (R\$)	Valores Desembolsados 2014 (R\$)	
			CNPJ	Denominação			
02/2012 / 2º Termo Aditivo	Enlace de dados	29/01/2014 28/01/2015	a	02.985.578/0001-70	Compuservice Empreendimentos Ltda.	32.597,45	25.121,57
08/2012 / 2º Termo Aditivo	Hospedagem	03/02/2014 02/02/2015	a	08.917.094/0001-70	Virtuaserver Informatica Ltda	3.597,60	3.437,66
001/2014	Link Internet _ Campus Jari	22/06/2014 21/06/2015	a	09.181.254/0001-28	Alca Telecom	286.836,04	138.852,95

10 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		X
	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
Considerações Gerais			

11 ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.

11.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU

11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício – Não ocorreu

11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício – Não ocorreu

11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

11.2.1 Recomendações do órgão de Controle Interno Atendidas no exercício

Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	NOTA DE AUDITORIA	1.2	Ofício 015/2014/GR/IFAP
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Descrição da Recomendação			
1.2 Recomendação: Exigir da Empresa J.P.L Construções LTDA-EPP a prestação integral da garantia correspondente a 2% do valor do contrato (original aditivo), conforme definido no edital de concorrência nº 03/2012 e cláusula 6ª do contrato nº 007/2013, bem como assegurar que, no caso de se utilizar seguro-garantia a vigência da apólice compreenda a totalidade da vigência contratual.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PROAD			94428
Síntese da Providência Adotada			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	NOTA DE AUDITORIA	2.2	Ofício 015/2014/GR/IFAP
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Descrição da Recomendação			
<p>2.2 Recomendação: Exigir da empresa contratada que os boletins de medição passem a ser devidamente assinados pelo responsável técnico indicado por ela durante o processo licitatório, ou por profissional que venha a substituí-lo, desde que também detenha acervo técnico compatível com a execução do empreendimento; bem assim que mantenha esse profissional atuando efetivamente na execução da obra.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PROAD			94428
Síntese da Providência Adotada			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	NOTA DE AUDITORIA	3.2	Ofício 015/2014/GR/IFAP
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Descrição da Recomendação			
<p>1.2 Recomendação: Proceder aos ajustes na composição dos serviços referente aos itens da planilha orçamentária da obra 17.3 e 17.8, relativos ao ginásio de esporte, de modo a que não ocorra pagamento superior ao efetivamente devido, e que sejam respeitados os limites de acréscimos e supressões referentes ao parágrafo 2º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PROAD			94428
Síntese da Providência Adotada			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	RELATÓRIO DE AUDITORIA 201308719	1.2.1.1	Ofício 075/2014/GR/IFAP
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Descrição da Recomendação			
Recomendação: Solicitar da empresa o comprovante de garantia contratual antes da assinatura de contrato, caso o edital tenha exigido prestação de garantia.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PROAD			94428
Síntese da Providência Adotada			
Por se tratar de um contrato já encerrado, motivo pelo qual as falhas cometidas não poderiam mais serem corrigidas.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Documento enviado a CGU, com as devidas justificativas e comprovação de implementação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			
Os fatores negativos foram que as recomendações não puderam ser aplicadas no objeto da auditoria, porém como fator Positivo e que puderam ser aplicadas nos contratos seguintes.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	RELATÓRIO DE AUDITORIA 201308720	1.1.1.2	Ofício 075/2014/GR/IFAP
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Descrição da Recomendação			
Recomendação: Determinar formalmente aos setores competentes que licitações para obras e serviços de engenharia sejam precedidas de elaboração de projeto básico com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a sua viabilidade técnica.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PROAD			94428
Síntese da Providência Adotada			
A Administração decidiu não utilizar mais projetos de outras instituições para serem adaptados. Com isso os projetos			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Documento enviado a CGU, com as devidas justificativas e comprovação de implementação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	RELATÓRIO DE AUDITORIA 201308720	1.2.1.1	Ofício 075/2014/GR/IFAP
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Descrição da Recomendação			
Recomendação: Determinar formalmente aos setores competentes que ao utilizarem projetos concebidos para outras entidades, promovam as devidas adaptações às necessidades do IFAP e às peculiaridades do local da construção.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PROAD			94428
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação atendida.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Documento enviado a CGU, com as devidas justificativas e comprovação de implementação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	RELATÓRIO DE AUDITORIA 201308720	1.2.1.2	Ofício 075/2014/GR/IFAP
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Descrição da Recomendação			
Recomendação: Exigir da empresa J.P.L Construções Ltda – EPP a prestação integral da garantia contratual correspondente a 2% do valor do contrato (original e aditivo), conforme definido no edital da concorrência nº 03/2010 e cláusula 6ª do contrato nº 007/2013, bem como assegurar que, no caso de se utilizar seguro-garantia a vigência da apólice compreenda a totalidade da vigência contratual.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PROAD			94428
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação atendida.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Documento enviado a CGU, com as devidas justificativas e comprovação de implementação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	RELATÓRIO DE AUDITORIA 201308720	1.2.1.3	Ofício 075/2014/GR/IFAP
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Descrição da Recomendação			
Recomendação:			
Exigir da empresa contratada que os boletins de medição passem a ser devidamente assinados pelo responsável técnico indicado por ela durante o processo licitatório, ou por profissional que venha a substituí-lo, desde que também detenha acervo técnico compatível com a execução do empreendimento; bem assim que mantenha esse profissional atuando efetivamente na execução da obra.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PROAD			94428
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação atendida.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Documento enviado a CGU, com as devidas justificativas e comprovação de implementação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	RELATÓRIO DE AUDITORIA 201308720	1.2.1.4	Ofício 075/2014/GR/IFAP
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Descrição da Recomendação			
Proceder aos ajustes na composição dos serviços referentes aos itens da planilha orçamentária da obra 17.3 e 17.8, relativos ao ginásio de esporte, de modo a que não ocorra pagamento superior ao efetivamente devido, e que sejam respeitados os limites de acréscimos e supressões referentes ao parágrafo 2º do art.65 da Lei 8.666/1993.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PROAD			94428
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação atendida.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Documento enviado a CGU, com as devidas justificativas e comprovação de implementação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	RELATÓRIO DE AUDITORIA 201308721	1.1.1.1	Ofício 075/2014/GR/IFAP
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Descrição da Recomendação			
Exigir, na execução do contrato, todas as formalidades estabelecidas em edital e no termo contratual.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PROAD			94428
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação atendida.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Documento enviado a CGU, com as devidas justificativas e comprovação de implementação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	RELATÓRIO DE AUDITORIA 201308721	1.2.1.1	Ofício 075/2014/GR/IFAP
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Descrição da Recomendação			
<p>1-Deixar de Realizar pagamentos a empresas prestadoras de serviços, referentes a valores correspondentes a diárias de motoristas, sem que haja cláusula editalícia e contratual prevendo essa possibilidade.</p> <p>2-Fazer constar cláusula editalícia e contratual, quando no planejamento das contratações realizadas pelo IFAP, se observar a necessidade pagamento de diárias aos empregados da empresa a ser contratada.</p> <p>3- Normatizar internamente os regramentos referentes a pagamento de diárias que não se refiram a servidores da Instituição.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PROAD			94428
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação atendida.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Documento enviado a CGU, com as devidas justificativas e comprovação de implementação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	RELATÓRIO DE AUDITORIA 201308721	1.2.1.2	Ofício 075/2014/GR/IFAP
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Descrição da Recomendação			
Emitir relatórios de fiscalização e acompanhamento da execução dos contratos firmados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PROAD			94428
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação atendida.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Documento enviado a CGU, com as devidas justificativas e comprovação de implementação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	RELATÓRIO DE AUDITORIA 201308721	1.2.1.3	Ofício 075/2014/GR/IFAP
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Descrição da Recomendação			
1- Fazer cumprir, na execução contratual, todas as obrigações estabelecidas no edital e no termo de contrato. 2- Formalizar todas as alterações que ocorram em itens contratuais.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PROAD			94428
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação atendida.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Documento enviado a CGU, com as devidas justificativas e comprovação de implementação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	RELATÓRIO DE AUDITORIA 201308721	1.2.1.4	Ofício 075/2014/GR/IFAP
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Descrição da Recomendação			
<p>1-Não realização de empenho, liquidação e pagamento, estando a empresa com SICAF vencido, ao menos que sejam apresentados os documentos que sanem as pendências apontadas no SICAF.</p> <p>2-Imprimir consulta ao SICAF e anexar ao processo, antes do empenho, liquidação e pagamento.</p> <p>3-Assegurar-se que a empresa contratada mantém as condições de habilitação e qualificações, durante todo o período de execução do contrato.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PROAD			94428
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação atendida.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Documento enviado a CGU, com as devidas justificativas e comprovação de implementação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	RELATÓRIO DE AUDITORIA 201308721	1.2.1.5	Ofício 075/2014/GR/IFAP
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Descrição da Recomendação			
Fazer constar no processo, consulta ao SICAF antes do empenho, liquidação e pagamento da despesa.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PROAD			94428
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação atendida.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Documento enviado a CGU, com as devidas justificativas e comprovação de implementação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	RELATÓRIO DE AUDITORIA 201308721	1.2.1.6	Ofício 075/2014/GR/IFAP
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ			94428
Descrição da Recomendação			
Fazer constar no termo contratual, o mesmo percentual de garantia fixado em edital.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PROAD			94428
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação atendida.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Documento enviado a CGU, com as devidas justificativas e comprovação de implementação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			
.			

11.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI Nº 8.730/93

11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	128	128	128
	Entregaram a DBR	128	128	128
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte:

11.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

11.4 MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO – NÃO OCORREU

11.5 ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV

Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO
<p>Eu, <u>ARIOSTO TAVARES DA SILVA</u>, CPF nº 067.430.302-44, <u>Pró-reitor de Administração</u>, exercido no <u>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá</u>, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p>
<p>Brasília, 26 de Março de 2015.</p>  <p>Ariosto Tavares da Silva CPF: 067.430.302-44 Pró-Reitor de Administração/IFAP</p>

12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

São feitas análises nos relatórios enviados pela Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado e no sistema SIAFI (>diário, no >balancete, >razão, >concontir) para a verificação da conformidade contábil. A contadora Fabrícia Gonçalves Silva é responsável pela realização de tal serviço no órgão.

b) informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício;

Durante o exercício as principais ocorrências que ocorrem são: a falta de conformidade de gestão, o atraso na entrega de RMB e a falta de depreciação.

c) descrição de ocorrência não sanada até o final do exercício de referência do relatório de gestão, indicando as justificativas da não regularização.

As ocorrências não sanadas até o final do ano são sobre a depreciação e o RMB, pois existem divergências entre os dados que constam no SIAFI e o relatório enviado pela Coordenação de Patrimônio, pois o instituto está inventariando os bens para transferir parte destes para Campus, não sendo possível ter com exatidão a relação de bens e a depreciação dos mesmos.

12.1 MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

Informamos que não existem bens para serem feitas amortizações e exaustões em nosso órgão.

Conforme a NBC T 16.9 a depreciação dos bens permanentes do IFAP vem sendo realizada com algumas ressalvas: Atualmente o IFAP possui 03 (três) UG (Reitoria, Campus Macapá, Campus Jarí), cada UG deveria estar realizando seu controle de depreciação conforme regulamentado pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, no entanto, em virtude de não possuímos um sistema eficiente que nos dê suporte e em decorrência da maioria dos bens permanentes terem sido adquiridos pela Reitoria e posteriormente terem sido encaminhados para os demais campus sem a transferência via SIAFI para a UG correspondente, acabou por dificultar o controle da depreciação por UG.

Desta forma, por enquanto, estamos depreciando os bens permanentes de forma Geral, ao mesmo tempo em que estamos trabalhando para regularização dos bens por UG. No momento, estamos trabalhando na transferência de bens para a UG do Campus Jarí, conforme processo nº 23228.000077/2015-13 e esperamos que a depreciação referente ao mês de maio já seja realizada na referida UG. Após a conclusão estaremos trabalhando na UG Campus Macapá.

Como o controle da Depreciação está ocorrendo de forma geral e estamos trabalhando na separação dos bens por UG, e aguardando um novo sistema para gerenciar o patrimônio do IFAP ainda não estamos realizando a Avaliação e mensuração dos ativos e passivos, conforme regulamenta a NBC T 16.10.

No âmbito do IFAP adotamos a tabela da macrofunção 020330 da STN para padronizarmos a depreciação. Nessa tabela é estabelecida para cada conta contábil a vida útil e o percentual do valor residual.

Com relação à metodologia de cálculo da depreciação utilizamos o Método de quotas constantes que consiste em utilizar uma taxa de depreciação constante durante a vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere.

A depreciação é realizada mensalmente em quotas que representam um duodécimo da taxa de depreciação anual do bem. O lançamento contábil é realizado pelo valor total da classe dos bens depreciados ao qual determinado item se refere. No entanto, o cálculo do valor a depreciar é identificado individualmente, item a item, em virtude da possibilidade de haver bens similares com taxas de depreciação diferentes e bens totalmente depreciados.

A depreciação inicia-se no mês seguinte à colocação do bem em condições de uso, não havendo para os bens da entidade, depreciação em fração menor que um mês.

A definição da taxa mensal de depreciação a ser utilizada no registro da depreciação está intrinsecamente relacionada com a estimativa da vida útil do bem.

Abaixo segue tabela com as contas contábeis, vida útil e taxa de depreciação que utilizamos na depreciação dos bens permanentes do IFAP.

Conta Contábil	Vida útil (meses)	Taxa de depreciação (Mensal)
12311 0101	180	0,56 %
12311 0102	120	0,83%
12311 0103	180	0,56%
12311 0104	120	0,83%
12311 0301	120	0,83%
12311 0402	120	0,83%
12311 0105	120	0,83%
12311 0106	240	0,42%
12311 0405	120	0,83%
12311 0107	120	0,83%
12311 0125	120	0,83%
12311 0201	60	1,67%
12311 0109	120	0,83%
12311 0121	120	0,83%
12311 0303	120	0,83%
12311 0501	180	0,56%
12311 9909	120	0,83%
12311 0503	180	0,56%

12.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

12.2.1 Declaração Plena

12.2.2 Declaração com Ressalva

Quadro A.12.4.2 – Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR				
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP			Código da UG: 158150	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Os saldos das contas do imobilizado apresentado no SIAFI estão divergentes do inventário;</p> <p>b) O saldo da conta depreciação não representa a realidade.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>				
Local	Macapá		Data	02 de janeiro de 2015
Contador Responsável	 Fabricia Gonçalves Silva Portaria /GAB/IFAP		CRC nº	AP-002099/O-9

12.5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI N° 4.320/1964 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC N° 1.133/2008

12.6 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI N° 6.404/1976

12.7 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS – NÃO SE APLICA

12.8 RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE

13 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO – NÃO OCORREU

14 INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IFETS)

O Acórdão TCU nº 2.267/2005 determinou que a partir do exercício de 2005 as Instituições Federais de Educação Tecnológica – IFET informassem nos seus relatórios de gestão um conjunto de indicadores de gestão que possibilitasse a avaliação dessas instituições.

Para efeito desse Acórdão, as IFET deverão apresentar o resultado dos indicadores conforme estabelecidos no **Quadro B.65.1**, considerando-se o exercício de referência do Relatório de Gestão e os quatro (4) exercícios imediatamente anteriores.

Quadro B.65.1 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2014	2013	2012	2011	2010
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$\text{Candidato / vagas} = \frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas}}$	5,44	8,53	2,13	3,17	3,95
	Relação Ingressos/Aluno	$\text{Relação de Ingressos/Aluno} = \frac{\text{Número de Ingressos} \times 100}{\text{Alunos matriculados}}$	70,57	49,12	55,6	82,59	100
	Relação Concluintes/Aluno	$\text{Relação de Concluintes/Aluno} = \frac{\text{Número de Concluintes} \times 100}{\text{Alunos matriculados}}$	40,82	27,98	6,0	14,67	-
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	$\text{Índice de Eficiência Acadêmica} = \frac{\sum \text{Números de concluintes}}{\sum \text{Números de Todas as situações finais}} \times 100$	86,58	59,84	59,6	46,12	-
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	$\text{Índice de Retenção ao Fluxo Escolar} = \frac{\text{Números de alunos retidos} \times 100}{\text{Alunos matriculados}}$	33,21	33,10	28,5	3,37	-
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$\text{Relação Alunos /Docentes em Tempo Integral} = \frac{\text{Total de Alunos Matriculados}}{\text{Total de Docente}}$	42,09	22,53	19,81	19,25	18,26
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$\text{Gastos correntes/Aluno} = \frac{\text{Total de Gastos Correntes}}{\text{Alunos Matriculados}}$	R\$ 5.588,28	R\$ 9.424,87	R\$ 2.723,16	R\$ 3.415,31	R\$ 5.123,60
	Percentual de Gastos com Pessoal	$\text{Percentual de gastos com pessoal} = \frac{\text{Total de Gastos com Pessoal} \times 100}{\text{Gastos Totais}}$	41,97	39,86		44,81	7,58

					50,70		
	Percentual de Gastos com outros Custeios	Percentual de gastos com outros custeios = $\frac{\text{Total de Gastos com Outros Custeios}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$	14,76	19,54	14,07	10,88	7,86
	Percentual de Gastos com Investimentos	Percentual de Gastos com Investimentos = $\frac{\text{Total de Gastos com Despesas de Investimentos}}{\text{Gastos Totais}}$	33,09	40,60	35,22	44,31	83,8
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	Resultados por Ano	2014	2013	2012	2011	2010
	0 < RFP ¹ <= 0,5 SM ² - 0	<i>Amostragem – consulte a tabela 11</i>	480	200	115	80	186
	0,5 < RFP <= 1 SM - 0		301	290	48	41	-
	1 < RFP <= 1,5 SM - 0		134	227	72	21	-
	1,5 < RFP <= 2,5 SM - 0		111	153	62	13	38
	2,5 < RFP <= 3 SM - 0		55	87	9	3	-
	RFP > 3 SM		65	93	66	27	11
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente		Relação Alunos /Docentes em Tempo Integral = $\frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G+A+E+M+D}$	3,27	3,12	3,13	2,88

* Cálculo realizado de forma divergente do ano de 2014, pois a este valor está somando um total de 1042 alunos dos cursos de formação inicial e continuada.

¹ RFP – Renda Familiar Per Capta

² SM – Salário Mínimo

ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET

ANÁLISE CRÍTICA INDICADORES INSTITUCIONAIS

O presente relatório apresenta os indicadores institucionais utilizados para avaliação dos Cursos Técnicos de Nível Médio nas formas integrada e subsequente, cursos de formação inicial e continuada, bem como dos cursos de Graduação e Pós-graduação ofertados pelo Instituto Federal do Amapá em 2014, nos Campus Macapá, Laranjal do Jari e Santana.

Os referidos indicadores estão em consonância com a determinação do Tribunal de Contas da União através do Acórdão nº. 2.267/2005, de 12/12/2005 quanto aos indicadores de desempenho operacional, para aferição anual da atuação das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A seguir, apresentam-se os resultados obtidos pelo IFAP no exercício de 2014, considerando o arquivo dos Indicadores de Gestão 2014 enviado a UJ pela Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão da Rede Federal da SETEC/MEC.

Assim apresentamos a seguinte análise dos Indicadores:

2.1 - INDICADORES ACADÊMICOS

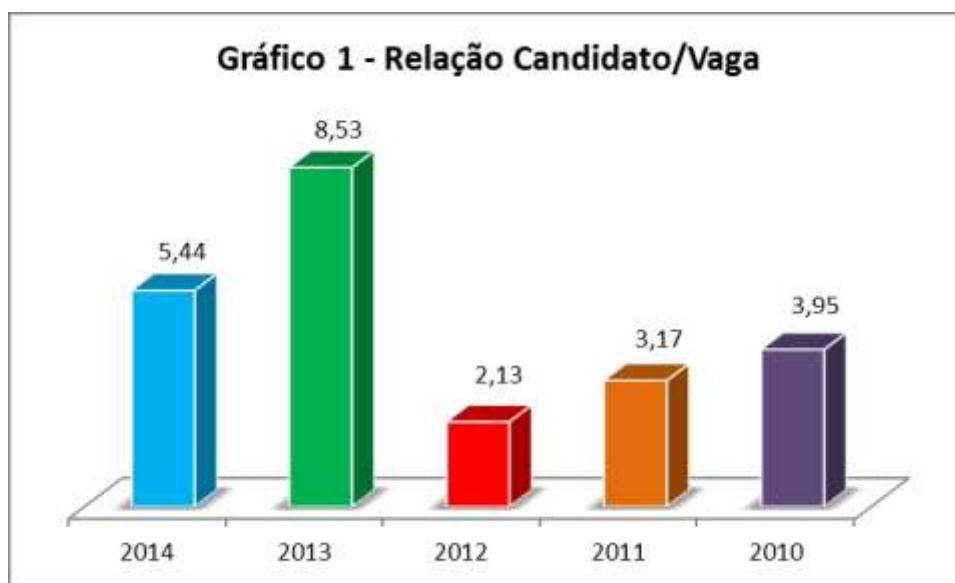
2.1.1- Relação Candidato/Vaga:

Dados Gerais do Indicador	
Objetivo	Identificar a relação de candidatos inscritos por vagas ofertadas
Fonte	Os dados foram coletados através do SISTEC
Método de cálculo	Para cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Relação de Inscritos por Vaga} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de Inscrições}}{\text{N}^\circ \text{ de vagas ofertadas}}$
Definições	Nº Inscrições = número de candidatos inscritos nos processos seletivos e outras formas de ingresso. Nº Vagas ofertadas = número de vagas ofertadas em Editais de oferta por meio de processos seletivos e outras formas de ingresso.

Tabela 1 – Quantitativo de Inscritos e Vagas - 2014

Relação candidato/Vaga	Número de Inscritos	Número de Vagas	Resultado/Indicador
	22986	4223	5,44

Fonte: Sistec/MEC



Análise: O indicador relação candidato/vaga referente ao ano de 2014 apresentado no SISTEC foi de 5,44. Fazendo a análise comparativa em relação as vagas ofertados pelo IFAP nos anos anteriores (2010 a 2013), percebe-se que mantêm-se uma concorrência equilibrada em relação a procura pelos cursos ofertados pela instituição, demonstrando assim, uma evolução do indicador candidato/vaga. Esta procura deve-se a ampliação das vagas e visibilidade da instituição junto à comunidade acadêmica no Estado do Amapá. Em seu processo de expansão, o IFAP ampliou sua oferta de vagas, considerando a implantação de mais um campus no município de Santana. Assim, em 2014 o IFAP ofertou um total de 4223 vagas, sendo essas vagas distribuídas tanto para a oferta de cursos técnicos de nível médio seus três campus: Macapá, Laranjal do Jari e Santana, quanto para a oferta de cursos de graduação, pós-graduação e cursos de formação continuada. Outro fator de destaque, é que até o ano de 2013, apenas o Campus Macapá ofertava cursos de graduação, sendo essa modalidade ampliada para o Campus Laranjal do Jari com a oferta de 40 vagas para o Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, onde houveram 744 inscritos, um concorrência de 18,6 por vaga.

Se considerarmos o índice apenas dos cursos ofertados pelos processos seletivos (cursos técnicos e de graduação), onde há uma relação de concorrência mais evidente, temos uma concorrência mais acirrada, pois das 1110 vagas ofertadas nestas duas modalidades, houveram um quantitativo de 19.815 inscritos, tendo um indicador de 17,8.

Vale ressaltar, que os dados considerados para este indicador, tiveram como parâmetro a oferta de vagas para os cursos técnicos de nível médio, através de Editais específicos de seleção, assim como para os cursos superiores de Tecnologia e Licenciaturas, considerando as chamadas lançadas pelo SISU, os Cursos de Pós-Graduação e os cursos de Formação Continuada. Este índice de candidato/vaga somente não foi superior ao de 2013, por considerar em seu cálculo, um número considerável de oferta de curso de formação continuada em 2014, no total de 2813 inscritos, sendo que nesta modalidade não há concorrência nos processos seletivos, sendo as inscrições feitas de forma livre ou por critérios específicos, de acordo com o número de vagas ofertadas e o público de interesse, até o preenchimento das vagas.

Conforme orientação da SETEC, não foram computados para efeito de cálculo deste índice e dos demais, os cursos ofertados pela Rede e-Tec Brasil e pelos Programas Federais como PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico em Emprego) e Programa Pró-Funcionário.

Um fator relevante para o aumento na procura pelos cursos do IFAP está na maior visibilidade conquistada pelo Instituto perante a comunidade local e regional, como instituição

educacional de formação superior e técnica de nível médio, que busca a elevação do nível de escolaridade da população e sua inserção no meio social e no mundo produtivo.

É importante ressaltar que a única forma de ingresso para os cursos superiores no ano de 2014 foi por meio da utilização do resultado do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), através do SiSU (Sistema de Seleção Unificada), sem custo ou esforço adicional para o Instituto. Em relação aos candidatos, essa forma de ingresso possibilita um número significativo de inscrições, uma vez que estudantes oriundos de escola pública não pagam a taxa de inscrição do ENEM e estudantes de outros Estados podem pleitear vagas na Instituição. Por sua vez, a forma de seleção adotada para ingresso nos cursos técnicos de nível médio acontece por meio de aplicação de provas objetivas de Língua Portuguesa e Matemática.

O trabalho de divulgação dos cursos ofertados nos Campus do IFAP junto à comunidade local e regional é uma ação de suma importância que vem sendo desenvolvida pela instituição vislumbrando a elevação do indicador em referência.

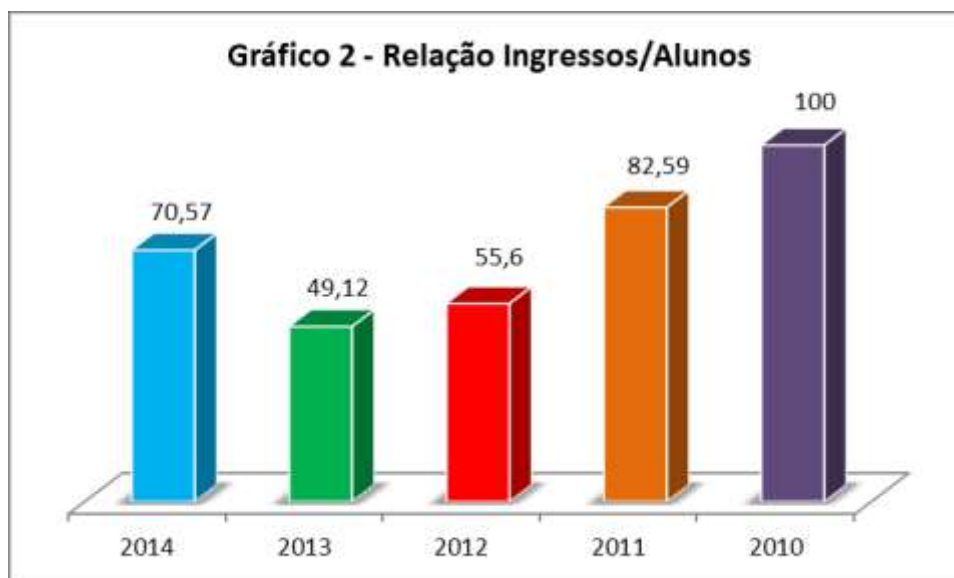
2.1.2 - Relação de Ingressos/Alunos:

Dados Gerais do Indicador	
Objetivo	Quantificar a taxa de ingressos em relação ao total de alunos
Fonte	Os dados foram coletados através do SISTEC.
Método de cálculo	Para cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Relação Ingressos / alunos} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de Ingressos}}{\text{alunos matriculados}^*} \times 100$
Definições	<p>Nº Ingressos = Numero de ingressos por meio de processo seletivo e outras formas de ingressos.</p> <p>Alunos Matriculados – Todos os alunos matriculados no Instituto (cursos técnicos de nível médio, cursos de graduação e pós-graduação).</p> <p>Corresponde ao número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior +ingressos+matrículas reativadas).</p> <p><i>* Não estão inseridos nesta totalidade os alunos da Rede e-Tec Brasil e oriundos de Programas como Pronatec e Pró-Funcionário, conforme orientação da SETEC.</i></p>

Tabela 2 – Quantitativo de Ingressantes e total de matriculados – 2014

Relação	Ingressos	alunos matriculados	Resultado/Indicador
Ingresso/Aluno	4307	6103	70,57

Fonte: Sistec/MEC



Análise: No ano de 2014, este índice teve um acréscimo importante em relação ao número de ingressantes em 2013. A instituição tem aumentado o número de vagas ofertadas principalmente nos campus do interior. Esse indicador mostra o aumento do número de ingressantes no Instituto como também um aumento expressivo no número de alunos matriculados.

Os números de ingressantes foram distribuídos da seguinte forma: 828 nos cursos técnicos na forma subsequente e integrada, 199 ingressantes para os Cursos de Licenciatura e Tecnologia, 336 ingressantes em cursos de Pós-Graduação e um aumento considerável na oferta de cursos de formação inicial e continuada, com um total de 2944 ingressantes, em 39 cursos FIC ofertados pelo IFAP, principalmente no Campus Laranjal do Jari, que teve 2.435 ingressantes em cursos FIC.

O IFAP tem incentivado a oferta de cursos FIC em seus Campus, por considerar uma oferta tão importante, quanto as demais modalidades. Este índice vem em contramão, a realidade de muitos IFs, que houveram redução na oferta desta modalidade, em virtude da substituição pelos cursos do programa PRONATEC, sendo que estas vagas são excluídas do cálculo dos indicadores de gestão.

A expansão do Instituto Federal do Amapá, com o início das atividades do Campus Santana, e a ampliação de vagas nos demais campus, tem contribuído para o aumento no número de ingressos no ano de 2014. A estratégia da expansão consiste em ampliar as vagas não somente com a oferta de cursos técnicos, mas com a oferta de cursos de graduação, pós-graduação e cursos de formação inicial e continuada, como foi o caso do Campus Laranjal do Jari, que ampliou consideravelmente a oferta dos cursos FIC, e iniciou em 2014 com a oferta do primeiro curso superior, o Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

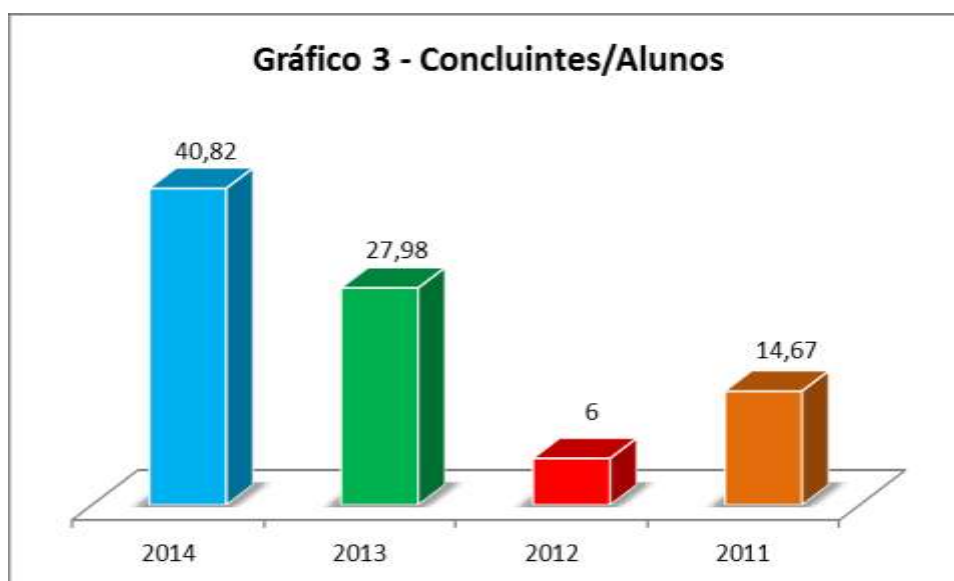
2.1.3 - Relação Concluintes/Alunos:

Dados Gerais do Indicador	
Objetivo	Quantificar a taxa de concluintes em relação ao total de alunos
Fonte	Os dados foram coletados através do SISTEC.
Método de cálculo	Para cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Relação Concluintes / alunos} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de Concluintes}}{\text{alunos matriculados}} \times 100$
Definições	<p>Concluinte = é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau (Total de Concluintes e Integralizados em Fase Escolar em todos os cursos do Instituto).</p> <p>Alunos Matriculados – Todos os alunos matriculados no Instituto (cursos técnicos de nível médio, cursos de graduação e pós-graduação).</p> <p>Corresponde ao número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior +ingressos+matrículas reativadas).</p> <p><i>* Não estão inseridos nesta totalidade os alunos da Rede e-Tec Brasil e oriundos de Programas como Pronatec e Pró-Funcionário, conforme orientação da SETEC.</i></p>

Tabela 3 – Quantitativo de concluintes e matriculados – 2014

Relação	Concluintes	alunos matriculados	Resultado/Indicador
Concluintes/Aluno	2491	6103	40,82

Fonte: Sistec/MEC



Análise: É possível verificar nesse indicador de 40,82 o aumento no número de concluintes do Instituto, apesar de muitos alunos que concluíram seus cursos no 2º semestre de 2014, não terem sido registrados no SISTEC, mesmo assim o quantitativo foi superior ao ano anterior. No ano de 2014, algumas turmas dos Cursos Técnicos na forma integrada, tiveram sua conclusão prolongada, tendo em vista a demora na finalização do estágio supervisionado por muitos estudantes. Entretanto, esse fato, não impactou no índice geral, devido o registro de um número considerável de cursos FIC e a integralização dos cursos técnicos de muitos estudantes. Isso demonstra um positivo avanço no compromisso da instituição em garantir não somente o ingresso e permanência dos estudantes, mas a sua conclusão com êxito. A ampliação do número de concluintes se deve ao esforço da instituição para a redução da retenção dos alunos e consequentemente a melhoria da qualidade do ensino.

Os dados de concluintes apresentados expressam principalmente o número de alunos concluintes dos Cursos Técnicos em Meio Ambiente, Secretariado e Informática, na forma subsequente, do Campus Laranjal do Jari, os concluintes da Pós-Graduação em Docência na Educação Profissional e Tecnológica e os concluintes dos Cursos Técnicos em Mineração, Alimentos e Edificações, na forma subsequente do Campus Macapá. Não há registro de turmas concluintes dos Cursos de Graduação, considerando que as primeiras turmas concluintes ocorrerão no ano de 2015.

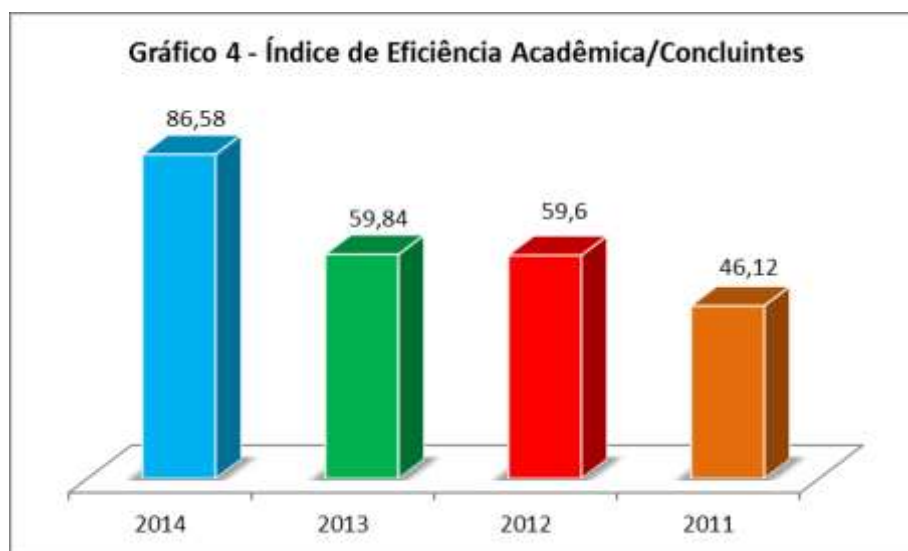
2.1.4 - Índice de Eficiência Acadêmica:

Dados Gerais do Indicador	
Objetivo	Calcular o índice de eficiência da Instituição
Fonte	Os dados foram coletados através do SISTEC.
Método de cálculo	Para cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Índice de Eficiência Acadêmica / Concluintes = $\frac{\Sigma \text{Números de concluintes}}{\Sigma \text{Números de Todas as situações finais}} \times 100$
Definições	Concluinte = é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau (Total de Concluintes e Integralizados em Fase Escolar em todos os cursos do Instituto). Alunos em Situação Final – Concluídos + Integralizados + Evadidos + Desligados + Transferidos Externos.

Tabela 4 – Quantitativo de concluintes/integralizados em fase escolar e matriculados finalizados/2014

Índice de Eficiência Acadêmica	Concluintes	Alunos em Situação Final	Resultado/Indicador
	2491	2877	86,58

Fonte: Sistec/MEC



Análise: O ano de 2014 registra como índice de eficiência acadêmica o valor de 86,58% que, em comparação com o valor de 59,84% obtido em 2013, demonstra um crescimento abundante, cuja evidência está sob a influência direta do item anterior ao que se refere a Relação de Concluintes / Alunos, principalmente no êxito quanto a oferta dos Cursos de Formação Inicial e Continuada no ano de 2014.

Apesar do índice favorável de forma geral, cabe salientar, que em algumas modalidades, esses índices ainda precisam ser melhorados, principalmente em relação a permanência dos estudantes nos cursos de graduação. Os dados mais evidentes encontram-se principalmente nos cursos ofertados pelo IFAP no Campus Macapá, tendo como destaque os seguintes números de evasão: Licenciatura em Informática (10) e Licenciatura em Química (21), bem como o número de alunos desligados: Licenciatura em Informática (3), Licenciatura em Química (11), Tecnologia em Redes de Computadores (15) e Tecnologia em Construção de Edifícios (10). Um dos fatos que ocasionam a saída desses estudantes, é a possibilidade que o Estado do Amapá oferece na oferta inúmeras vagas em diversos cursos superiores nas Faculdades e Universidades Públicas, como a Universidade Estadual do Amapá (UEAP) e Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), somado a decisão do estudante em optar pelo deslocamento até o IFAP, se considerarmos a distância que o IFAP/Campus Macapá, está localizado, que é na BR 210, KM 03, Zona Norte da cidade de Macapá, uma distância considerável em relação ao centro da cidade e a dificuldade no acesso ao transporte público.

Em relação aos cursos técnicos, na forma subsequente no âmbito do IFAP, a evasão se destaca nos seguintes cursos: Redes de computadores (29), Edificações (33), Alimentos (11), Mineração (20) e Informática (10). Já na forma integrada, vale destacar apenas a transferência de 12 estudantes dos Cursos Técnicos em Mineração para outras instituições de ensino.

Cabe destacar que estes índices estão em evolução, pois com a urbanização da área do entorno do Campus Macapá e a melhoria do transporte público nos últimos meses, a procura pelos Cursos do IFAP tem aumentado consideravelmente, conforme análise apresentado anteriormente em relação ao indicador candidato/vaga.

No Campus Laranjal do Jari, com exceção do Curso Técnico em Informática, os demais cursos ofertados tiveram um índice baixíssimo de evasão. Esse fator deve-se principalmente ao empenho da equipe pedagógica e de Assistência Estudantil com a implantação do Núcleo de Estudos e Combate a Evasão Escolar, que desempenhou um papel importantíssimo no município de Laranjal do Jari, tendo como destaque para o Curso Técnico de Comércio / PROEJA que não houve nenhum registro de evasão durante o ano letivo de 2014, conforme dados do SISTEC.

O Campus Santana, ainda em fase de implantação, está se consolidando com as primeiras turmas de ingressantes no 2º semestre de 2014, não sendo possível fazer uma análise mais precisa.

Na Pós-graduação houve a desistência de 13 estudantes no Curso de Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica e 24 estudantes no Curso de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

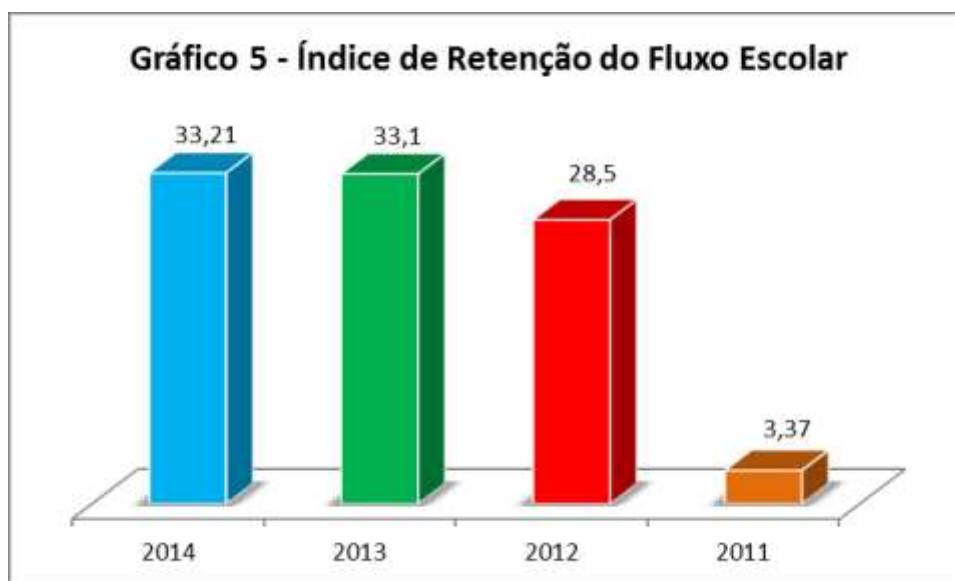
2.1.5 - Índice de Retenção do Fluxo Escolar:

Dados Gerais do Indicador	
Objetivo	Quantificar o índice de retenção do fluxo escolar em relação ao total de alunos
Fonte	Os dados foram coletados através do SISTEC.
Método de cálculo	Para cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Índice de Retenção = $\frac{\text{Número de alunos retidos}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$
Definições	<p>Retidos = A retenção escolar ocorre quando uma matrícula permanece ativa (situação “em curso”) mesmo após a data prevista para o término do curso (data final do ciclo de matrícula), ou que a sua conclusão no curso (situação final da matrícula, nos casos de conclusão, integralização de fase escolar ou demais situações finais), ocorram em período (mês de ocorrência) superior a data final prevista para o curso (ciclo de matrícula).</p> <p>Para efeito de análise, o SISTEC considera na retenção as situações “em curso”, “concluído” e “demais situações finais”. O cálculo é realizado a partir da seleção dos ciclos de matrículas que possuam data final prevista, compreendida entre jan/2014 e dez/2014.</p> <p>Alunos Matriculados – Todos os alunos matriculados no Instituto (cursos técnicos de nível médio, cursos de graduação e pós-graduação).</p> <p>Corresponde ao número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior +ingressos+matrículas reativadas).</p> <p><i>* Não estão inseridos nesta totalidade os alunos da Rede e-Tec Brasil e oriundos de Programas como Pronatec e Pró-Funcionário, conforme orientação da SETEC.</i></p>

Tabela 5 – Quantitativo de Retidos e total de matriculados – 2014

Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Número de Retidos	Número total de matriculados	Resultado/Indicador
	2.027	6.103	33,21

Fonte: Sistec/MEC



Análise: O índice de retenção do fluxo escolar mantém-se no mesmo patamar se compararmos ao índice em 2013, com um leve acréscimo de 0,1.

Esse índice somente não obteve uma melhora considerável se consideramos o número reduzido de registros no SISTEC dos estudantes que concluíram os cursos técnicos na forma integrada no ano de 2014, mas que em função de não concluíram o estágio supervisionado, não tiveram sua situação final modificada para o status de “concluente” ou “integralizado”.

Vale ressaltar que para efeito de análise, o SISTEC considera na retenção as situações “em curso”, “concluído” e “demais situações finais”. O cálculo é realizado a partir da seleção dos ciclos de matrículas que possuam data final prevista, compreendida entre jan/2014 e dez/2014. Assim, o aluno que não finalizou o curso no período previsto, é considerado para efeitos de cálculo como retido. Apesar do índice de eficiência acadêmica ter sido elevada pela conclusão dos cursos FIC, estes, ao serem cadastrados no SISTEC no ano de 2014, tiveram sua situação final com retidos, apesar dos alunos já terem concluídos os referidos cursos, e o Registro Escolar ter feito o registro final como status “concluente”. Acredita-se que o erro no SISTEC, deve-se ao fato do registro ter sido feito, posteriormente ao mês da data prevista para o curso, mesmo que o curso tenha iniciado no ano de 2014, e concluído no mesmo ano. Para constatar essa evidência, consta no arquivo com resumos dos indicadores extraído do Sistec e encaminhado pela SETEC, o quantitativo de 875 alunos concluintes em cursos FIC, mas ao mesmo tempo 816 alunos retidos, deste mesmo número, ou seja, ao mesmo tempo que o aluno aparece como “concluente” no curso FIC, ele também aparece como “retido”.

Outro fato é que alguns cursos ofertados pelo IFAP no ano de 2013 e 2014, não foram finalizados no SISTEC, apesar de sua conclusão ter sido efetivada, no entanto, permanecem ainda com o status “em curso”, como é o caso do Curso Pensamento Digital: Programa para Desenvolvimento Tecnológico da Educação Básica, com 96 registros em aberto; Cursos de Formação Continuada de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento em Proeja, com 217 registros; Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Educação Profissional integrada à Educação Básica na

modalidade de Educação de Jovens e Adultos, com 180 registros. Como os registros não foram finalizados, eles são contabilizados para o índice de retenção do fluxo escolar.

Apesar das inconsistências no SISTEC dos números apresentados em relação a retenção escolar, houve a preocupação de identificar o quantitativo de alunos retidos que é de 228 alunos para as modalidades dos cursos técnicos, e 18 alunos do Curso de Tecnologia de Redes de Computadores. Esse número destaca-se principalmente, pela dificuldade do estudante em integralizar todos os componentes curriculares e concluir seu estágio em tempo hábil.

Um ponto a destacar é que os alunos dos Cursos Técnicos na forma subsequente e integrada necessitaram de prolongamento do prazo para conclusão dos referidos cursos, devido não conclusão em tempo hábil do estágio supervisionado, obrigatório, normatizado pelo Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC'S). A dificuldade em conseguir estágio é principalmente nos Cursos Técnicos em Mineração, Alimentos, Informática e Edificações.

Medidas emergenciais foram tomadas no sentido de minimizar a retenção desse fluxo, entre elas: parcerias com instituições privadas e públicas para realização do estágio; retificação dos PPC's quanto a não obrigatoriedade do estágio, dando outras possibilidades para a prática profissional; e orientação aos estudantes e responsáveis quanto a legislação do estágio e o que compete a cada parte (Instituto e acadêmico).

Algumas ações visando a permanência e o êxito escolar continuam sendo desenvolvidas para contribuir na elevação do índice de retenção do fluxo escolar promovendo a melhoria da qualidade da ação educativa, tais como: política de assistência estudantil prevista no PNES, como: auxílio transporte, auxílio alimentação, auxílio uniforme, auxílio moradia, orientação educacional, atendimento psicopedagógico, projetos educacionais e promoção de ações de desenvolvimento e qualificação de servidores. Esses e outros fatores são fundamentais para minimizar o índice de retenção do fluxo escolar, apesar de um índice ainda elevado.

2.1.6 - Relação Alunos / Docente em Tempo Integral:

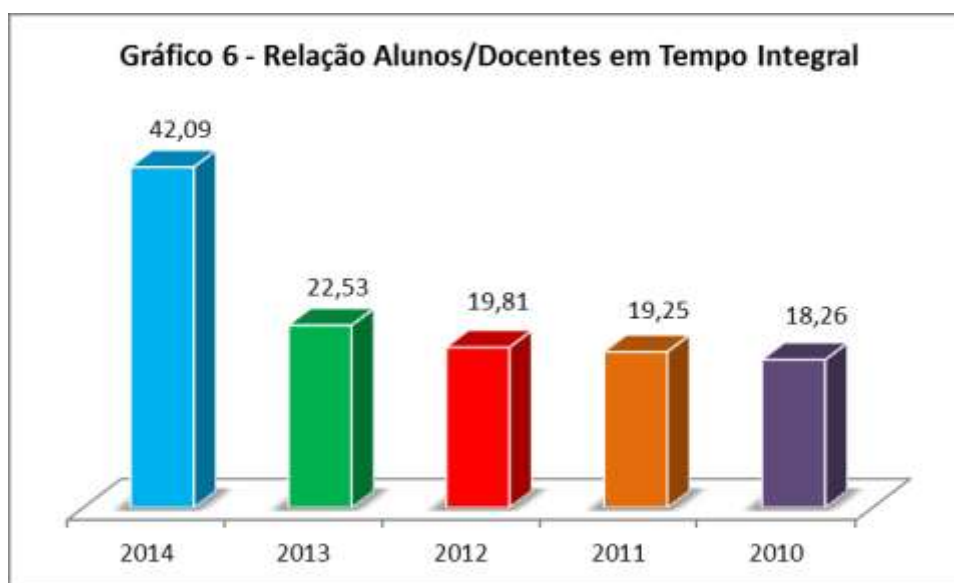
Dados Gerais do Indicador	
Objetivo	Quantificar o número de alunos por docentes em tempo integral
Fonte	Os dados foram coletados no SIAPE e no SISTEC.
Método de cálculo	Para cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Relação de Alunos/Docentes em Tempo Integral= $\frac{\text{Números de alunos matriculados}^*}{\text{Docente em efetivo exercício}}$
Definições	Alunos Matriculados – Todos os alunos matriculados no Instituto (cursos técnicos de nível médio, cursos de graduação e pós-graduação). Corresponde ao número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior +ingressos+matrículas reativadas).

	<p>* Não estão inseridos nesta totalidade os alunos da Rede e-Tec Brasil e oriundos de Programas como Pronatec e Pró-Funcionário, conforme orientação da SETEC.</p> <p>Docente em tempo integral = Docente em tempo integral (Quadro Efetivo e Contrato Temporário) presta atividades acadêmicas exclusivamente em sala de aula, equivalente ao regime de trabalho de 40 horas semanais (quantidade em 20h, multiplica-se por 0,5, e quantidade em 40 h e DE multiplica-se por 1).</p>
--	---

Tabela 6 – Quantitativo de total de matriculados e número de docentes – 2014

Relação de Alunos/Docentes em Tempo Integral	Alunos matriculados	Docentes em Efetivo Exercício	Resultado/Indicador
	6.103	145	42,09

Fonte: Sistec/Siape/MEC



Análise: A relação alunos/docentes em tempo integral, além de indicador de eficiência, vem sendo utilizada como política para desenvolvimento das ofertas educacionais e da equalização de quantitativo de docentes entre os Campus do IFAP.

É notório nesse indicador o número crescente de docentes em tempo integral em relação ao número de alunos na instituição. O índice correspondente ao quantitativo de alunos matriculados por docentes de tempo integral relativo ao ano de 2013 foi de 22,53, sendo que em 2014 essa referência apresentou um elevado o valor de 42,09. Este índice não atinge a relação ideal de 20 docentes por docente, a qual foi proposta pelo Termo de Metas firmado pelo IFAP com o Ministério da Educação através do intermédio da SETEC.

Vale ressaltar, que no cálculo da relação professor-aluno, foi realizada a somatória dos alunos matriculados em cursos regulares (cursos técnicos e graduação), cursos de Pós-Graduação e

Cursos FIC em sua totalidade, o que eleva o resultado desse indicador, o que evidencia que o IFAP opera com o dobro da taxa de alunos por professor recomendada pela SETEC.

Se os alunos dos cursos FIC fosse desconsiderados esse índice seria de 21,34, ficando dentro da meta estabelecida no Termo de Metas.

É salutar destacar que no ano de 2014, houve a contratação de novos docentes para o novo Campus de Santana que entrou em funcionamento no segundo semestre de 2014, sendo todos em regime de tempo integral, bem como o ingresso novos professores para o Campus Macapá e Laranjal do Jari, considerando a ampliação na oferta de cursos, conforme previsto no Termo de Metas da Instituição.

2.2 - INDICADORES ADMINISTRATIVOS

2.2.1 – Gasto Corrente por aluno:

Dados Gerais do Indicador	
Objetivo	Quantificar o custo anual do aluno
Fonte	Os dados foram coletados no SISTEC e pelo DOF no SIAFI.
Método de cálculo	Para cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Gastos Corrente por aluno} = \frac{\text{Gasto Corrente}}{\text{N}^\circ \text{ de alunos matriculados}^*}$
Definições	<p>Gasto Corrente = Considera-se todos os gastos, exceto investimentos, capital, precatórios, inativos e pensionistas.</p> <p>Alunos Matriculados – Todos os alunos matriculados no Instituto (cursos técnicos de nível médio, cursos de graduação e pós-graduação).</p> <p>Corresponde ao número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior +ingressos+matrículas reativadas).</p> <p><i>* Não estão inseridos nesta totalidade os alunos da Rede e-Tec Brasil e oriundos de Programas como Pronatec e Pró-Funcionário, conforme orientação da SETEC.</i></p>

Tabela 7 – Quantitativo de Gasto Corrente e total de matriculados – 2014

Gastos Correntes por Aluno	Gastos Correntes	Número total de matriculados	Resultado/Indicador
	R\$ 34.105.254,85	6.103	R\$ 5.588,28

Fonte: Sistec/Siafi/MEC



Análise: Este indicador informa o custo anual do aluno no exercício de 2014. Para obtê-los incluem-se todos os gastos exceto, investimentos, precatórios, inativos e pensionistas. Calculando-se pelo valor do gasto corrente de R\$ 34.105.254,85 e divide-se pelo número total de alunos matriculados no ano de 2014 que foi de 6.103, apresentando um indicador de R\$ 5.588,28. Percebe-se que o custo aluno de 2014 tem certa diminuição se compararmos ao ano de 2013. O indicador reflete o esforço institucional para ampliar a eficiência dos gastos públicos, pois ao mesmo tempo em que houve o aumento com os gastos correntes, houve também o aumento da sua clientela, equilibrando os gastos públicos.

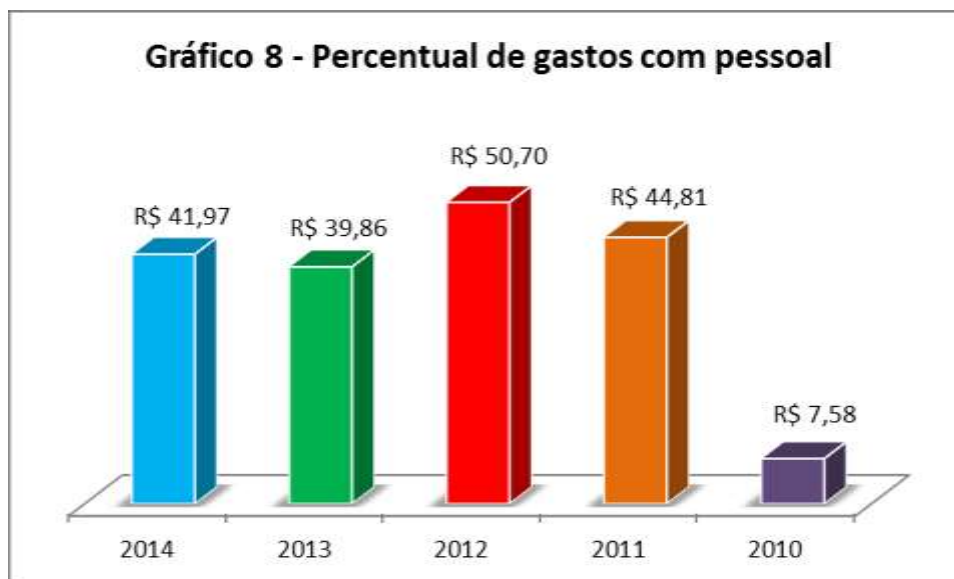
2.2.2 – Percentual de Gastos com Pessoal:

Dados Gerais do Indicador	
Objetivo	Quantificar o percentual de Gasto com pessoal em relação aos gastos totais
Fonte	Os dados foram coletados do SIAPE e pela DOF no SIAFI.
Método de cálculo	Para cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Percentual de gastos com pessoal} = \frac{\text{Total de Gasto com pessoas} \times 100}{\text{Total de Gastos}}$
Definições	Gasto com Pessoal – Gasto com servidores ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatório. Total de Gastos – Total de Gastos com todas as fontes e todos os grupos de despesas.

Tabela 8 – Percentual de Gastos com Pessoal e Total de Gastos – 2014

Percentual de Gastos com Pessoal	Gastos com Pessoal	Total de Gastos	Resultado/Indicador
	R\$ 23.821.342,98	R\$ 56.754.535,18	41,97

Fonte: SIAPE/SIAFI/MEC



Análise: Em análise aos dados do Gráfico 8, verifica-se que o percentual de gasto com pessoal se manteve relativamente estável em relação ao ano passado, contudo os gastos com pessoal continuam em elevação em devida à Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Apesar do pequeno aumento no último ano de gasto pessoal, esse índice justifica-se devido ao aumento o aumento de docentes em virtude da necessidade de contratação pelos campus. Com a expansão do Instituto Federal do Amapá, observa-se uma elevação constante e paralela do número de ingressos e do número de servidores.

2.2.3 – Percentual de Gastos com outros custeios:

Dados Gerais do Indicador	
Objetivo	Quantificar o percentual de gastos com outros custeios em relação aos gastos totais
Fonte	Os dados foram coletados pela DOF no SIAFI.
Método de cálculo	Para cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Percentual de gastos com outros custeios} = \frac{\text{Gastos com outros custeios} \times 100}{\text{Gastos Totais}}$
Definições	Gastos com outros custeios = (gastos totais com OCC) menos(-) (benefícios, investimentos e inversões financeiras). Gastos Totais – Total de Gastos com todas as fontes e todos os grupos de despesas.

Tabela 9 – Percentual de Gastos com Outros Custeios e Total de Gastos – 2014

Percentual de Gastos com outros Custeios	Gastos com Outros Custeios	Gastos Totais	Resultado/Indicador
	R\$ 8.375.101,18	R\$ 56.754.535,18	14,76

Fonte: Siafi/MEC



Análise: O indicador reflete o esforço institucional para ampliar a eficiência dos gastos públicos

em suas despesas com a manutenção básica, as ações para a redução dos gastos com água, energia, material de consumo, limpeza e outros, apesar do crescimento da infraestrutura nos últimos anos. Se compararmos os gastos de 2013 que foi de 19,54, em 2014 esse número reduziu considerável para 14,76.

2.2.4 – Percentual de Gastos com Investimentos:

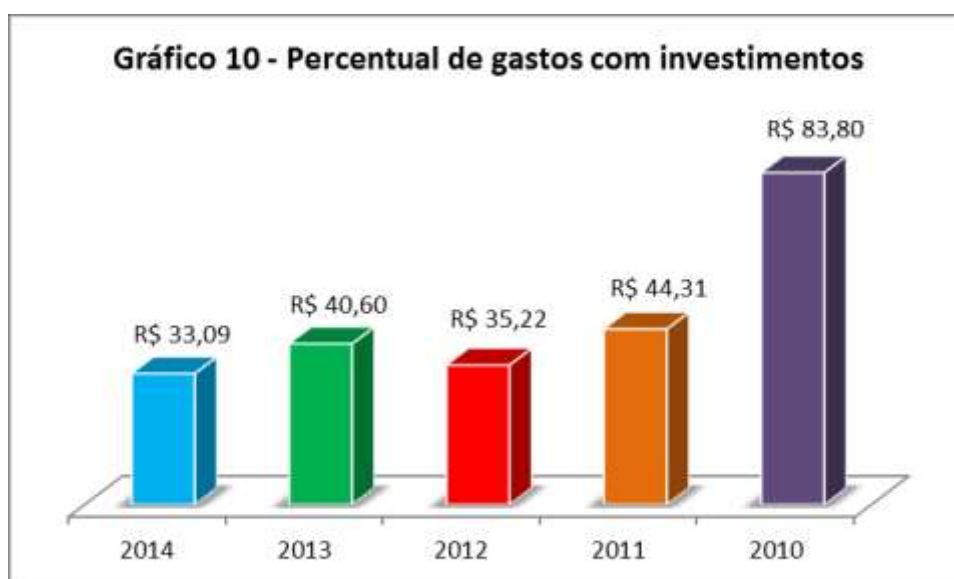
Dados Gerais do Indicador	
Objetivo	Quantificar o percentual de gastos em investimento e inversões financeiras em relação aos gastos totais.
Fonte	Os dados foram coletados pela DOF no SIAFI.
Método de cálculo	Para cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Gastos com Investimentos} = \frac{\text{Total de gastos com despesas de investimentos e inv. Fin}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$

Definições	<p>Investimentos = despesa destinada ao planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras, bem como a programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.</p> <p>Inversões Financeiras = despesa com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização e também a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital e com a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.</p> <p>Gastos Totais – Total de Gastos com todas as fontes e todos os grupos de despesas.</p>
-------------------	--

Tabela 10 – Percentual de Gastos com Investimentos e Total de Gastos – 2014

Percentual de Gastos com Investimentos	Gastos com Investimentos + Gastos com Inversões Financeiras	Gastos Totais	Resultado/Indicador
	R\$ 18.779.696,70	R\$ 56.754.535,18	33,09

Fonte: Siafi/MEC



Análise: O índice de investimentos em 2014, se comparado a 2013 houve um ligeiro decréscimo. Entretanto esses gastos ainda são consideráveis se levarmos em conta a ampliação do Campus Macapá (Almoxarifado, Bloco de Convivência, Ginásio Poliesportivo), bem como a construção de dois novos campus: Porto Grande e Santana e do campus avançado de Oiapoque. Vale destacar a conclusão das obras do Ginásio Poliesportivo do Campus Laranjal do Jari, a qual contribui para a redução desse índice.

2.3 - INDICADORES SOCIECONÔMICOS

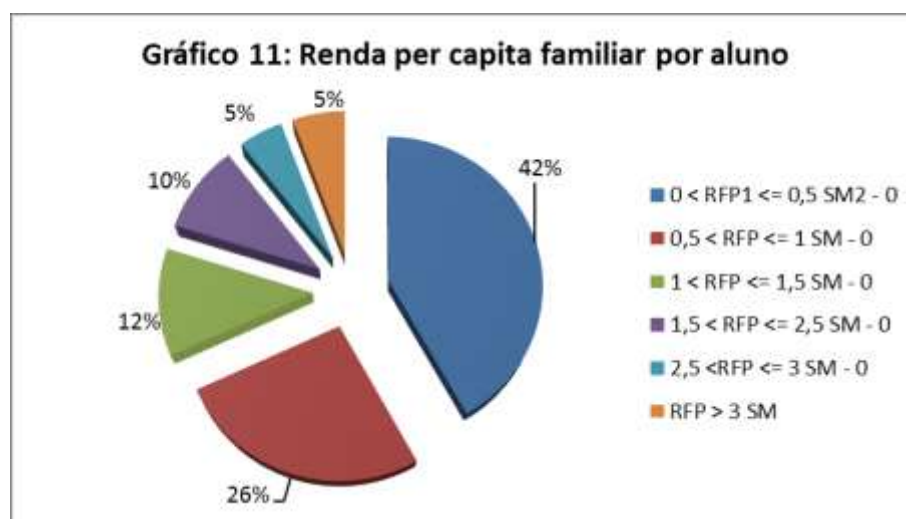
2.3.1 – Alunos matriculados classificados por renda per capita familiar

Dados Gerais do Indicador	
Objetivo	Aferir o grau de inclusão social da política governamental para a área de educação profissional e tecnológica
Fonte	Os dados foram coletados através da aplicação de questionários socioeconômicos a ser respondido pelos estudantes da Instituição, que servirá também para ações da Assistência Estudantil.
Método de cálculo	Contagem dos alunos matriculados em cursos regulares oferecidos pelo Instituto Federal do Amapá, para os quais já tenham sido aplicados questionários socioeconômicos, identificando em qual faixa de renda familiar per capita cada aluno se enquadra, sendo feita uma AMOSTRAGEM em relação ao número de alunos matriculados na Instituição.
Definições	<p>O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano. A renda familiar per capita está escalonada nas seguintes faixas de valores:</p> $0 < RFP^1 \leq 0,5 SM - 0$ $0,5 < RFP \leq 1 SM - 0$ $1 < RFP \leq 1,5 SM - 0$ $1,5 < RFP \leq 2,5 SM - 0$ $2,5 < RFP \leq 3 SM - 0$ $RFP > 3 SM$ <p><i>RFP – Renda Familiar Per Capta</i> <i>SM – Salário Mínimo</i></p>

Tabela 11 – Renda per capita familiar dos alunos (amostragem) – 2014

Faixa de renda per capita familiar	Amostragem por Campus			Amostragem Geral do IFAP	Total de matrículas anual	Amostragem em relação à matrícula
	Macapá	Laranjal do Jari	Santana			
$0 < RFP^1 \leq 0,5$ SM ² - 0	345	128	7	480	6.103	7,9%
$0,5 < RFP \leq 1$ SM - 0	208	73	20	301		4,9%
$1 < RFP \leq 1,5$ SM - 0	105	19	10	134		2,2%
$1,5 < RFP \leq 2,5$ SM - 0	57	34	20	111		1,8%
$2,5 < RFP \leq 3$ SM - 0	11	39	5	55		0,9%
$RFP > 3$ SM	24	33	8	65		1,1%
Total da amostragem	750	326	70	1146		18,8%

Fonte: Pesquisa Institucional.



Análise: Este indicador tem o intuito de identificar o grau de inclusão social da política governamental por meio do perfil socioeconômico de ingressantes no Instituto Federal do Amapá.

Uma pesquisa por amostragem realizada em 2014 pela Coordenação de Apoio ao Estudante de cada campus, com auxílio das assistentes sociais e equipe multidisciplinar, apontam o ingresso considerável de alunos em situação de vulnerabilidade social. O resultado mostrou que a maioria dos alunos ingressantes provém de família com renda per capita inferior a dos salários mínimos.

Como mostra o Gráfico 11, observa-se que dos 1146 alunos pesquisados, a maioria provém de famílias em condições socioeconômicas vulneráveis, uma vez que 42% do total de alunos que responderam o questionário socioeconômico pertencem a família com renda per capita de 0 a 1 salário mínimo. É ímpar destacar, a importância que a Política de Assistência Estudantil exerce na vida dos estudantes, pois a vulnerabilidade econômica é uma das principais causas do fracasso escolar.

Em contrapartida, os campus Macapá, Laranjal do Jari e Santana sentiram a necessidade de empenhar-se na aplicação de medidas para garantir a permanência desses alunos nos cursos e evitar a evasão, que tem como uma das causas as limitações financeiras dos estudantes. Assim, vislumbrando melhores condições de vida e desempenho escolar para os estudantes em situação de vulnerabilidade social, o IFAP desenvolve o Programa de Assistência Estudantil, por meio do qual oferece auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio uniforme, auxílio moradia e auxílio material didático. Além disso, os alunos contam com assistência médica e psicológica, realizada por profissionais efetivos do quadro da instituição.

Consideramos, portanto, que o IFAP vem cumprindo o seu papel social, atendendo o que rege a Lei nº 12.711/2012 e o Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, que institui o Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, proporcionando à camada populacional de baixa renda, o acesso e a permanência dos estudantes ao ensino de qualidade.

4 – GESTÃO DE PESSOAS

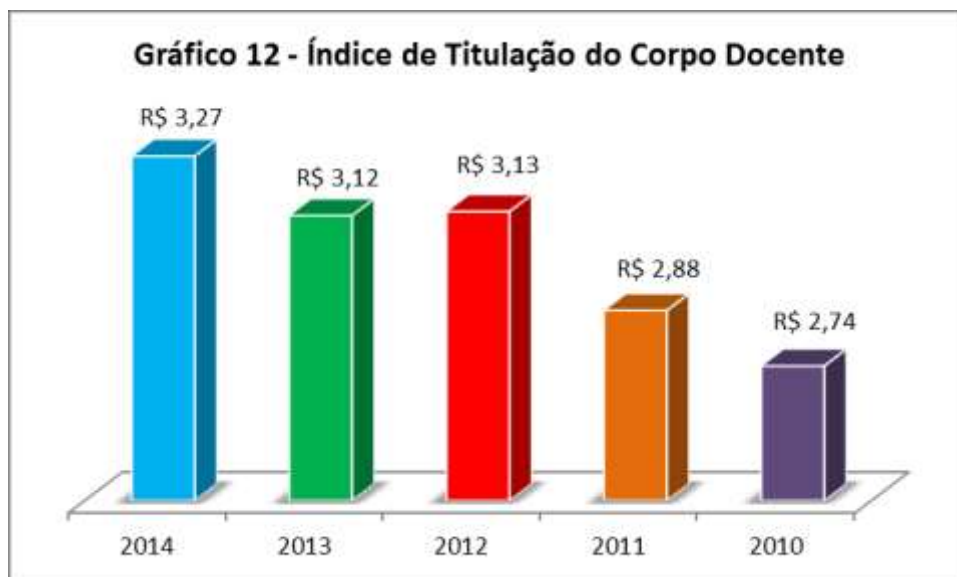
2.4.1 - Índice de Titulação do Corpo Docente

Dados Gerais do Indicador	
Objetivo	Quantificar o índice de Titulação do corpo docente – Efetivo e Substitutos
Fonte	Os dados foram coletados no SIAPE.
Método de cálculo	Para cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Índice de Titulação do Corpo Docente = $\frac{(D \times 5 + M \times 4 + E \times 3 + A \times 2 + G \times 1) \times 100}{(D + M + E + A + G)}$
Definições	A titulação do Corpo Docente é dividida em 5 sub-grupos: Graduado, Aperfeiçoado, Especialista, Mestre e Doutor. Onde: G = quantidade de docentes graduados; A = quantidade de docentes aperfeiçoados; E = quantidade de docentes especialistas; M = quantidade de docentes mestres; D = quantidade de docentes doutores;

Tabela 12 – Cálculo de índice de titulação – 2014

Titulações	Quantitativo	Índice de Titulação
Graduação	12	3,27
Aperfeiçoamento	3	
Especialização	68	
Mestrado	59	
Doutorado	4	
Total de docentes	146	

Fonte: Siape/MEC



Análise: O índice de titulação do corpo docente em 2014, expresso pelo valor de 3,27 percebe um ligeiro aumento em relação ao ano de 2013. Portanto, esse indicador retrata o empenho da instituição na consolidação de públicas voltadas para a elevação da titulação desses profissionais, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação ofertada na instituição.

Dois fatores influenciaram diretamente o aumento do índice de titulação do corpo docente de 3,12 em 2013 para 3,27 em 2014. O primeiro justifica-se pelo ingresso de docentes, com maiores titulações no quadro no IFAP apresentando mestrado e doutorado. O segundo, em virtude da obtenção do título de Mestre por alguns docentes da instituição.

Ressalte-se que a realização de concursos públicos para Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFAP adotou a prova de títulos como uma de suas fases, o que, num primeiro momento de convocações, aumentou o Índice de Titulação do Corpo Docente, haja vista os candidatos mais bem classificados tenderem a possuir níveis de titulação mais elevados.

É perceptível ainda grande dificuldade encontrada pelos profissionais da educação da região norte quanto às oportunidades de acesso a cursos de pós-graduação oferecidos pelas universidades públicas.

A carência na oferta de cursos de pós-graduação na área de educação é uma realidade presente no Estado do Amapá, o que remete a uma inquietação por parte dos profissionais da educação que buscam por iniciativa própria e arcando com recursos próprios, a oportunidade de fazerem um Curso de Mestrado ou Doutorado fora do Estado do Amapá.

Nos últimos anos, A UFRRJ através do PPGA tem firmado parcerias com vários Institutos Federais, entre eles, os Institutos Federais do Amapá, Rondônia, Roraima, Acre e Mato Grosso. Essa parceria tem contribuído para a formação de centenas de profissionais, em especial, os que atuam na educação profissional.

No que refere-se a parceria da UFRRJ e o IFAP, essa relação se concretizou no ano de 2012 quando se ofertou 30 vagas para os servidores do quadro efetivo que atuam na Reitoria e nos dois campus: Macapá e Laranjal do Jari. Esta oferta realizada através de edital específico proporciona aos servidores a oportunidade de fazerem um Mestrado em uma instituição pública de grande prestígio, sendo que a metodologia do programa proporciona um cronograma de atividades que não afasta os servidores da Instituição, por um longo período de tempo, como

acontece com os demais programas de mestrados oferecidos pelas universidades dentro e fora do país. No ano de 2014 essa parceria se fortaleceu com a oferta de mais 30 vagas para os servidores do IFAP, entre técnicos-administrativos e docentes. Acredita-se que com a conclusão do Mestrado ofertado aos docentes, esse índice para os próximos anos tende a crescer.

A perspectiva do IFAP é alcançar um progressivo aumento da titulação do seu corpo docente, considerando a oferta de cursos de pós-graduação *lato-sensu* e *stricto-sensu*. Ratifica-se também, que este número embora tenha aumentado comparado ao exercício anterior, ainda é um dos grandes desafios para o Instituto, visto que, a realidade do Estado do Amapá em termos de mão-de-obra não contribui fortemente para que estes índices sejam ainda mais superados. Trata-se de vagas que são preenchidas, em sua grande parte, por profissionais com maior titulação e de outros Estados da Federação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração do Relatório de Gestão 2014 obedeceu as decisões normativas do Tribunal de Contas da União, considerando também outros dispositivos legais. O Ifap está em efetivo funcionamento desde 2010, nesse sentido, a construção desse relatório evidenciou algumas situações em que há a necessidade de estruturação, adequação ou reorganização por parte da gestão.

A elaboração de indicadores de desempenho é uma das prioridades, haja vista que, em algumas das áreas de atuação ainda não estão definidos os mecanismos de desempenho. As ações reportadas ao sistema de correção foram intensificadas nesse exercício, o que foi evidenciado a partir da análise dos controles internos, mais especificamente em se tratando das ações de Tecnologia da Informação, as quais são definidas a partir dos Comitês de Segurança da Informação e de Gestão de TI. Já se encontram regulamentados no Regimento Geral desta IFET os comitês de Ensino, Pesquisa, Extensão, Administração e Desenvolvimento Institucional.

Os principais investimentos realizados e que ainda estão ocorrendo são a construção das seguintes unidades: Campus Porto Grande, Santana e Campus Avançado Oiapoque. Destes, apenas o campus Santana está em funcionamento desde agosto de 2014, exercendo suas atividades em um prédio provisório. As demais unidades tem previsão de início de funcionamento em 2016.

Dessa forma, a elaboração deste documento, bem como a orientação dos órgãos de controle possibilita que as ações e rotinas administrativas se sejam organizadas de forma a